

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA
ANO 66 - NÚMERO 4 - OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2014

Ciência & Cultura

Temas e Tendências

UNIVERSIDADES NA

DILTA DURA

3 EDITORIAL

4 TENDÊNCIAS

MATRIZ ENERGÉTICA E O BINÔMIO ÁGUA vs. ENERGIA PARA O BRASIL

Jeancarlo Pereira dos Anjos
Gisele Olímpio da Rocha
Jailson Bittencourt de Andrade

BRASIL

6 OCUPE ESTELITA: MOVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DEFENDE MARCO HISTÓRICO DE RECIFE

8 UM MUNDO SEM EMBALAGENS: UTOPIA PODE SE TORNAR REALIDADE

10 CONHEÇA MELHOR A DOENÇA QUE ESTÁ CHEGANDO AO BRASIL E PODE CAUSAR UMA EPIDEMIA PELO PAÍS

MUNDO

12 ALUNOS DE GRADUAÇÃO TAMBÉM PUBLICAM, REVISAM E EDITAM ARTIGOS CIENTÍFICOS

14 A REINVENÇÃO DA Sonda ESPACIAL KEPLER

16 PESQUISADOR CONSIDERA POSIÇÃO ATUAL DO HAITI NA ECONOMIA MUNDIAL COMO UMA COLÔNIA DOS PAÍSES IMPERIALISTAS

**NÚCLEO TEMÁTICO:
UNIVERSIDADES NA DITADURA**

ARTIGOS



20
Apresentação
Universidades e a ditadura
Rodrigo Patto Sá Motta

21
A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação
Rodrigo Patto Sá Motta

26
Vigiar e, depois de 1964, punir: sobre Samuel Pessoa e o Departamento Vermelho da USP
Gilberto Hochman

32
Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ
Marieta de Moraes Ferreira

38
Um personagem e suas histórias
Helena Bomeny

44
O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar
Angélica Müller
Pedro Ernesto Fagundes

48
A ciência, a ditadura e os físicos
Ildeu de Castro Moreira

A & E

54 O CINEMA E O CAMPO PERCEPTIVO DA CIÊNCIA
Márcio Barreto

CULTURA

58 **MANOEL DE OLIVEIRA**
Cineasta português completa 105 na ativa

60 **CRISE**
Imposto sobre grandes fortunas para reduzir a desigualdade

Reprodução



Machado de Assis faz crítica ao positivismo em romances

62 **LITERATURA**
Cientificismo na obra de Machado de Assis

63 **CIÊNCIA NO TEATRO**
Tema científico serve de contexto para peças e atrai público leigo

66 **PROSA**
URARIANO MOTA

E X P E D I E N T E

Ciência&Cultura
<http://cienciaecultura.bvs.br>

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Fernandes, André Tosi Furtado, Carlos Vogt, Celso Pinto de Melo, Dora Fix Ventura,
Francisco Cesar de Sá Barreto, Gilberto Cardoso Alves Velho, Hernan Chaimovich Guralnik,
Ima Célia Guimarães Vieira, Isaac Roitman, João Lucas Marques Barbosa, Luiz Eugênio de Mello,
Marcelo Marcos Morales, Phillippe Navaux, Regina Pekelman Markus

EDITOR CHEFE
Marcelo Knobel

EDITORA EXECUTIVA
Wanda Jorge

EDITORA ASSISTENTE
Germana Barata

EQUIPE DE REPORTAGEM
Chris Bueno, Daniela Klebis,
Janaína Quitério, Leonor Assad,
Patrícia Mariuzzo, Renato Santos,
Ricardo Aguiar, Tatiane Liberato,
Thais Siqueira, Victória Flório,
Viviane Lúcio

CAPA
João Baptista da Costa Aguiar

DIAGRAMAÇÃO
Carla Castilho | Estúdio
Luis Paulo Silva (tratamento de imagens)

REVISÃO
Daisy Silva de Lara

CONSULTORES
Literatura
Alcir Pécora, Carlos Vogt, Paulo Franchetti

CONTATOS
Redação: cienciaecultura@sbpcnet.org.br

DIRETORIA DA SBPC

PRESIDENTE
Helena Bonciani Nader

VICE-PRESIDENTES
Ennio Candotti
Dora Fix Ventura

SECRETÁRIA-GERAL
Regina Pekelmann Markus

SECRETÁRIOS
Edna Maria Ramos de Castro
Adalberto Luis Val
Paulo Roberto Petersen Hofmann

PRIMEIRO TESOUREIRO
Walter Coli

SEGUNDO TESOUREIRO
José Antonio Aleixo da Silva

Revista *Ciência e Cultura*
ISSN 0009-6725

Estudios, ainda e sempre necessários, sobre o golpe de 1964, que deflagrou a ditadura militar no Brasil, continuam a revelar detalhes importantes para a melhor compreensão de fatos desse período, mesmo que com o custo de manter aberta uma ferida em nossa história rumo à democracia. Nesta edição da revista *Ciência e Cultura*, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta reúne articulistas para falar sobre o papel desempenhado pelas universidades públicas brasileiras no período anterior e durante os anos de ditadura, trazendo à tona acontecimentos que mostram a relação dessas instituições com os governos militares, seja reafirmando os números de acadêmicos vítimas do regime, seja mostrando o fomento da atividade científica no período, ou questionando o papel de dirigentes universitários à época.

Em "Tendências", um artigo bastante atual aponta para a necessária revisão sobre a matriz energética nacional, frente à crise hídrica e ao intenso investimento em petróleo e derivados.

A reportagem sobre o movimento de ocupação de uma região portuária do Recife (PE), na seção "Brasil", mostra como a participação popular ganha força na gestão urbana da atualidade. E o alerta sobre a chegada da Chikungunya, doença viral transmitida pelo amplamente disperso mosquito *Aedes aegypti* no Brasil, aumenta as preocupações com a saúde da população.

O aclamado cineasta português Manoel de Oliveira é o destaque da seção "Cultura", em reportagem que mostra sua rica filmografia e sua bela história de vida. Outro destaque são os questionamentos de Thomas Piketty sobre as necessárias mudanças nas ações da economia mundial que diminuiriam a concentração de riqueza. Teatro e literatura fecham esta edição.

Boa leitura!

MARCELO KNOBEL
Outubro de 2014

MATRIZ ENERGÉTICA E O BINÔMIO ÁGUA VS. ENERGIA PARA O BRASIL

*Jeancarlo Pereira dos Anjos
Gisele Olímpio da Rocha
Jailson Bittencourt de Andrade*

A atual necessidade de economia de energia e redução de emissões de carbono tem feito com que o tema água *versus* energia também se torne uma grande preocupação mundial. Água e energia estão completamente interligadas, visto que, para a produção de energia, uma quantidade significativa de água é consumida e é necessário energia para o abastecimento/tratamento de água. Além disso, a água é requerida para a geração, exploração, processamento e transporte de combustíveis fósseis. Outros usos estão relacionados à perfuração e fratura para a exploração de petróleo e gás, em sistemas de refrigeração em usinas termelétricas, na produção de eletricidade em usinas hidrelétricas e no cultivo das matérias-primas utilizadas na produção de biocombustíveis, os quais necessitam de quantidades consideravelmente altas de água para sua obtenção (1-3). A Terra possui cerca de 1,386 bilhão de km³ de água, dos quais 97% é água salina. Dos 3% de água doce do planeta, cerca de 99,7% encontram-se nas ge-

leiras e solo, o que requer energia para sua remoção. Apenas 0,1 milhão km³ de água doce são encontrados em lagos e rios, bem como cerca de 13.000 km³ estão na atmosfera (4). A agricultura é um dos setores que mais consome água no Brasil, uma vez que aproximadamente 70% da água doce é usada em sistemas de irrigação. Por outro lado, o setor energético é o segundo maior consumidor de água, sendo responsável por 20% das captações de água no mundo. Além do alto consumo de água, a agricultura por si só pode provocar efeitos deletérios ao ambiente já que o uso indiscriminado de fertilizantes e pesticidas provoca poluição do ar, solos e águas subterrâneas e superficiais, trazendo riscos aos ecossistemas naturais e à saúde humana (2; 5). Em relação ao sistema de energia global, o Brasil ocupa uma posição singular, sendo a principal forma de produção de energia elétrica no país por meio de usinas hidrelétricas, as quais utilizam a força das águas para a movimentação de turbinas na geração de energia. A maioria das residências brasileiras tem acesso

à eletricidade e a expansão do sistema de energia que, em um primeiro momento, possui meios adequados para garantir um rápido crescimento econômico por meio de uma matriz energética diversificada, pode experimentar algumas mudanças, uma vez que o Brasil tem apresentado um aumento na demanda de energia. Entretanto, se as usinas hidrelétricas não estiverem suficientemente disponíveis até 2035 para cobrir o aumento da demanda por energia elétrica ou houver longos períodos de seca que podem comprometer a produção de eletricidade, outras formas de produção de energia, como estações de energia movidas a gás natural, estações de energia eólica e a produção de bioenergia devem preencher esta lacuna (6). No setor de transportes, desde a crise do petróleo de 1970, o Brasil desenvolveu sua matriz energética por meio de uma importante taxa de contribuição do etanol de cana e, mais recentemente, o uso de biodiesel. Em 2005, houve uma mudança significativa na composição do diesel brasileiro, por meio de programas governamentais,

determinando a adição gradual de 2% a 5% de biodiesel (B5) ao diesel convencional, que ocorreu em 2010. Desde então, o governo brasileiro vinha adotando o uso do B5. Recentemente o percentual foi aumentado para 6%, com planos de aumentar esse índice para 7% de biodiesel (B7) a partir de novembro de 2014 (7; 8). Dessa forma, os biocombustíveis têm sido implementados na matriz energética brasileira, juntamente com as formas renováveis de geração de energia elétrica (tais como usinas hidrelétricas e energia eólica), dando ao Brasil uma posição única no sistema da matriz energética global.

A ampla disponibilidade de veículos *flex fuel* no país, combinada com o aumento dos preços do petróleo levou a um rápido crescimento na produção de bioetanol desde o ano 2000, tendo hoje uma produção de mais de 80% de automóveis movidos a biocombustíveis (9). Entretanto, apesar dos biocombustíveis contribuírem para a redução nas emissões de gases do efeito estufa, a demanda por água para a produção desses combustíveis (principalmente para a produção de suas matérias-primas) pode ser maior quando comparada à produção de combustíveis fósseis, o que poderia causar escassez de água em grande escala (10; 11). Estimativas mostram que são utilizados até 2.516 litros de água para cada litro de etanol de cana produzido enquanto são necessários até 13.676 litros de água para cada litro de biodiesel de soja produzido, já que a soja representa a principal matéria-prima utilizada na produção deste combustível no Brasil (12). Diante disso, o rápido crescimento em grande escala do setor de

biocombustíveis tem implicações potencialmente negativas em diferentes setores ligados à segurança alimentar, pois pode aumentar a competição por terra e recursos hídricos (1; 5; 6).

Por outro lado, tendo em vista os recentes avanços na exploração do petróleo do pré-sal (estimada em 9-15 milhões de barris) e a descoberta de poços de gás de xisto (7,5 trilhões de dm³), em conjunto às questões sociais e ambientais desfavoráveis aos biocombustíveis, haveria a possibilidade da matriz energética brasileira voltar a ter foco nos combustíveis fósseis novamente (1; 6). Nesse sentido, estes desafios que o país enfrenta e as transformações ligadas a todas essas alterações de panoramas poderá trazer implicações não só para o Brasil, mas também para a matriz energética mundial.

Desta forma, novas maneiras de reduzir as emissões de carbono tem se tornado importantes para o transporte de energia, juntamente com as mudanças climáticas globais. Considerando as alternativas aos combustíveis fósseis, é necessário compreender não apenas os custos e impactos das emissões de carbono, mas também os potenciais impactos sobre o uso da terra, recursos naturais e outros impactos ambientais que a produção de energia pode resultar, como a poluição do ar, de águas superficiais e subterrâneas e a eutrofização (aumento da concentração de nutrientes, especialmente nitrogênio e fósforo, em corpos d'água) (13).

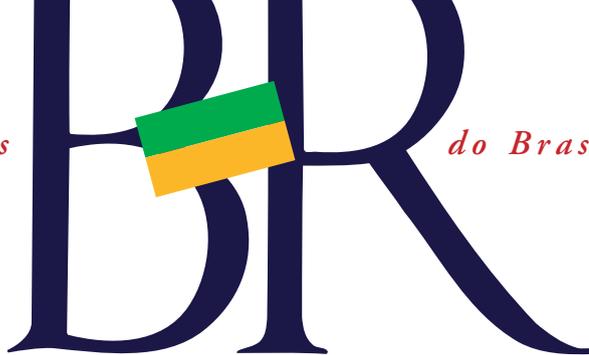
Jeancarlo Pereira dos Anjos é doutor em química e bolsista de pós-doutorado no Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Gisele Olímpio da Rocha é doutora em química, professora adjunta do Departamento de Química Analítica do Instituto de Química da UFBA e membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências (2011-2015).

Jailson Bittencourt de Andrade é doutor em química, professor titular do Departamento de Química Geral e Inorgânica do Instituto de Química da UFBA e coordenador do INCT de Energia e Ambiente. Email: jailsondeandrade@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. da Rocha, G.O.; De Andrade, J.B.; Guarieiro, A.L.N.; Guarieiro, L.L.N.; Ramos, L.P. *Química Nova* 36, 1540. 2013.
2. Hadian, S.; Madani, K. *Sustainability* 5, 4674. 2013.
3. Zhang, C.; Anadon, L.D. *Environmental Science & Technology* 47, 14459. 2013.
4. McMahon, J.E.; Price, S.K. *Annual Review Environmental Resources* 36, 163. 2011.
5. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Statistical Yearbook 2013 - World Food and Agriculture*. FAO. 2013.
6. EIA - Energy International Agency. *World Energy Outlook*. 2013.
7. Martins, L.D.; Silva Júnior, C.R.; Solci, M.C.; Pinto, J.P.; Souza, D.Z.; Vasconcellos, P.; Guarieiro, A.L.N.; Guarieiro, L.L.N.; Sousa, E.T.; De Andrade, J.B. *Environmental Monitoring and Assessment* 84, 2663. 2012.
8. Matoso, F. Governo federal anuncia aumento no percentual de biodiesel no óleo diesel. *Economia - Portal G1* (Internet). Acessado em: 23/07/2014.
9. Balat, M.; Balat, H. *Applied Energy* 86, 2273. 2009.
10. Bernardi, A.; Giarola, S.; Bezzo, F. *Ind. & Eng. Chem. Research* 52, 7170. 2013.
11. Cai, H.; Hu, X.; Xu, M. *Applied Energy* 111, 644. 2013.
12. Gerbens-Leenes, W.; Hoekstra, A. Y.; van der Meer, T. H. *PNAS* 106, 10219. 2009.



PATRIMÔNIO

Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife

Uma área de cerca de 101,7 mil metros quadrados, com um pátio ferroviário e uma série de armazéns de açúcar abandonados pelo poder público. Quem olha de fora vê apenas isso, mas quem conhece a história do Cais José Estelita sabe que o local faz parte da história de Recife, sendo um dos cartões postais e um dos poucos espaços públicos que restam na capital pernambucana. E é por isso que um grupo está lutando para evitar que as construções sejam demolidas por um consórcio de grandes construtoras para construção de prédios comerciais e residenciais.

O movimento Ocupe Estelita é formado por advogados, arquitetos, sociólogos, artistas, professores, engenheiros, estudantes, médicos, administradores, publicitários, jornalistas, designers e antropólogos, entre outros, que, desde 2012, luta contra a destruição desse marco da cidade. Mas o objetivo do grupo vai além: “A luta do movimento Ocupe Estelita é para que a cidadania ocupe o cais por meio da observância da legislação vigente; da inclusão popular no desenho das oportunidades para a área do

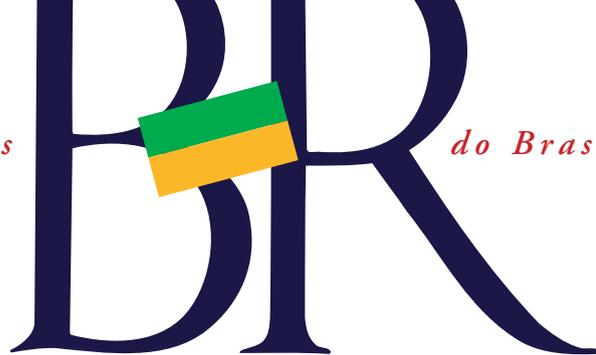
centro-sul da capital pernambucana; do respeito ao meio ambiente e do investimento imobiliário responsável”, explica o grupo em seu website.

A luta começou em 2008, quando o consórcio imobiliário Novo Recife, formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, comprou em leilão a área da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) por R\$55 milhões. O projeto visava construir mais de 12 torres residenciais e comerciais de alto padrão, com até 40 andares (apartamentos de R\$400 mil e R\$1 milhão), além de estacionamentos para cerca de cinco mil veículos. O plano causou indignação em grande parte da população, que começou a se mobilizar para acompanhar as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da prefeitura de Recife. O que começou como uma reivindicação por mais diálogo e participação popular levou à criação do grupo Direitos Urbanos (DU), que hoje representa a maioria dos integrantes do movimento Ocupe Estelita.

PRESSÃO POPULAR Em 23 de maio de 2012 ocorreu a primeira audiência pública sobre o projeto Novo Recife, na qual parte da população teve acesso ao projeto e apontou vários problemas que ele poderia causar no cais e na cidade como um todo – entre eles a perda de parte da história e da identidade do Recife. “Foi

impressionante porque a sociedade civil participou em peso. A câmara ficou tomada por pessoas que queriam acompanhar o debate”, conta a advogada Liana Cirne Lins, professora do Departamento de Direito Público Geral e Processual da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e integrante do movimento. Apesar de toda a mobilização social, em 2014 o Consórcio Novo Recife deu início à demolição do cais. A operação, que começou por volta da meia noite, chamou a atenção de um dos ativistas, que enviou imagens da destruição por celular para outros ativistas, que espalharam a notícia pelas redes sociais. As pessoas reunidas decidiram passar a noite no local vigiando para que as máquinas não voltassem a derrubar os armazéns. O acampamento, que era para ser por uma noite, acabou durando 58 dias, atraindo cada vez mais pessoas.

A pressão popular foi tanta que a prefeitura teve que abrir o diálogo com os ativistas e está concordando em renegociar o projeto Novo Recife. Já foram realizadas quatro rodadas de debates sobre o assunto e várias mudanças foram propostas, mas ainda nenhuma ação concreta. Durante uma das discussões, o prefeito Geraldo Júlio (PSB) afirmou: “nós estamos aqui abrindo uma janela que será importante se todo mundo quiser usá-la. Esse é um processo rico, importante, que nos possibilita a negociação. E esse deve ser o papel



da prefeitura. Hoje, não debatemos questões de mérito, mas de abertura de diálogo entre as partes”.

IRREGULARIDADES O movimento Ocupe Estelita e o grupo Direitos Urbanos apontam que há uma série de irregularidades ou, ao menos, pontos não muito claros, no projeto Novo Recife. O primeiro deles é que o leilão da área, uma propriedade da Federação, não poderia ter sido feito sem consulta a outros órgãos públicos que eventualmente tivessem interesse nela. No entanto, o leilão ocorreu mesmo com a manifestação de interesse do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), de Pernambuco, pela área. Além disso, apenas uma empresa – o Consórcio Novo Recife – participou e, com isso, pagou o valor mínimo estipulado.

Outro problema é que procedimentos básicos para projetos imobiliários dessa magnitude não foram cumpridos como estudos de impacto de vizinhança e de impacto ambiental. O projeto não foi submetido à análise do Iphan, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Tudo isso gerou três ações populares e duas do Ministério Público Fede-



Movimento Ocupe Estelita

Movimento no Cais José Estelita em Recife (PE)

ral e Estadual. “O que acontece é que o poder público e o econômico decidem de forma isolada sobre os modos de ocupação dos espaços da cidade, sem ouvir a opinião do povo, que vai ter que arcar com as más escolhas desses poderes”, aponta Lins.

MOVIMENTO CULTURAL O Ocupe Estelita não é apenas um movimento social, é também cultural. O grupo tem chamado a atenção e recebido apoio de diversos artistas, como Ney Matogrosso, Zélia Duncan, Kléber Mendonça, Nação Zumbi e Xico Sá. Mas não é só isso: com o apoio estrutural do Som na Rural, projeto de música itinerante da capital pernambucana, o movimento conseguiu levar nomes da cena musical de Recife, como Karina Buhr, Otto e Lirinha, para fazer shows de graça no cais que atraíram mais de 10 mil pessoas. “Além dos shows, tivemos

oficinas de haikai, poesia, malabares, confecção de livros. Oferecemos ‘aulões’ ministrados por professores universitários; debates; apresentações de maracatu, capoeira, blocos de carnaval”, conta Lins.

A CIDADE É NOSSA O grito de guerra do movimento Ocupe Estelita é “A cidade é nossa. Ocupe-a”. Isso porque o grupo não quer apenas impedir a destruição

do cais, mas também mais participação pública nas decisões da cidade e aproveitamento máximo. “Nosso discurso do direito à cidade é do direito de fruir, de aproveitar tudo o que ela tem para oferecer, de ser feliz nela. A cidade é para isso: para ocuparmos seus espaços públicos dando-lhes uma destinação social, cultural e popular”, defende Lins.

A atividade do grupo acabou inspirando mobilizações em outras áreas da cidade – como o projeto, proposto e cancelado pelo governo, de construir quatro viadutos no coração da cidade, o projeto Via Mangue e o Shopping RioMar – e até fora dela, como é o caso do cais Mauá, em Porto Alegre (RS). “Entramos para a história com uma mensagem positiva, de que vale a pena lutar, vale a pena interferir nos processos da cidade”, finaliza Lins.

Chris Bueno

MEIO AMBIENTE

Um mundo sem embalagens: utopia pode se tornar realidade

Madrugada em São Paulo, a maior cidade do continente americano em número de habitantes: caminhões percorrem ruas coletando lixo.

Diariamente são 18 mil toneladas de lixo, envolvendo lixo residencial, de saúde, restos de feiras, podas de árvores, entulho e outros resíduos. No meio disso, muitos materiais podem ser reciclados e, destes, boa parte são embalagens.

Embalagens são recipientes ou invólucros que armazenam temporariamente produtos, com a função principal de protegê-los e de ampliar seu prazo de vida.

Do ponto de vista do produtor, a embalagem viabiliza a distribuição, a identificação, e pode estimular o consumo, pela sua aparência e informações disponibilizadas. Do ponto de vista do consumidor, a embalagem facilita o transporte e armazenamento. Mas do ponto de vista do ambiente, elas representam uma grande fonte de resíduos que, dependendo do material, são de difícil reciclagem.

Pesquisa desenvolvida por Jozrael Rezende e colaboradores, em dois bairros de Jaú, no interior de São Paulo, aponta que, no período

2001-2010, a quantidade de resíduos aumentou 35%, enquanto a população cresceu 30%. Os autores também afirmam que, dos resíduos gerados no município, aproximadamente 25% são de materiais recicláveis e, destes, 59% são do tipo plástico mole.

MUDAR PARA SOBREVIVER Reduzir a quantidade de resíduos sólidos gerados, ou até mesmo não gerá-los, é um desafio e tanto para a sociedade atual, ávida por consumo e cada vez mais estimulada a consumir. Para a bióloga Patricia Blauth, especialista em educação ambiental e consultora na área de resíduos, trata-se de um desafio para a sociedade, que exige uma mudança de paradigma: “Esse modelo econômico, que consome bens, matéria-prima, está falido; ele é insustentável”.

Reduzir a quantidade de embalagens parece ser relativamente simples, pois bastaria diminuir o consumo de produtos embalados. Na Alemanha, por exemplo, foi inaugurado em junho deste ano um supermercado, o Original Unverpackt, em que nada é embalado. Lá os clientes podem escolher produtos a granel, de acordo com a sua necessidade e sem a utilização de embalagens descartáveis. As pessoas podem levar suas próprias garrafas, sacolas, cestos, bolsas e qualquer

outro recipiente onde queiram armazenar suas compras. Além de reduzir imensamente a quantidade de resíduos plásticos, uma loja nesse formato também diminui o desperdício de comida. O conceito por trás da loja é: “Melhor do que reaproveitar algo já fabricado é nem precisar utilizá-lo”.

Mas, num mundo globalizado não utilizar embalagens é um desafio. Por exemplo, sem embalagem, não é possível comprar uma tâmara vinda do Oriente Médio. Conforme salienta Patricia, certamente poderíamos viver com muito menos embalagem, mas no atual modelo urbano é muito difícil, pois teríamos que rever a economia local e diminuir a distância entre gerador e consumidor.

Ainda assim, ela considera que a cada dia mais empresas trabalham com embalagens simples, “porque tem uma atitude ‘chique’ no simples que se está resgatando”. Outra tendência é a valorização de feiras orgânicas, a maioria delas com produtos sem nenhuma embalagem. Patricia destaca também o papel crescente de feiras de troca, onde os produtos em geral não são embalados. Para ela, a utopia pouco a pouco se transforma em realidade.

Andréa Franco Pereira, designer de produto e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aponta que a

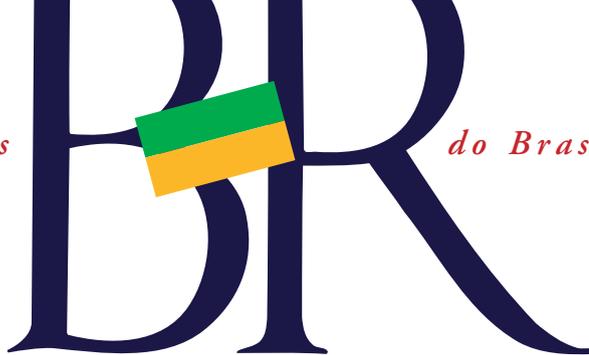
produção de embalagens no Brasil tem acompanhando as inovações tecnológicas mundiais, a tendência de globalização de tecnologia e as técnicas de produção/ transformação, que utilizam principalmente materiais como papel e papelão, vidro, plásticos e metais. Autora do texto “Ecodesign e complexidade no ciclo de vida das embalagens”, que integra o livro *Design, resíduos & dignidade*, coordenado por Maria Cecília Loschiavo dos Santos, Andréa afirma que as embalagens visam fornecer um produto em condições adequadas ao consumidor final. No caso dos alimentos, as embalagens contribuem também para a diminuição das perdas; no entanto, os problemas de uso (contaminações, acidentes, facilidade de manipulação etc) e, sobretudo, a produção de resíduos, estão igualmente presentes. Muitas pesquisas têm sido feitas visando o desenvolvimento de novos materiais. Andréa destaca o papel dos biopolímeros produzidos a partir de biopoliésteres (por exemplo, o polietileno furanoato, PEF, em substituição do polietileno tereftalato, PET, feito de poliéster, derivado do petróleo) e dos biopolímeros biodegradáveis. Tintas e aglutinantes de base vegetal, como óleo de soja, são também importantes no setor de embalagens, pois além de

substituírem óleos e compostos minerais, reduzindo a quantidade de VOC (composto orgânico volátil) liberada na impressão, causam menos danos à fibra de papel para a reciclagem.

INDÚSTRIA & CATADORES Embalagens conectam dois extremos da sociedade contemporânea: a indústria que movimenta atualmente no mundo mais de US\$ 500 bilhões e catadores de resíduos sólidos, uma das mais insalubres e indignas atividades econômicas humanas nos grandes centros urbanos, principalmente em países periféricos. Ambos podem ser vistos como termômetros da economia, pelo volume de negócios e pela desigualdade exposta. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou que o valor bruto da produção física de embalagens no Brasil atingiu R\$52,4 bilhões em 2013, ou seja um aumento de quase 11% em relação aos R\$47,3 bilhões de 2012. As embalagens plásticas representaram mais de 37% do total da produção, seguidas pelo setor de embalagens de papelão, cartolina, papel cartão e papel (35%), metálicas (16%), vidro (quase 5%) e madeira (2,5%). Estima-se que grande parte desses materiais transforma-se em lixo. Um estudo do Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em 2010 aponta que, no Brasil, os recursos financeiros passíveis de serem poupados direta e indiretamente pela reciclagem seriam da ordem de R\$8 bilhões. Estima-se que 90% de todo o material reciclado no Brasil seja recuperado do lixo pelas mãos de catadores, que constituem a base da cadeia produtiva da reciclagem. Em outro estudo do Ipea, divulgado em 2012, constata-se que no Brasil existem cerca de 400 mil catadores de resíduos que, somados aos membros das famílias, chegam a 1,4 milhão de brasileiros que sobrevivem dessa atividade. Eles têm baixa escolaridade e a maioria é formada por homens, negros e jovens. O estudo também revela que 58% dos catadores contribuem para a Previdência, metade usufrui de esgoto em casa, quase um quinto tem computador e somente 4,5% estão abaixo da linha da miséria. Embalagens são importantes, porém o aumento contínuo do volume gerado é um problema ambiental grave. Mas buscar materiais renováveis, com soluções de design que favoreçam a coleta e a triagem e valorizem a reciclagem não é utopia; pode inclusive contribuir para diminuir a desigualdade social que parece não ter fim.

Leonor Assad
Thais Siqueira



FEBRE DE CHIKUNGUNYA

Conheça melhor a doença que está chegando ao Brasil e pode causar uma epidemia pelo país

Com nome complicado e ainda pouco conhecido pelos brasileiros, a febre de Chikungunya está chegando ao país. A doença é, em alguns aspectos, similar à dengue. Além de sintomas parecidos, a semelhança mais importante é o modo de transmissão: a picada do mosquito *Aedes aegypti*. Por esse motivo, sua propagação pelo Brasil é quase certa. É possível, até mesmo, que gere uma epidemia no futuro próximo.

“O Brasil apresenta todas as condições para que ocorra uma epidemia”, diz Vitor Laerte, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz de Brasília e consultor do Ministério da Saúde para a febre de Chikungunya. “Toda a população é suscetível, o vetor é competente para transmissão do vírus e é disseminado em quase todo território nacional”.

No dia 16 de setembro, o Ministério da Saúde registrou dois casos da febre de Chikungunya no município de Oiapoque, no Amapá, em pessoas que não viajaram para países onde ocorre transmissão da doença. Esses foram os dois pri-

CHIGUNKUNYA NA AMÉRICA DO SUL



meiros casos de transmissão dentro do país, chamados de autóctones. Nas duas semanas seguintes, foram confirmados mais 41 casos autóctones no Brasil, dentre os quais 33 no município de Feira de Santana, na Bahia, e mais oito em Oiapoque. A febre de Chikungunya foi descrita pela primeira vez em um surto na Tanzânia em 1952. Seu nome deriva de uma palavra de um dialeto de tribos africanas chamado Kimakonde. A tradução próxima é “se contorcer”, provavelmente devido

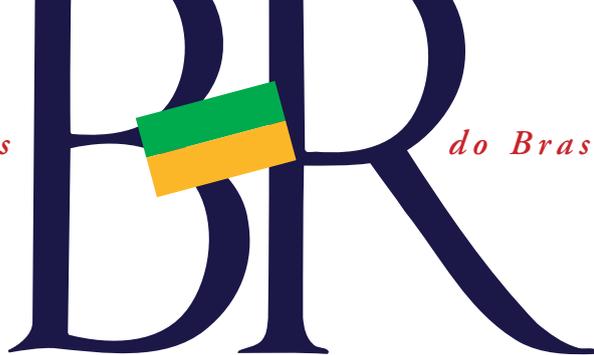
à forte dor causada pela doença nas articulações. Em dezembro de 2013, a febre foi diagnosticada na ilha caribenha de São Martinho. Até setembro de 2014, segundo dados da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), já haviam sido confirmados mais de 10.600 casos nas Américas, incluindo países próximos ao Brasil, como Venezuela e Colômbia.

MECANISMOS E SINTOMAS

A febre de Chikungunya é causada por um vírus do gênero *Alphavirus*, que ataca os macrófagos, células de defesa do corpo, e pode se alojar nas articulações, causando dor intensa nessas regiões. Esse e outros

sintomas característicos da doença, que incluem febre alta, dor de cabeça, náuseas e manchas pelo corpo, geralmente aparecem de 4 a 8 dias após a picada do mosquito. Na maior parte dos casos, a febre Chikungunya apresenta apenas uma fase aguda, que pode durar dias ou semanas. Porém, em uma pequena proporção de casos, as dores nas articulações podem se tornar crônicas e persistirem por meses ou anos.

“Ainda não se sabe exatamente porque algumas pessoas desenvolvem



a forma crônica e outras não”, diz André Freitas, médico da Coordenadoria de Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde de Campinas. “Nos pacientes que apresentam a forma crônica, os vírus permaneceram nos macrófagos meses após a infecção inicial. A proporção de pacientes que desenvolve essa forma mais grave é estimada em 10%”. A doença pode levar ao óbito, porém os casos de mortes relacionados à febre Chikungunya são raros. A infecção de mulheres grávidas, porém, pode trazer sérios riscos para seus filhos. “No momento do parto, mães que têm febre de Chikungunya podem transmiti-la para o recém-nascido”, afirma Laerte. “Por conta disso, a criança pode desenvolver doenças graves, como encefalites, por exemplo”.

TRATAMENTOS E PREVENÇÃO Assim como no caso da dengue, não há tratamento específico para a febre de Chikungunya. As recomendações do Ministério da Saúde são direcionadas para aliviar os sintomas, sendo indicado o uso de analgésicos para melhorar o quadro de febre e de dores articulares. O uso de anti-inflamatórios é desaconselhado, pois a diferenciação com dengue pode ser difícil no momento epidemiológico atual do Brasil. Esses medicamentos podem ser utilizados apenas depois de a dengue ser descartada e o diagnóstico da febre confirmado.

“Existem laboratórios americanos que estão começando a pesquisar uma vacina para a doença”, diz Laerte. “Porém, ainda estão em fase experimental e talvez demore anos até que chegue ao mercado”. Na Universidade de Tulane, nos Estados Unidos, cientistas testaram em primatas uma vacina com o vírus atenuado da febre de Chikungunya. Os animais não desenvolveram a doença e também não apresentaram efeitos colaterais, o que significa que a vacina foi eficiente e segura. Exames em humanos ainda não foram feitos, portanto embora promissora, não há garantia de que os resultados sejam os mesmos, e não há previsão de data para se tornar disponível à população.

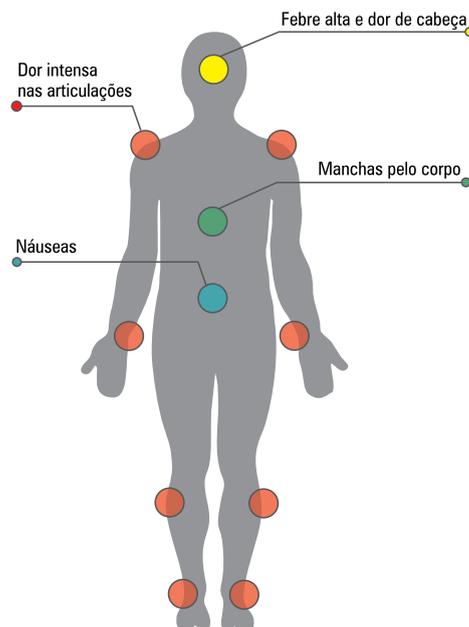
Para prevenção e contenção de uma possível epidemia, o Ministério da Saúde elaborou, no final de 2013, um plano nacional de contingência da doença. Suas principais metas são o treinamento de profissionais da saúde, a divulgação de medidas às secretarias de saúde e a preparação de laboratórios de referência para o diagnóstico da doença. Também houve a elaboração do manual de manejo clínico da febre de Chikungunya e do guia de vigilância epidemiológica da doença, que será lançado ainda este ano. O principal método de pre-

venção, entretanto, continua sendo o mesmo da dengue – evitar picadas do mosquito *Aedes aegypti*.

“Para quem estiver viajando ou for viajar para regiões onde há casos autóctones, é fundamental usar repelente e evitar picadas”, diz Freitas. “Para quem viajou para essas regiões e começar a apresentar sintomas, é importante avisar seu médico para que este possa fazer o diagnóstico e notificar a vigilância em saúde. Desta forma, novas transmissões poderão ser evitadas e o tratamento poderá ser realizado adequadamente”, orienta.

Ricardo Aguiar

SINTOMAS



Fonte: Organização Pan-Americana de Saúde

MUN

PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Alunos de graduação também publicam, revisam e editam artigos científicos

A produção científica brasileira avançou muito na última década, mas permanece o desafio de melhorar seu impacto, medido, entre outras formas, pelo número de citações que um artigo recebe. Além da barreira da escrita fluente em língua estrangeira (sobretudo o inglês), há a da redação científica, a qual poucos cursos de graduação ou pós-graduação contemplam em seus currículos.

Jovens estudantes de várias partes do mundo têm se organizado ao redor de revistas científicas voltadas apenas para a produção acadêmica de graduandos, como espaço para divulgar suas pesquisas, mas sobretudo como estratégia de aprendizado e capacitação de futuros editores, pareceristas e autores.

Em 1997, cinco graduandos de universidades norte-americanas se reuniram motivados a valorizar os trabalhos científicos desenvolvidos por alunos de graduação, que permaneciam “invisíveis”, na visão deles. Eles fundaram o *Journal of Young Investigators* (JYI), para o qual alunos de graduação poderiam enviar seus

artigos. Além de escrever artigos, os próprios graduandos, são responsáveis por revisar os manuscritos científicos, editá-los e publicar a versão final. O JYI conta atualmente com cerca de 50 graduandos no mundo inteiro e um corpo de diretores, formado por ex-alunos da graduação, a maioria de instituições dos EUA. “O trabalho voluntário no jornal nos ajuda a trocar ideias e a gerar novas ideias também. Ele expande e facilita a comunicação, mesmo que os alunos estejam separados por muitas milhas”, afirma Natalia Norori, de Costa Rica.

Além do JYI, outros periódicos têm perfil semelhante, entre os quais: *Beloit Biologist*, *Dartmouth Undergraduate Journal of Science*, o *American Journal of Undergraduate Research* e o *Journal of Undergraduate Research and Scholarly Excellence*. Nestas publicações, os próprios alunos atuam como editores, revisando manuscritos científicos enviados por outros alunos do mundo inteiro. No cargo de editor associado do JYI, por exemplo, o aluno aprende a revisar artigos submetidos através de um treinamento, que dura cerca de seis semanas, sobre o processo que os cientistas chamam de “revisão aos pares”, ou *peer review*, o qual é acompanhado por um aluno mais experiente e pelo orientador, com o qual o aluno em treinamento deve manter reuniões periódicas. Nessa etapa, as

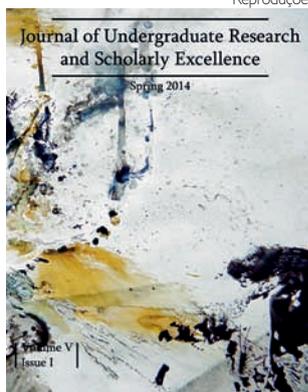
principais seções de um manuscrito científico são trabalhadas: resumo, introdução, materiais e métodos, resultados e discussão, além da revisão de um artigo completo de pesquisa e uma revisão de literatura. O treinamento inclui um manual para editor, com detalhes sobre todo o processo de revisão e orientações de como revisar um manuscrito.

O mais importante desse processo é a crítica construtiva que deve ser mantida nas respostas aos autores, já que o objetivo é educativo. Esse é um dos motivos pelo qual a taxa de aprovação de artigos é bastante alta: embora a aprovação seja baixa num primeiro momento, os autores têm a oportunidade de receber todas as orientações dos pareceristas para melhorar o artigo de modo a chegar aos “padrões da ciência”. “Há normas adequadas no mundo da publicação científica e nós tentamos ensinar os nossos autores. Se eles decidem aperfeiçoar o manuscrito a partir das nossas edições, eles quase sempre publicam”, diz Jai Kumar Mediratta, chefe de desenvolvimento do JYI.

A internacionalização, atualmente muito buscada pelas universidades, também faz parte da vida dos alunos participantes dessas iniciativas, ao entrar em contato com culturas diferentes e pessoas também do meio científico de várias partes do mundo. A equipe e os autores se comunicam



Notícias do Mundo



Reproduções

Periódicos científicos internacionais voltados para estudantes de graduação ajudam a familiarizar e capacitar futuros cientistas para a escrita, revisão e edição de artigos

em inglês, por email, ou conversas e reuniões com uso de ferramentas Skype ou Google hangouts.

No JYI, cerca de 85% das visualizações da página são provenientes de países de língua inglesa, sendo quase 79% dos EUA. Atualmente, apenas dois alunos (um brasileiro e uma aluna costa-riquenha) fazem parte da equipe do JYI, como representantes da América Latina. Além de trabalhar com artigos de pesquisa, muitos desses periódicos seguem o padrão de grandes revistas internacionais (como *Science* e *Nature*), apresentando também notícias, comentários e possuem apenas a versão *online*.

CAPACITAÇÃO Experiências da Universidade da Carolina do Sul, nos EUA, mostram que os alunos concordam que há uma melhora na escrita, edição, pesquisa e pensamento crítico através desse processo de

revisão aos pares. Embora tenham sido observados casos de plágio ou artigos muito fora dos padrões de ciência (qualidade da ciência, estrutura do manuscrito ou qualidade da escrita) em submissões de fora do país, o que reforça a necessidade de se disseminar a prática da boa conduta desde a graduação.

Para participar dessas publicações, é necessário ter disposição para o trabalho voluntário, que acaba contribuindo para que o estudante se sobressaia nas suas atividades acadêmicas. A ideia é criar uma cultura entre os membros e o envio de boletins *online* com os “integrantes do mês”, brindes para os destaques (como *squeezes* ou camisetas do jornal) são estratégias usadas para retribuir a colaboração dos estudantes.

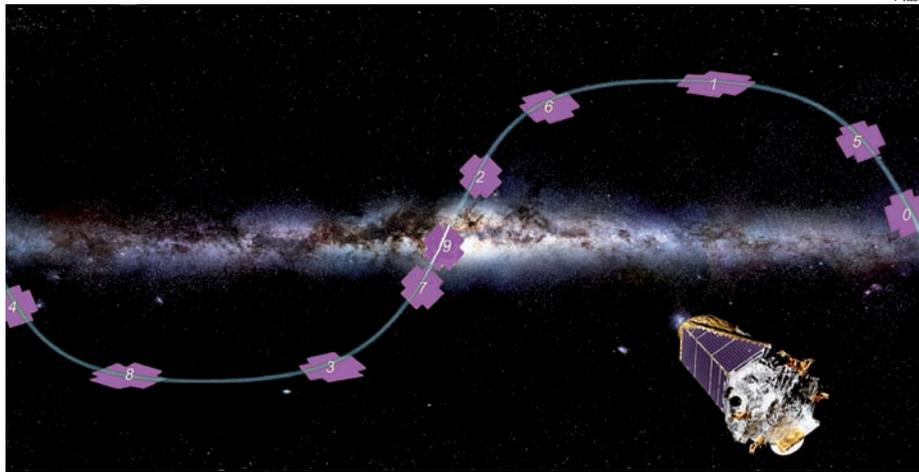
Embora não deva se tornar obrigatoriedade aos alunos de graduação, para não causar estresse decorrente

da pressão para publicar que é característica do dia a dia dos pesquisadores “profissionais”, essa é uma experiência muito interessante aos alunos que desejam seguir a carreira acadêmica e deverão, obrigatoriamente, escrever artigos para concluir seus projetos de mestrado e doutorado. Parece ser bastante compensador ter seu próprio artigo publicado quando ainda se é aluno de graduação. Um dos alunos que publicou um artigo no JYI, recentemente postou o comentário “Rapazes, finalmente sou um cientista com publicação!”.

Além disso, é muito interessante para os graduandos saberem o que outros alunos de graduação andam fazendo. “Estou gostando muito de ver o trabalho de outros alunos de graduação, sejam eles publicados ou não. É fascinante conhecer os interesses desses alunos”, revela Kristen Lindeen, editor associado em história no JUR, Universidade do Estado do Colorado (CSU). O único ponto negativo parece ser o final das colaborações. “Minha única tristeza é ter que deixar o trabalho em breve”, lamenta Nicole Smith, editor no JUR. Na página do Council on Undergraduate Research há uma lista com revistas para alunos de graduação: www.cur.org/resources/students/undergraduate_journals.

Renato Santos

MUN



Via Láctea com as localizações aproximadas dos campos-alvo propostos para a nova missão do Kepler. A linha mostra o plano da órbita da Terra ao longo da qual o telescópio espacial Kepler pode manter uma posição precisa

ASTRONOMIA

Descobrimos mundos: a reinvenção da sonda espacial Kepler

O sistema solar não é a fronteira definitiva quanto à existência de vida no universo. Essa é a esperança da equipe de cientistas que compõe a fase K2 da missão Kepler da Nasa (Agência Espacial Americana). A K2, ou Second Light (Segunda Luz), iniciou operações no dia 30 de maio e é uma das sondas espaciais do ExEP (Programa de Exploração de Exoplanetas) junto com a WFIRST, e o LBTI (Large Binocular Telescope Interferometer) - este último

com base na Terra -, que tem um programa de pesquisa voltado para responder uma das mais antigas, complexas e inspiradoras questões colocadas para a humanidade: "somos os únicos no cosmo?". A sonda Kepler foi lançada em 2009 com a promessa de encontrar exoplanetas. Para isso seguia o rastro de estrelas distantes - entre 500 e três mil anos luz do sistema solar. Um sensor de luz (fotômetro), capaz de monitorar mais de 150 mil astros simultaneamente - o Sol é uma dentre mais de 200 bilhões de estrelas na Via Láctea -, captava a luz das estrelas para avaliar instabilidades provocadas pelo trânsito de planetas em suas órbitas. Ano passado, depois de

sofrer avarias mecânicas em duas das quatro rodas responsáveis por lhe dar estabilidade, a Kepler quase foi colocada de lado. Muita criatividade e jogo de cintura foram necessários para resgatar e dar novo rumo à missão, mantendo seus objetivos científicos originais. De acordo com o sumário de performance e investimento da Nasa, de 2013, a Kepler já tinha começado a descobrir planetas, alguns menores que Mercúrio. Encontrar planetas desse tipo na zona habitável é um grande feito. A zona habitável de uma estrela é a região do sistema planetário onde água líquida pode existir na superfície do planeta. A Terra está na zona habitável do Sol, por exemplo. Com a K2 serão observadas estrelas, aglomerados estelares, galáxias e supernovas, além das gêmeas solares (semelhantes ao Sol), aumentando as esperanças de encontrar vida no universo.

A REINVENÇÃO DA KEPLER Quatro rodas com giroscópios acoplados, arranjadas duas a duas em dois lados da sonda Kepler, cumpriam o papel de dar estabilidade para que o telescópio ficasse apontado sempre na direção da constelação de Lira. O campo de visão da Kepler, mais ou menos do tamanho de uma mão fechada, era considerado grande. O telescópio espacial Hubble, por

D



Notícias do Mundo

exemplo, podia ver uma região mais ou menos equivalente a um grão de areia. Por causa de problemas mecânicos em duas de suas rodas, o telescópio perdeu estabilidade. Resolver o problema à distância era impossível. Ir até a nave seria muito caro. Então, uma equipe de cientistas elaborou uma solução muito criativa, testada ano passado. A nave poderia ser estabilizada contrabalanceando a pressão exercida pelas duas rodas com a pressão do vento solar, um tipo de emissão contínua de partículas do Sol. A solução daria à nave um equilíbrio instável, já que a pressão do vento solar não pode ser controlada. A nave teria de variar seu campo de visão. As pequenas variações de posição da K2 - ela fica entre 80 e 90 dias com o telescópio apontado na mesma direção - representam uma perda de cobertura temporal da região do espaço observada, já que antes era possível ficar anos observando o mesmo campo. A qualidade dos dados captados, no entanto, continua a mesma. Um dos campos de busca é o aglomerado M67, cujas estrelas têm idade parecida com a do Sol (4.6 bilhões de anos). A Nasa aprovou mais dois anos de financiamento para a K2 - foram solicitados 32 milhões de dólares para cobrir custos em 2016 e

2017 - o que será importante para fazer ligação com a próxima grande missão desenvolvida no Harvard Smithsonian Center for Astrophysics (CfA), o Transiting Exoplanet Survey Satellite, TESS. Pronto em 2017, ele será o próximo caçador de exoplanetas da Nasa e o elo entre o Kepler e Plato, missão da ESA, Agência Espacial Europeia, que parte em 2024. Ao longo deste ano outros projetos serão reavaliados pela comissão de orçamento da Nasa, incluindo o Hubble, o Chandra e o Spitzer.

DESCOBRINDO MUNDOS Um dos últimos planetas do sistema solar a ser descoberto, Urano, foi identificado quase casualmente. William Herschel e sua irmã Caroline observaram, com um telescópio montado no jardim de sua casa, em Bath, Inglaterra, em 1781, aquilo que pensaram ser uma estrela desconhecida, nas vizinhanças de H Geminorum. Algum tempo depois, Herschel pensou se tratar de um cometa em aproximação da Terra, para finalmente concluir, depois de observações cuidadosas, que o objeto era um planeta. Atualmente, são utilizadas técnicas para encontrar exoplanetas. Duas delas são a espectroscopia, que capta efeitos causados por um planeta na componente de velocidade

radial da estrela que ele orbita; e a fotometria, que capta efeitos da passagem de um planeta na "curva de luz" da estrela que ele orbita. Essa última técnica é usada pelo satélite francês CoRoT e pela sonda Kepler, mas para detectar planetas pequenos e os muito distantes (na zona habitável) ela ainda apresenta limitações. O gigante do sistema solar, Júpiter, por exemplo, causaria alterações muito pequenas na curva de luz do Sol, e quase nenhuma alteração em sua velocidade radial, já que ele está distante do astro.

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA O brasileiro José Dias do Nascimento, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e atualmente pesquisador do CfA, em Harvard, nos Estados Unidos, conhece bem a realidade em que a técnica impõe um limite para a identificação de exoplanetas: "Com as técnicas disponíveis, não identificaríamos os planetas do sistema solar, se estivéssemos fora dele". Já que era tão complicado procurar exoplanetas, por que não procurar por gêmeas solares? Essa reinvenção rendeu frutos positivos para o professor Nascimento e a pequena equipe brasileira de astrônomos da qual ele faz parte, responsável pela detecção de cinco gêmeas, num universo de 20 conhecidas.

MUN

Quantas dessas estrelas podem existir no universo? Esta é, exatamente, uma das perguntas que Nascimento e sua equipe tentam responder, por meio de um recenseamento teórico com uma simulação computacional. O pesquisador, que tem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da UFRN e da Fundação Lemman, comemora a inclusão de dois projetos seus na fase K2, no campo de M67: “O primeiro trata da observação de estrelas gigantes. Minha proposta é analisar a abundância de lítio desses objetos e entender melhor o processo de mistura que acontece no interior das estrelas. O segundo, e mais importante em curto prazo, trata da observação e busca por estrelas gêmeas”. No último dia 2 de junho foi anunciada a descoberta da Mega Terra - a partir da análise de dados da Kepler. Um planeta 17 vezes mais maciço que a Terra, localizado na constelação de Draco. “Isso foi feito pelo meu vizinho de sala aqui em Harvard, o grande centro de pesquisa em astronomia da atualidade”, conta Nascimento.

Victória Flório

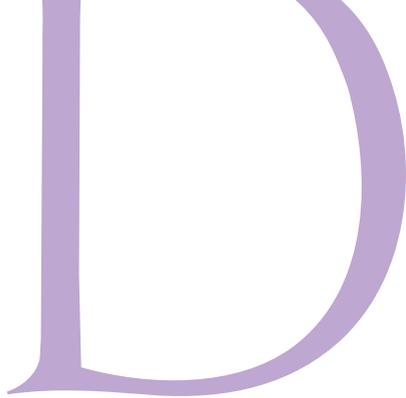
ENTREVISTA – FRANCK SEGUY

Pesquisador considera posição atual do Haiti na economia mundial como uma colônia dos países imperialistas

Desde o terremoto de 2010, que matou 300 mil pessoas no Haiti e arrasou o território, o país está ocupado por tropas internacionais de militares que visam manter a ordem local. O episódio sísmico aumentou a diáspora haitiana pelo mundo e a fragilidade da população, que sofre com a falta de empregos, de infraestrutura e de autonomia. Para o sociólogo e pesquisador haitiano Franck Seguy, o Haiti ocupa a epiperiferia, pois além de estar na periferia dos Estados Unidos, passa a ser ocupado por países em desenvolvimento como o Brasil. Colônia francesa até 1804, quando obteve sua independência mediante pagamento de multa, o Haiti ainda não conquistou sua soberania e continua sendo explorado como colônia, sobretudo em função da fragilidade política, da mão de obra barata e especializada, afirma Seguy. Em sua tese “A catástrofe de janeiro de 2010, a Internacional Comunitária e a recolonização do Haiti”, defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob orienta-

ção do sociólogo Ricardo Antunes, Seguy analisa a exploração sofrida pelo Haiti desde 1915, quando os norte-americanos se apossaram do território, embasando-se na doutrina Monroe que tem como lema: A América para os americanos. “A América para os norte-americanos”, corrige. Segundo o sociólogo, o interesse pelo Haiti ocorre pela posição estratégica ocupada, devido ao Canal do Panamá e à proximidade com grandes centros. Em 2004, com o golpe ao presidente Jean Bertrand Aristide, a Organização das Nações Unidas (ONU), ocupou o país e criou a Minustah, uma força militar para a estabilização do Haiti, conduzida há dez anos pelo Brasil. Para o pesquisador, a missão não é evitar conflitos no país, mas movimentos sociais contrários à política das zonas francas e às condições trabalhistas precárias. Nesta entrevista, Seguy aborda questões polêmicas sobre a situação atual do Haiti. “O Haiti é a nova colônia dos Estados Unidos que, entre outros interesses, fazem uso da mão de obra barata para fomentar indústrias norte-americanas”, aponta referindo-se às relações desiguais entre os países que devem se intensificar com a criação de 42 novas zonas francas no Haiti. O sociólogo defende a retirada imediata das tropas militares.

Em sua tese, você cita um estudo do economista norte-americano Paul



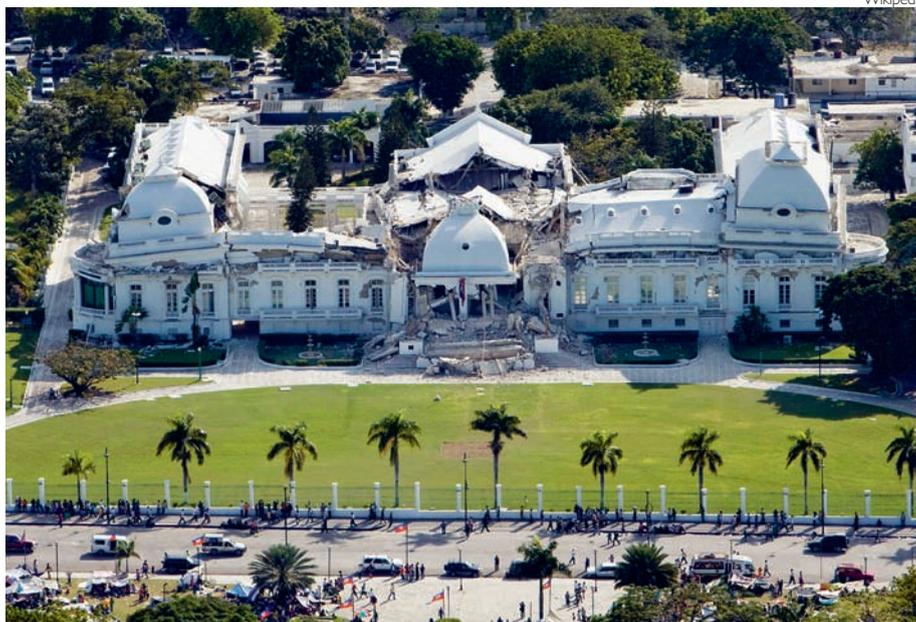
Notícias do Mundo

Collier sobre controle da mão de obra haitiana, um ano antes do terremoto. Você acredita que o sismo criou as condições para que esse projeto fosse posto em prática?

Desde 1915, o Haiti não deixou de ser um tipo de propriedade privada dos sucessivos governos norte-americanos; apenas as formas de cada governo lidar com o Haiti é que mudam de acordo com o contexto. Atualmente, o conceito fundamental para entender essa dominação é a lei PARDN (Plano de Ação para Reerguer e Desenvolver o Haiti), ou lei Hope, como é conhecida no Haiti. Esta lei nasceu em 2006, a partir do relatório do economista norte-americano, Paul Collier, enviado ao país pelo secretário geral da ONU. O economista apresentou o relatório, em 2009, que foi posto em prática após a destruição que o país sofreu em 2010, devido ao terremoto. O plano emergencial para reerguer a economia haitiana era, na verdade, uma medida premeditada que encontrou, no terremoto, o cenário perfeito para se realizar.

Qual o teor da lei Hope e como ela impacta o Haiti?

No relatório, o economista diz que o Haiti é um país que possui estabilidade social e que é estratégico, por ser vizinho de grandes mercados. Possui, ainda, mão de obra mais barata que a chinesa, e é um país pou-



Palácio nacional haitiano na capital Porto Príncipe, abalado pelo terremoto que causou cerca de 300 mil mortes, foi demolido em 2012

co regulamentado, sem muitas leis trabalhistas, sindicatos ou proteção ao trabalhador. Além disso, oferece trabalhadores qualificados, pois o país tem tradição na produção têxtil oriunda das décadas de 1960, 1970 e 1980, dispensando, assim, treinamento oneroso para as empresas. O economista acrescenta que, do ponto de vista da indústria do vestuário, o Haiti é o país mais seguro para investir. Empresas que produzem artigos como calçados e vestuários no Haiti têm a liberdade de entrar no mercado norte-americano sem pagar impostos. Já para produtos, que estão nos EUA, voltarem para o Haiti e serem comercializados, há

duas condições: a porcentagem da produção que pode voltar para o país de origem é de 25 a 30%. Quando o produto volta para o Haiti, torna-se mercadoria importada, ou seja, deve-se pagar taxas de importação para adquirir o produto em solo haitiano. Esse plano é fundamental para entender todo o processo em andamento, que não dispensa a construção de zonas francas em pontos estratégicos do país.

Como se dá o processo de construção de zonas francas?

O Haiti é a nova colônia dos Estados Unidos, com sua produção destinada somente àquele mercado e com



forte presença norte-americana em solo haitiano através da figura do ex-presidente Bill Clinton. Somente parte da produção fica no Haiti, que não se constitui como mercado consumidor relevante. No projeto de criação de 42 zonas francas, as leis haitianas não têm validade, somente o salário mínimo local é válido, cujo valor é de US\$ 4 ao dia. Para as zonas francas, as terras dos camponeses haitianos são expropriadas, e eles se tornam mão de obra barata. A mais nova zona franca fica na região de Caracol. O projeto é de que se construa 42 zonas com a possibilidade de se empregar 75 mil trabalhadores até 2020. Não há, porém, nenhuma garantia de que esse número de pessoas será respeitado.

A mais nova cidade haitiana é Canaã, qual o cenário em que ela foi constituída?

A cidade de Canaã, que se situa a 10 quilômetros de Porto Príncipe, nasceu como medida do governo para abrigar moradores da capital haitiana que perderam suas casas durante o terremoto. Canaã passou de acampamento provisório para novo lar dos desalojados. Por se tratar de um grande espaço desocupado, as famílias começaram por si mesmas a demarcar espaços e, de maneira irregular, começaram a erguer as próprias casas, sem nenhum tipo de avaliação de risco ou licença de construção. Um engenheiro me assegurou que os moradores já in-

vestiram US\$60 milhões nas construções irregulares que, no caso de outro terremoto, apresentam grande risco para a população, podendo causar novo morticínio.

O que é a Internacional Comunitária e como ela afeta o Haiti?

É um termo criado pelo professor haitiano Jean Anil Louis-Juste, assassinado duas horas antes do terremoto. A Internacional Comunitária é o que a literatura dominante chama de comunidade internacional. Quando as pessoas dizem “a comunidade internacional não vai aceitar isso”, não estão se referindo ao Haiti, à República Democrática do Congo, ou ao conjunto de países do mundo, mas sim às economias dominantes, como Estados Unidos, França, Alemanha, Canadá. Com a criação do termo, Louis-Juste quis dizer que não existe uma comunidade internacional, o que existe é um conjunto de países imperialistas que têm interesses diferentes, que se unem no momento de dominar os países em desenvolvimento. O professor que foi assassinado ainda dizia que esse grupo se une quando um país em desenvolvimento quer fugir do controle das regras impostas pelo capitalismo, que é representado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e pela OMC (Organização Mundial do Comércio), entre outros. O Haiti é, então, afetado através do braço ideológico desses países e instituições que se

apresentam como ONGs, cuja atuação influencia políticas públicas.

O Brasil está, desde 2004, no comando da Minustah. Qual é o papel do Brasil no Haiti?

A Minustah tem a missão de reprimir movimentos sociais e manter a estabilização da situação no Haiti. A verdadeira função desse exército internacional é evitar que o povo se revolte contra a política das zonas francas que está sendo implantada no país, é fazer o povo se contentar em trabalhar muito, produzir muito e receber baixos salários. A única ajuda proporcionada por essa força é ao capital estrangeiro. O papel não só do Brasil, como de muitos outros países em desenvolvimento presentes no Haiti, é a terceirização das forças armadas. Os Estados Unidos decidiram que não queriam mais ter exército presente no Haiti e terceirizaram essa função.

Qual a saída para o Haiti?

O primeiro passo é a saída da Minustah, saída imediata e não gradual. Com isso, as classes sociais se enfrentariam para decidir os rumos do país, num confronto decorrente do aspecto organizador da sociedade e que poderia criar um novo rumo para o Haiti. Esse enfrentamento pode melhorar ou não o país, mas o povo teria sua soberania recuperada e poderia se organizar enquanto sociedade.

Viviane Lucio

UNIVERSIDADES NA

DILTA DURA

Coordenação

Rodrigo Patto Sá Motta

Gilberto Hochman

Marieta de Moraes Ferreira

Helena Bomeny

Angélica Müller

Pedro Ernesto Fagundes

Ildu de Castro Moreira

APRESENTAÇÃO

UNIVERSIDADES E A DITADURA

Rodrigo Patto Sá Motta

O estudo das políticas universitárias da ditadura e do seu impacto nos meios acadêmicos configura tema fundamental para reflexão neste momento em que se completam os 50 anos do golpe de 1964. Nesta direção, deveriam ser considerados, em especial, os resultados alcançados por tais políticas, os estragos provocados pela repressão e as diferentes maneiras como as ações da ditadura foram recebidas pela comunidade universitária. Trata-se de uma questão, ao mesmo tempo, fundamental e polêmica. E plena de atualidade, pois muitas das nossas instituições universitárias foram construídas ou consolidadas durante a ditadura, e, também, porque a parte mais autoritária e elitista desse legado tem sido questionada nos últimos tempos, em que se desenham políticas universitárias mais preocupadas com o desenvolvimento social e o combate às desigualdades.

A pesquisa sobre o período da ditadura ainda é um campo em construção no Brasil, especialmente no concernente à historiografia. Há muitos acervos documentais para explorar, além de testemunhos a serem coletados, e é crescente o número de trabalhos de pós-graduação que vêm se dedicando ao tema. Entretanto, trata-se de campo de pesquisa em consolidação, e ainda há muito a fazer na direção de um conhecimento aprofundado sobre a ditadura. Tal observação geral é particularmente adequada para descrever o caso das universidades, objeto de estudo ainda pouco explorado. Neste dossiê, reunimos contribuições de alguns destacados pesquisadores com trabalhos sobre o tema. São abordagens que apontam a violência política e a repressão dirigida contra os profissionais acadêmicos, mas, também, a existência de espaços de acomodação com a ditadura, bem como os investimentos modernizadores do Estado autoritário.

Rodrigo Patto Sá Motta é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenador do grupo de pesquisa “História Política – Culturas Políticas na História” e pesquisador do CNPq e da Fapemig.

A DITADURA NAS UNIVERSIDADES: REPRESSÃO, MODERNIZAÇÃO E ACOMODAÇÃO*

Rodrigo Patto Sá Motta

O foco nas instituições de ensino superior nos oferece a oportunidade de observar a atuação dos militares e seus aliados civis em área estratégica e de grande repercussão. Nas universidades, os paradoxos e as ambiguidades do regime militar se manifestaram plenamente, revelando a complexidade dessa experiência autoritária. De fato, o regime político construído a partir de 1964 teve dupla dimensão: ele foi, simultaneamente, destrutivo e reformador, e, nunca é demais ressaltar, o seu impulso modernizador foi viabilizado por meios repressivos.

Porém, tal como nas outras áreas do novo governo, a política universitária não estava pronta em 1964, pois os vencedores não tinham rumos claros sobre o que fazer após a conquista do poder, salvo a necessidade de “limpar” o país de inimigos reais e imaginários. Os grupos que deram sustentação ao golpe de 1964 compunham frente heterogênea: liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e até alguns reformistas moderados receberam com alívio o golpe, pois haviam perdido a confiança no governo de João Goulart. O único consenso era negativo: tirar do poder um governo acusado de conduzir o país para o precipício.

O golpe de 1964 não foi um movimento essencialmente antirreformista, mas, sobretudo, anticomunista. Tradição política enraizada no Brasil desde os anos 1930, quando foi construído o mito da “Intentona Comunista”, o anticomunismo ocupou lugar central nos embates dos anos 1960, alimentado nesse contexto pela cultura da Guerra Fria e pela ascensão de movimentos sociais hegemônicos pela esquerda. A campanha contra os comunistas que, na verdade, gerou expurgos que afetaram setores muito mais amplos do campo “progressista”, foi a principal justificativa de apoio ao golpe de 1964 aos olhos de parte expressiva da opinião pública.

No entanto, uma parcela dos grupos golpistas era favorável a reformas, desde que afastado qualquer perigo de radicalização e fortalecimento de lideranças revolucionárias. Também à direita aceitava-se o argumento reformista de que as universidades precisavam de mudanças para superar certos arcaísmos. A unidade básica das faculdades eram os catedráticos, professores poderosos que, entre outros privilégios, tinham cargos vitalícios. Tal sistema era considerado responsável pela fraca produção de conhecimento e pela apatia dos professores situados nos níveis hierárquicos inferiores. Outro problema sensível era a escassez de vagas para os jovens em condições de ingressar na universidade, um grupo em expansão devido ao aumento das taxas de urbanização e ao crescimento demográfico nos anos 1950-60.

Nesse quadro, era forte a sensação de que as universidades precisavam ser transformadas, embora os projetos político-ideológicos em disputa divergissem sobre os rumos a adotar. De modo simplificado, esquerda e direita convergiam no diagnóstico de que era necessário modernizar e produzir mais conhecimento, porém, os primeiros desejavam também situar as universidades ao lado das causas socialistas. Esse era o tom dos debates sobre reforma universitária organizados, antes de 1964, por lideranças estudantis e pela União Nacional de Estudantes (UNE), que almejavam também mudar a estrutura de poder dentro das instituições de ensino. A partir de tais debates, a demanda por reforma universitária foi incorporada às “reformas de base” anunciadas por João Goulart, cujos planos incipientes para o ensino superior não tiveram oportunidade de se concretizar.

Entre os adversários das esquerdas, sobretudo nos grupos influenciados por argumentos liberais, circulavam também teses reformistas. Entretanto, ao contrário da perspectiva socialista e revolucionária, eles queriam mudar o ensino superior para torná-lo mais eficiente e produtivo, tendo em vista as necessidades do desenvolvimento econômico e de modernização da máquina pública. Conferia-se ênfase ao ensino técnico, em detrimento da tradição humanista, e privilegiava-se o desenvolvimento tecnológico, em prejuízo da pesquisa voltada para a ciência pura (1). Para as vertentes à direita, as universidades não precisavam ser públicas e tampouco gratuitas. Ao contrário, questionava-se o estatuto da gratuidade do ensino e defendia-se a cobrança de taxas dos estudantes que pudessem pagar.

Assim, nos debates políticos e culturais realizados no início dos anos 1960 era amplo o leque das opções para o futuro do Brasil. Com a vitória da coalizão golpista e a derrota política das esquerdas, acabou por vencer uma vertente autoritária e liberal-conservadora do projeto modernizador que, paradoxalmente, se apropriou de ideias sugeridas por líderes derrotados em 1964.

A política universitária implantada pela ditadura foi se desenhando ao longo do tempo, e suas linhas mestras só se definiram plenamente no início dos anos 1970, resultando de choques entre grupos e opiniões divergentes, da pressão do movimento estudantil e da apropriação de ideias gestadas no pré-1964, inclusive do próprio conceito de reforma universitária. A reforma afinal realizada pelo regime militar foi o efeito paradoxal de pressões contrárias, de liberais, conservadores, militares, religiosos, intelectuais (e professores universitários), a que se somaram os conselhos de assessores e diplomatas norte-americanos, tendo como cenário de fundo a rebeldia estudantil. A ditadura, apesar do poder autoritário de que dispunham seus líderes, acabou por acomodar essas pressões e opiniões diferentes, do que derivaram políticas paradoxais e, às vezes, contraditórias.

CARÁTER MODERNIZADOR-AUTORITÁRIO DO ESTADO Praticamente desde o seu início tem-se procurado conceituar adequadamente o regime político que surgiu a partir de 1964. Há

bastante tempo tornou-se corrente a adoção de conceitos como modernização conservadora ou autoritária para explicar o que aconteceu no Brasil após o golpe. Esse campo conceitual é atraente por expressar bem os paradoxos de um projeto marcado pela heterogeneidade política. No barco da ditadura viajaram juntos grupos com ideias e propostas diferentes. Por isso, há que distinguir entre conservadorismo e autoritarismo nas políticas implantadas pelo regime militar. O impulso conservador foi importante na montagem do Estado pós-64, expressando anseios de manutenção do *status quo* e da ordem tradicional. No entanto, em vários momentos, as demandas conservadoras entraram em contradição com os propósitos dos grupos modernizadores; às vezes os conservadores levaram a pior em tais disputas, enquanto o autoritarismo sempre esteve presente na ditadura, em que pesem certas ambiguidades e a influência moderadora da opinião liberal, que também ocupava espaço nesse “barco”.

São recorrentes na história brasileira e fazem parte de sua cultura política as experiências de modernização conservadora e autoritária – processos de mudança contraditórios em que o novo negocia com o velho, mantendo em vigor e atualizando certos traços do passado, enquanto outros são transformados. Pode-se chamar isso de arte de fazer mudanças conservando, processo que teve momentos culminantes nas duas grandes ditaduras do século XX, o Estado Novo e o regime militar. Certos aspectos tradicionais do comportamento político (principalmente dos grupos dirigentes brasileiros) se reproduziram durante o regime militar, em especial a tendência à conciliação e acomodação, estratégia utilizada para evitar conflitos agudos, e o personalismo, entendido como prática arraigada de privilegiar laços e fidelidades pessoais em detrimento de normas universais.

A influência de tais características da cultura política brasileira ajuda a explicar o caráter modernizador-autoritário do Estado durante o regime militar, inclusive em sua manifestação específica nas universidades. Além disso, o influxo cultural pode ajudar a compreender, também, o modo peculiar como se deram as relações do aparato repressivo com os meios acadêmicos e intelectuais. Como sabemos, as ações repressivas da ditadura foram intensas e provocaram violência e perseguições de diversas naturezas, desde a prisão, a expulsão do serviço público, a censura, para não falar de ações mais cruentas como tortura e morte. Esse impulso repressivo é inerente à ditadura e não pode ser minimizado, nem perdoado. No entanto, nos meios acadêmicos, tais relações foram permeadas também por jogos de acomodação, estratégias de ação que não se enquadram bem em análises binárias.

O tema da tradição conciliatória mereceu a atenção de autores influentes no pensamento social brasileiro, tanto nacionais como estrangeiros (2). Os analistas da “conciliação”, tema que já se tor-

nou clássico, convergem para a interpretação de que a cultura brasileira tem como marcas centrais a flexibilidade, a recusa a definições rígidas e a negação dos conflitos, que são evitados ou escamoteados por meio de ações gradativas, moderadoras, conciliatórias e integradoras. Ressalte-se: a recusa de reconhecer e agudizar os conflitos, a tentativa de negá-los ou contorná-los, serve à manutenção da ordem desigual e elitista, pois as estratégias conciliadoras ajudam a escamotear os problemas sociais e a exclusão política, bem como a postergar sua solução.

Assim, é forte na nossa cultura o recurso à conciliação, à busca de soluções de compromisso que evitem o caminho de rupturas radicais. Procura-se acomodar os interesses de grupos em disputa, em um jogo de mútuas concessões, para evitar conflito agudo, sobretudo quando os contendores principais pertencem às elites sociais. Entretanto, nem todos os agentes políticos fazem uso de tais estratégias, e os que o fazem não são movidos por lógica férrea ou qualquer forma de determinismo, pois, em alguns contextos, os apelos à conciliação não são bem recebidos. A conciliação e a acomodação fazem parte do repertório de estratégias à disposição dos que disputam os jogos de poder no Brasil – ou seja, elas integram a cultura política do país –, e, como há larga tradição e vários exemplos bem-sucedidos, muitos líderes são incentivados a escolher tal caminho, na esperança de construir projetos políticos estáveis.

A percepção da influência desses traços arraigados na cultura – levando em conta também a heterogeneidade das bases de apoio da ditadura – permite compreender os paradoxos e as contradições das políticas dos governos militares, que, de outro modo, poderiam parecer caóticas e irracionais. O Estado construído após o golpe de 1964 representou tentativa de conciliar demandas opostas, já que o caráter heterogêneo de sua base de apoio gerou pressões em direções contrárias. Em lugar de fazer escolha clara e irrestrita por alguma das opções – como, por exemplo, fez a ditadura chilena em favor de programa econômico liberal –, os dirigentes brasileiros preferiram atender a projetos diferentes e estabelecer compromissos.

Observando o quadro geral, pode-se dizer que o propósito modernizador se concentrava na perspectiva econômica e administrativa, com vistas ao crescimento, à aceleração da industrialização e à melhoria da máquina estatal. Já o projeto autoritário-conservador se pautava em manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente como atores políticos, bem como em combater as ideias e os agentes da esquerda – por vezes, qualquer tipo de vanguarda – nos campos da política e da cultura, defendendo valores tradicionais como pátria, família e religião, incluindo a moral cristã.

No que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora implicou: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização

**NO BARCO DA
DITADURA
VIAJARAM
JUNTOS GRUPOS
COM IDEIAS E
PROPOSTAS
DIFERENTES**

da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. Para viabilizar a desejada modernização, sobretudo durante o período inicial do regime militar (1964-68), enfatizou-se a adoção de modelos universitários vindos dos países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos.

Os militares e seus aliados civis implantaram reformas (3) de impacto duradouro no ensino superior que ainda dão forma ao nosso sistema universitário, embora mudanças visando à democratização tenham sido adotadas em anos recentes. Da estrutura departamental ao sistema de pós-graduação, passando pelos exames vestibulares (neste momento em processo de mudança com a adoção do sistema Enem), a base da estrutura universitária em vigor foi construída sob a ditadura; ou melhor, foi imposta à força, embora a essência desse desenho tenha sido elaborada por líderes docentes, e a pressão do movimento estudantil – ou o temor que ela despertava nos militares – tenha servido de contrapeso e evitado a aplicação de certas medidas pretendidas pelo Estado.

No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo mais que achasse perigoso e desviante – e, naturalmente, os defensores dessas ideias –; controlou e subjuguou o movimento estudantil; criou as ASI (Assessorias de Segurança e Informação) para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou inculcar valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon.

Em sua faceta destrutiva, o Estado autoritário prendeu, demitiu ou aposentou professores considerados ideologicamente suspeitos – em geral acusados de comunistas –, assim como afastou líderes docentes acusados de cumplicidade com a “subversão estudantil”. Além disso, torturou e matou alguns membros da comunidade acadêmica que considerava mais “perigosos”. O anseio por uma “limpeza” ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de textos, e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. As ASI, juntamente com outros órgãos de informação, triaram contratações, concessões de bolsa e autorizações para estágios no exterior.

Quando assumiram o poder, após a vitória inesperadamente fácil do golpe, os militares e seus aliados civis encontraram situação conturbada nos meios universitários. No início dos anos 1960, o movimento estudantil havia se tornado aguerrido e bem estruturado, sob o comando de líderes da esquerda católica e de comunistas. No clima de radicalização anterior ao golpe, as universidades se tornaram centros importantes da mobilização esquerdista, com a realização de seminários, eventos culturais e políticos, manifestações as mais diversas; e os estudantes se tornaram forte grupo de pressão no cenário público. Para além do fato de as universidades reunirem inimigos do novo regime, “credenciando-se”, portanto, como alvos privilegiados das pri-

meiras operações de expurgo, elas ocupavam lugar estratégico na formação das elites intelectuais e políticas do país, e, secundariamente, dos dirigentes econômicos. Assim, eram indispensáveis ao projeto modernizador acalentado por setores da coalizão dominante, com duas funções básicas. Primeiro, continuar cumprindo, agora em escala ampliada, o papel de formar profissionais indispensáveis às atividades econômicas. Em segundo lugar vinha o potencial para desenvolver novas tecnologias, algo ainda incipiente na realidade brasileira de meados dos anos 1960, e que não era considerado prioritário por todos os envolvidos, pois a importação de tecnologia era regra nas grandes empresas.

Porém, o impulso modernizador do novo regime era contrabalançado por forças retrógradas que o apoiavam, amedrontadas com os riscos à manutenção da ordem e aos valores tradicionais. Esses setores, geralmente representados por religiosos, intelectuais conservadores e militares, não se contentavam tão somente com o expurgo da esquerda revolucionária e da corrupção. Eles desejavam aproveitar o momento para impor agenda conservadora mais ampla, que contemplasse a luta contra comportamentos morais desviantes, a imposição de censura e a adoção de medidas para fortalecer os valores caros à tradição, sobretudo pátria e religião.

As universidades representam espaço privilegiado para observar os entrecosmos das diferentes forças que moveram o experimento autoritário brasileiro. Elas eram importantes lócus de modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda; eram instituições que o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar.

Sob o influxo da cultura política brasileira, os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiravam a contradição: demitir professores que depois eram convidados a voltar, para em seguida afastá-los novamente; invadir e ocupar universidades que ao mesmo tempo recebiam mais recursos; apreender livros subversivos, mas também permitir que fossem publicados e que circulassem. Como explicar o paradoxo de uma ditadura anticomunista que permitiu a contratação de professores marxistas e manteve comunistas em seus cargos públicos, enquanto outros eram barrados e demitidos? Como foi possível, no mesmo contexto, o marxismo ter ampliado sua influência e circulação nas universidades? (4)

Outros elementos tradicionais da política brasileira também se fizeram presentes nesse período: o Estado autoritário lançou mão de estratégias de cooptação, e vários agentes demonstraram flexibilidade em relação a normas e valores dominantes, com tendência a tangenciar os preceitos legais e confiar mais na autoridade pessoal, nos laços sociais e em arranjos informais. Essas práticas permitiram ao Estado contar com o talento de profissionais provenientes de campo ideológico adversário, mas também propiciaram o amortecimento da repressão, com base na mobilização de fidelidades pessoais e compromissos informais.

Certamente que tais processos foram simultâneos às ações de repressão, afinal, cumpre lembrar que muita violência ocorreu nos *campi*, sobretudo nos momentos de invasão policial, que tiveram lugar em 1968 e, com menor intensidade, em 1977. Ainda assim, nas universidades, a repressão foi temperada por jogos de acomodação e conciliação, cujo entendimento é indispensável para que se explique de forma adequada o processo autoritário, no seu desenrolar e em sua conclusão peculiar.

No Brasil, a estratégia conciliatória tende a ser mais mobilizada quando os agentes em conflito pertencem às elites sociais. É este precisamente o caso, pois nos meios universitários, em grande proporção, estavam pessoas originárias das classes médias e altas, que tinham possibilidade de mobilizar ligações sociais em seu benefício, não obstante houvesse muitos “pagãos” também, ou seja, pessoas sem laços sociais protetores. Esse jogo complexo e, às vezes, ambíguo, sugere uma análise mais sutil do impacto do autoritarismo nas universidades, capaz de iluminar processos que não se encaixam no tradicional par repressão/resistência. Houve também arranjo entre repressão/acomodação, repressão/negociação e repressão/cooptação.

No caso dos meios acadêmicos, esse aspecto foi mais marcante, pois muitos dos seus membros tinham laços pessoais ou familiares com membros do governo e mesmo das Forças Armadas. Assim, características peculiares da sociedade brasileira, altamente elitizada e com recursos educacionais e culturais concentrados nos estratos superiores, geraram situações em que as lideranças acadêmicas esquerdistas e os líderes do Estado militar pertenciam aos mesmos grupos sociais, o que implicava, muitas vezes, laços de parentesco, amizade ou de convivência escolar anterior.

Isso explica porque, em certas situações, quando as características do regime autorizavam ações repressivas duras, certos agentes estatais optaram por moderação, tolerância e/ou negociação. Gestões de natureza pessoal permitiram que vetos políticos à contratação de alguns professores fossem contornados; sugestões para aposentadoria compulsória fossem engavetadas; passaportes bloqueados fossem liberados; bolsas de pesquisa retidas fossem autorizadas; condenações judiciais se tornassem mais leves; e, também, alguns presos fossem libertados, e certas prisões, evitadas.

Claro, nem todos os servidores do regime estavam predispostos à moderação, e nem sempre ela funcionou bem, pois centenas de professores e intelectuais perderam cargos ou tiveram sua contratação barrada. Considerando os dois grandes expurgos, em 1964 e 1969, entre aposentadorias e exonerações, pode-se estimar que mais de 300 docentes foram afastados das universidades públicas. O número dos que tiveram sua contratação bloqueada por razões ideológicas é mais difícil de precisar, pela escassez de evidências. Por outro lado, a disposição das autoridades para agir com moderação era tanto maior quanto menor o impacto público das atividades promovidas no espaço universitário. Em outras palavras, se o radicalismo acadêmico não transpusesse os muros

das faculdades, maiores as chances de ser tolerado e de não atrair medidas repressivas.

No entanto, apesar dessas ressalvas, nas universidades com frequência as vozes moderadas prevaleceram, e a repressão foi temperada com negociação e tentativas de acomodação, em certos casos com a anuência dos órgãos de repressão. Importa ressaltar que esses jogos de acomodação, que se situavam em espaço intermediário entre as opções de resistir ou aderir ao regime militar, implicavam compromissos de mão dupla. Os intelectuais visados pelas agências de repressão que conseguiam escapar de perseguições deveriam comportar-se com discrição, evitando ataques públicos contra a ditadura.

É fundamental levar em conta a existência de tais espaços de acomodação e negociação, tanto para entender a natureza do regime militar quanto porque eles tiveram impacto no processo de superação do autoritarismo. Os expurgos nas universidades teriam sido maiores não fosse a influência moderada em alguns círculos do poder, e graças às estratégias de acomodação que adotaram em certas circunstâncias. Tanto alguns membros do governo quanto dirigentes universitários trabalharam para evitar demissões e liberar contratações, contrariando a indicação de órgãos repressivos. Fizeram-no pelo interesse de contar com o talento de certos profissionais acadêmicos, o que a seus olhos justificava a tolerância política, ou para evitar perda de prestígio junto à comunidade universitária e à opinião pública. Daí ser comum encontrar reitores que tomavam medidas repressivas com uma mão e com a outra protegiam pessoas visadas.

Com isso, evitou-se o expurgo completo da esquerda acadêmica, e, apesar dos esforços da direita militante, que teve força para bloquear muitas contratações de “suspeitos”, alguns professores com perfil esquerdista foram admitidos durante a ditadura. Essas situações foram mais frequentes antes do AI-5 (entre 1965 e 1968) e depois da distensão (de 1974 em diante), porém, ocorreram também durante os anos de repressão mais intensa. Tal não se deu apenas nas universidades, mas também em outros órgãos públicos, da administração direta e indireta, em que algumas pessoas visadas pela repressão foram protegidas por sua competência presumida ou por laços pessoais. Essas situações provocaram a ira da direita radical, principalmente de grupos encastelados no aparato de repressão, que, a partir de meados dos anos 1970, passaram a acusar a “infiltração comunista” no governo, elemento que se tornou um dos ingredientes na disputa pelo poder na sucessão do general Geisel.

Os jogos de acomodação analisados sumariamente aqui têm uma peculiaridade que cabe ressaltar: como em todo jogo, as coisas não funcionam se houver apenas um contendor. Explicitando a metáfora, as negociações visando a moderar a repressão sobre as elites intelectuais implicavam concessões mútuas, envolvendo os dois lados. Por isso, não deve causar estranheza que práticas semelhantes tenham marcado também a saída da ditadura, estimulando o pacto e o arranjo entre os círculos no poder e as forças de oposição. Encontra-se aí uma explicação para o caráter relativamente indolor

(para os quadros do regime militar) da transição pós-autoritária no Brasil, marcada pela ausência de punições contra os agentes da violência estatal e pela acomodação das antigas elites políticas no novo quadro “democrático”.

O processo de saída do regime militar e de construção da democracia foi marcado por acomodações e conciliações que permitiram reduzir os custos para os agentes da ditadura. Porém, vale a pena insistir, esse caminho foi possível porque mesmo nos momentos intensos da repressão o Estado autoritário mostrou-se transigente em certas situações. A acomodação beneficiou membros das elites sociais que, embora avessos aos valores oficiais, foram poupados da repressão por considerações pragmáticas ou pela mobilização de laços sociais.

A linha de análise desenvolvida aqui não implica desvalorizar as lutas e a resistência à ditadura nos meios acadêmicos. Desde o começo as universidades foram um dos espaços sociais mais hostis à ditadura, em que ocorreram muitas lutas e ações de resistência, desde as mais sutis até os protestos ostensivos como paralisações, ocupações de prédios, passeatas etc. No contexto da distensão política empreendida pela ditadura, as lideranças da comunidade acadêmica aproveitaram o clima menos repressivo para fortalecer ou criar entidades associativas, sobretudo discentes e docentes. Na segunda metade dos anos 1970, o movimento estudantil se reorganizou e se tonificou, também devido à reorientação política resultante da derrota da utopia guerrilheira, e os professores criaram uma rede de associações docentes. Tais entidades lutaram para ampliar o escopo da distensão/abertura e denunciaram as ações da ditadura, causando incômodo ao poder. Importante considerar que a própria disposição de setores da ditadura à acomodação devia-se à estratégia de evitar a radicalização de tais lutas. Entretanto, não devemos superestimar os efeitos da resistência, sobretudo, não podemos deixar na sombra que os processos de negociação e acomodação deram o tom da saída da ditadura, nas universidades e em outros espaços sociais e políticos.

Assim, a influência de traços marcantes da cultura política do país se fez presente também no regime militar, sobretudo a tendência à acomodação inter-elites. Tendo adotado políticas voltadas simultaneamente para a conservação e a modernização, e mostrado, em certos contextos, indecisão entre erradicar os inimigos ou acomodar-se com parte deles, e oscilado entre a ditadura e as instituições liberais, o Estado autoritário acabou por negociar sua saída do poder de maneira igualmente ambígua. Embora com protestos de setores da oposição, o arranjo se fez tendo como corolário o esquecimento de todos os crimes cometidos e a incorporação de antigos apoiadores do regime ao novo quadro político.

Considerando os países do cone sul, o Brasil é o único em que os agentes repressivos da ditadura continuam impunes, apesar das

pressões em contrário. Tradicionalmente receptiva a acordos e acomodações, mais uma vez, a força da cultura política se faz valer. E as ações de alguns integrantes do regime militar que aceitaram arranjos para diminuir o impacto da repressão contribuíram para esse quadro, pois, ao reduzir a escala dos atingidos, eles aumentaram, no campo das antigas oposições, o número de lideranças dispostas a negociar e a se acomodar com seus antigos inimigos.

No que toca à modernização das instituições universitárias e de pesquisa, dificilmente se poderia negar que a ditadura trouxe impacto significativo, ao aumentar recursos e investimentos e ao legar uma infraestrutura que seria retomada anos depois. No entanto, a faceta modernizadora da ditadura possuía desequilíbrios agudos e deixou legado contraditório. No fim do ciclo militar, as universidades estavam em crise, às voltas com falta de recursos e salários corroídos pela inflação. O conhecimento produzido exercia limitado impacto sobre o sistema produtivo, e a instituição universitária era mais importante por seu papel na formação de técnicos, profissionais, burocratas e intelectuais ligados à academia. Ademais, o modelo implantado foi elitista e socialmente injusto, como era o tom geral das políticas modernizadoras e desenvolvimentistas da ditadura. Os investimentos nas universidades favoreceram os grupos sociais e as regiões mais ricas do país, consolidando – e ampliando – as tradicionais desigualdades sociais e regionais.

Em suma, o reconhecimento do caráter paradoxal do impacto da ditadura nas universidades é necessário do ponto de vista científico, e também importante desde uma ótica política, para compreensão adequada dos embates atuais e dos limites da nossa transição democrática, em que a chamada justiça de transição não alcançou reali-

zar ações propriamente criminais.

Entretanto, reconhecer a existência dos jogos de acomodação e demais paradoxos da ditadura, e percebê-los como parte da cultura política brasileira, não significa aceitar uma perspectiva conformista. Tampouco devemos aceitar os discursos que procuram justificar o autoritarismo com o argumento de que ele foi modernizador. Como se isso compensasse a repressão e a censura, que implicaram verdadeira regressão política. Bem ao contrário, a expectativa é que o esforço analítico para compreender e explicar os processos complexos do autoritarismo sirva de estímulo para a sua superação.

Rodrigo Patto Sá Motta é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenador do grupo de pesquisa “História Política – Culturas Políticas na História” e pesquisador do CNPq e da Fapemig. Autor dos livros Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964); Jango e o golpe de 1964 na caricatura; As universidades e o regime militar.

(*) Este artigo é baseado em Motta, R. P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

O PROCESSO DE SAÍDA DO REGIME MILITAR E DE CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA FOI MARCADO POR ACOMODAÇÕES E CONCILIAÇÕES

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Salgado de Souza, M. I. *Os empresários e a educação. O Ipes e a política educacional após 1964*. Petrópolis, Vozes, 1981.
2. Cf. Freyre, G. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959; Buarque de Holanda, S. *Raízes do Brasil*. 26a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995; DaMatta, R. *A casa & a rua*. 5a ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1997; Rodrigues, J. H. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1965; Schmitter, P. C. *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford, Stanford University Press, 1971.
3. Entre os estudos que analisam a reforma universitária da ditadura vale a pena citar: Celeste Filho, M.. *A constituição da USP e a reforma universitária da década de 1960*. São Paulo, Edunesp, 2013; Cunha, L. A. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988; Nicolato, M. A. "A caminho da Lei 5.540/68 - a participação dos diferentes atores na definição da reforma universitária". Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Educação. Belo Horizonte, UFMG, 1986.
4. Devido ao limite de espaço esse tema está sendo tratado de maneira esquemática. Para uma análise mais cuidadosa recomenda-se consulta a Motta, R. P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

VIGIAR E, DEPOIS DE 1964, PUNIR: SOBRE SAMUEL PESSOA E O DEPARTAMENTO VERMELHO DA USP

Gilberto Hochman

Este ensaio começa pelo ato final. Imediatamente após o golpe civil-militar de 1964, um autodenominado grupo de acadêmicos “democratas e verdadeiramente cristãos” enviou carta anônima ao então governador de São Paulo, Adhemar Pereira de Barros. Essa carta denunciava professores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) que seriam comunistas. Solicitavam ações urgentes e eficazes para acabar com o “poderoso núcleo sino-bolchévico” (grifo no original) que teria se instalado naquela instituição (1). A lista incluía 23 nomes de vários departamentos, como o de Fisiologia, de Química, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública – em alguns casos também os respectivos cônjuges eram citados. Indicavam com um asterisco aqueles que tinham sido mais ativos na primeira hora da resistência ao golpe dentro da universidade, participando de assembleias e reuniões. O maior número de denunciados, doze do total, eram de membros do Instituto de Medicina Tropical, então vinculado à Faculdade de Medicina e, principalmente, do Departamento de Parasitologia (2). Essa carta é reveladora do clima de acusações, perseguições e acertos de contas que tomou conta da Faculdade de Medicina da USP a partir de abril de 1964.

Ainda em maio do mesmo ano, a denúncia foi encaminhada pelo governador às autoridades militares e policiais para providências. E essa mesma lista de denunciados foi reproduzida no pedido de informações ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) feito em julho pelo tenente-coronel Enio dos Santos Pinheiro que fora encarregado do Inquérito Policial-Militar (IPM) que investigaria “atividades subversivas na Faculdade de Medicina” da USP (3). O cerco político e ideológico a esses professores, e a outros profissionais da Faculdade de Medicina, se completaria com a identificação de “comunistas fichados” que atuavam também no Hospital das Clínicas (HC), em listas de funcionários fornecidas pela direção do hospital e enviadas pelo Deops à Secretaria de Segurança Pública (SSP). Ao receber essa lista, em 20 de abril, um bilhete do governador foi anexado solicitando ao Deops e à SSP que o então diretor do hospital, Sylvio Alves de Barros, fosse ouvido “sobre como iniciar o processo de exclusão desse pessoal” baseado no Ato Institucional nº1 (4). Alguns nomes constavam de ambas as listas, como o de Luiz Hildebrando Pereira da Silva. O desfecho violento é conhecido: prisões, exílio, inquéritos, perseguições, demissões e aposentadoria compulsória de grande parte dos listados, primeiro em 1964 e, depois, em 1969, já sob a vigência do AI-5.

Como já indicado por documentos e outros trabalhos (5), a Faculdade de Medicina foi certamente uma das mais atingidas nos expurgos de 1964 na USP e, nela, o departamento mais vitimado foi aquele intitulado de “vermelho” – tanto por admiradores como pelos detratores: o Departamento de Parasitologia. Este departamento se caracterizava pela expressiva presença de militantes e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e se conformara em torno da liderança científica e política de Samuel Barnsley Pessoa (1898-1976), catedrático de parasitologia médica entre 1931 e 1955, ano em que se aposentou voluntariamente tornando-se professor emérito. Samuel Pessoa teve uma carreira científica e universitária excepcional combinada a uma igualmente intensa militância comunista e internacionalista (6). Por quatro décadas seu compêndio de parasitologia médica foi leitura obrigatória para alunos de todas as faculdades de medicina no Brasil (7) e formou, em sala de aula, nos laboratórios e nos livros, gerações de profissionais no campo da Parasitologia e da Medicina Tropical. Parte considerável dos atingidos pelas perseguições na escola de medicina da USP tinham sido seus alunos e/ou seus colaboradores diretos, como por exemplo Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Luiz Rey, Ruth e Victor Nussenzweig, Maria e Leonidas Deane e Erney Camargo. Eram também discípulos da particular combinação construída por Pessoa, em sua trajetória entre as décadas de 1940 e 1970, entre produção de conhecimento no campo da parasitologia, o combate às doenças endêmicas das populações rurais brasileiras e a luta pelo socialismo.

Para o cientista e comunista, a medicina pública, em especial o tema das doenças parasitárias que afligiam o Brasil rural, seria indissociável da reforma agrária e da luta contra o latifúndio e, num plano ampliado, da transformação social rumo ao socialismo. Neste último ponto se diferenciava radicalmente de outros médicos e sanitaristas, seus antecessores e contemporâneos, com quem compartilhava a inquietação com as mazelas das endemias rurais e a necessidade de uma ação estatal ampliada. Suas preocupações com os problemas brasileiros se refletiram também nas ideias sobre a formação dos médicos e o papel da universidade no Brasil (8). Apesar de defender a importância da organização sanitária para minorar os problemas de saúde, Pessoa teve uma única experiência na administração da saúde pública como diretor de Saúde Pública do estado de São Paulo, entre dezembro de 1942 e fevereiro de 1944.

O prestígio científico e a militância comunista levaram Samuel Pessoa a participar de esforços nacionais e internacionais pela paz, contra o uso de armas atômicas, químicas e biológicas, na década de 1950. Uma militância associada a uma ampla rede de intelectuais e organizações comunistas, associadas ao PCB e pró-soviéticas, no Brasil e no exterior. Participou da polêmica Comissão Científica Internacional que denunciou, em 1952, a utilização de

armas biológicas pelos EUA durante a Guerra da Coreia. Em 1958 viajaria, e também se encantaria, com a China de Mao Tsé-Tung. Suas ideias e ações produziram desconfiança e perseguições por governos – fossem democráticos ou autoritários, e por organizações da saúde internacional, tais como a Fundação Rockefeller, que com ele mantinha relações desde a escola de medicina nos anos de 1920. Viveu sempre a tensão de, ao mesmo tempo, ser reconhecido nacional e internacionalmente como a voz mais autorizada da medicina brasileira no campo da saúde rural e ser questionado e perseguido por suas posições políticas. O convívio público entre comunismo e ciência não foi pacífico. Essa indissociabilidade entre parasitologia médica e marxismo em Samuel Pessoa torna sua trajetória exemplar para a compreensão da ciência na Guerra Fria e alguns dos resultados do pós-1964.

A recente bibliografia sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar tem chamado apropriadamente a atenção sobre as características novas, dramáticas e específicas das relações entre o regime militar, as universidades e a ciência brasileira *vis-à-vis* ao período de experiência democrática brasileira, de 1945-64 (9). Como sugere Rodrigo Patto Motta, repressão-acomodação/negociação/cooptação foram combinações presentes no projeto autoritário-modernizador para a universidade brasileira durante o regime militar (10). Esse projeto foi constituído por movimentos pendulares entre esses polos – por vezes coetâneos, por vezes diacrônicos. Por outro lado, a dimensão repressiva, particularmente na primeira década do regime autoritário, esteve associada a um fenômeno de mais longa presença no Brasil pós-1930: o anticomunismo, como ideologia, como política governamental e como organizador da prática policial,

que ganhou mais saliência com a Guerra Fria (11). É precisamente o anticomunismo que parece explicar a primeira onda repressiva sobre a universidade brasileira, em particular, a meu ver, a eleição da Faculdade de Medicina e de seu Departamento de Parasitologia como alvos privilegiados.

O ponto central deste ensaio, com resultados de pesquisa mais ampla em andamento (12), é indicar que a repressão sobre esse grupo e sua principal liderança é o capítulo final de quase duas décadas de vigilância, investigações, interrogatórios, prisões eventuais e perseguições veladas. Estas ações podem ser atestadas num expressivo “acervo de vigilância”, como eu denominaria o grande número de documentos, fichas e prontuários da polícia política nos quais o grupo da parasitologia médica da USP é citado direta ou indiretamente (13). Em particular, sobre Samuel Barnsley Pessoa, sua esposa e também militante comunista, D. Jovina Rocha Alves Pessoa, e Luiz Hildebrando Pereira da Silva que trabalhou diretamente com Pessoa desde os anos 1950 e será inscrito invariavelmente na documentação como uma das principais lideranças comunistas, primeiro como estudante e, depois, como professor.

**O
ANTICOMUNISMO
PARECE EXPLICAR
A PRIMEIRA ONDA
REPRESSIVA
SOBRE A
UNIVERSIDADE
BRASILEIRA**

Estas décadas de observação policial produziram uma “acumulação de conhecimento” pela polícia política e atores anticomunistas que pode ganhar materialidade e ser convertida em ações repressivas e antidemocráticas a partir do golpe militar de 1964.

O que estou sugerindo é que a perseguição e punição do regime autoritário a esses ditos “subversivos” foi facilitada e fundamentada nesse “acervo de vigilância”. A esse acervo podem ser somados as notícias dos jornais que criticavam a atuação política do cientista Samuel Pessoa, e documentos de agências governamentais vinculadas à educação superior como, por exemplo, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e financiadores da ciência e saúde internacional como a Fundação Rockefeller, ambas preocupadas com a influência comunista de Pessoa na formação de médicos e cientistas. Samuel Pessoa, sua esposa, e todos os demais foram fichados, suas vidas pessoais e atividades políticas e profissionais foram acompanhadas e registradas nos prontuários e documentos da polícia política, estampadas nos jornais e anotadas em correspondências de agências governamentais e internacionais ao longo de quase duas décadas. Essa vigilância acumulada durante a experiência democrática pós-1945 pode ser acessada, requisitada e tornada um conjunto de provas, em 1964, dos “atos contra a ordem política e social”: ser ou ter sido comunista ou simpatizante do PCB ou de grupos de esquerda, uma vez que também havia acusados de trotskismo na Faculdade de Medicina, como o professor Thomas Maack.

Por definição, governos autoritários não precisam de provas nem julgamentos para punir. Contudo, no caso do regime autoritário brasileiro, e de outros na América Latina, a luta contra o comunismo foi um dos elementos de sua proclamada legitimidade em tempos de Guerra Fria. Desse modo, depositado nos Deops e em outras instituições, esse “acervo de vigilância” que caracterizava como comunistas esse grupo de professores, em grande parte observado desde que eram alunos de medicina, pôde ser apropriada como a narrativa anticomunista – e totalitária no sentido mais amplo de Arendt (14) – que seria concluída “naturalmente” em 1964 com a exclusão destes da universidade.

O cinquentenário do golpe de 1964 ensejou um grande debate sobre os arquivos da repressão, sua natureza e estatuto enquanto documentos históricos e, inclusive, de testemunho dos crimes do regime autoritário (15). Há uma bibliografia expressiva sobre repressão e polícia política em torno das experiências autoritárias brasileiras (Estado Novo e o regime militar) mas é crescente aquela que aborda o período 1945-64 (16). Neste caso se trata de informações coletadas, organizadas e armazenadas durante um inédito período de franquias democráticas que tinha como um dos seus limites justamente a ilegalidade do PCB. Isso tornava a vigilância sobre esse partido e seus membros e simpatizantes grande parte da razão de existência da polícia política naquele período. A lógica cumulativa seguiu, na democracia brasileira, basicamente os procedimentos e as rotinas da polícia civil porém voltada para os crimes ditos políticos (17). A trajetória de Samuel Pessoa, de seus alunos e discípulos foi

observada sob as lentes do anticomunismo como ideologia de atores individuais e de instituições e fez parte da rotina da polícia política. Ainda que nas narrativas da polícia política e dos inquéritos militares apareçam registros de delações feitas em 1964 sobre quem seriam os comunistas na USP – não necessariamente ocorridas ou mesmo verdadeiras –, o que importa é que essas informações já estavam disponíveis e acumuladas desde a década de 1940.

É importante ressaltar que é impossível abranger todas as facetas desse processo neste artigo, inclusive aquelas metodológicas sobre a documentação em questão. Todavia, talvez o aspecto mais significativo e exemplar para esta discussão seja o da militância comunista dentro e fora da Faculdade de Medicina.

Samuel Pessoa foi candidato pelo PCB a deputado federal por São Paulo nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1946. Não se elegeu mas, definitivamente, marcou sua presença no cenário político paulista. Essa foi, talvez, sua primeira atividade como filiado do PCB que aparece nos registros dos Deops, parte inicial de um longo prontuário. De certa forma, é uma informação sempre vinculada ao seu famoso e crítico discurso de paraninfo da turma de formandos de medicina de 1940 que teria marcado sua aproximação com o PCB (18). O incômodo com sua condição de professor e militante comunista já aparece nesse período. Em 11 de janeiro de 1947, portanto antes da proscrição do PCB, um documento de agentes do “serviço secreto” do Deops registrou uma ida à Faculdade de Medicina para “(...) averiguar se de fato o professor Samuel B. Pessoa, (...), instigava seus alunos para seu partido que é o PCB (...)”. Foram informados na portaria da Faculdade, talvez de forma irônica, que era proibido “instigar política” naquela escola “mas que de fato o Sr. Samuel B. Pessoa é comunista, e também os alunos se dividem em dois Partidos (...) o PCB e o PSP” (19). Em 1950, Samuel Pessoa já estava listado como dirigente da célula comunista do Hospital das Clínicas (20). Depois de Pessoa, foi Luiz Hildebrando Pereira da Silva aquele que teve suas ações mais vigiadas e registradas, conforme documentação requisitada várias vezes por responsáveis pelos IPMs de 1964 (21).

Ainda estudantes de medicina e, depois, assistentes na Faculdade de Medicina, Luiz Hildebrando Pereira da Silva e Victor Nussenzweig foram escrutinados pela polícia política. Por exemplo, em 2 janeiro de 1950 um informe também do “serviço secreto” indica que Luiz Hildebrando e Victor eram “elementos” que vinham se sobressaindo na célula estudantil do PCB. Naquele momento cursavam o 3º ano de medicina e eram professores da Escola Oswaldo Cruz que preparava alunos para exames de ingresso em diversas faculdades. Nussenzweig, segundo o relato, acabara de ser preso por distribuir retratos de Josef Stalin em comemoração ao aniversário do líder soviético (21 de dezembro). Não coincidentemente, estudava nessa escola Gil Vital Alves Pessoa, um dos três filhos de Samuel e Jovina Pessoa, “conhecidos elementos comunistas”, segundo o relato policial. Um informante ouvira que Gil Vital falara a Victor, dias antes do aniversário de Stalin, que “mamãe mandou dizer que os boletins não ficaram prontos mas amanhã ela mandará” (22). Ambos, Pereira

e Nussenzweig, eram recorrentemente anotados por promoverem “desenfreada campanha comunista em meios escolares” nos cursos preparatórios (23) e na Faculdade de Medicina. Os vínculos com Samuel Pessoa eram assinalados, pois afinal seguiam “a orientação do médico comunista Samuel Barnsley Pessoa” (24). Sobre Nussenzweig comentavam que era “pessoa abastada, rico, o que causa certa estranheza o fato de se entregar de corpo e alma ao credo comunista” (25). Já Luiz Hildebrando “era filho do engenheiro comunista Melciades Pereira da Silva e irmão da comunista Ruth (...)” (26). Esse tipo de observação mais íntima, coalhada de preconceitos, é um padrão encontrado nos registros da polícia sobre a atuação do casal Samuel e Jovina Pessoa e de Nussenzweig e Luiz Hildebrando e, provavelmente, não diferia de muitos outros relatos.

Um fato modificou as relações e observações da polícia política, da imprensa e de agências governamentais e internacionais sobre Pessoa com consequências de longo prazo. Em 1952, Samuel Pessoa se envolveu diretamente em um episódio crucial e central da Guerra Fria: a denúncia feita pelos governos da Coreia do Norte e da República Popular da China de que os Estados Unidos teriam utilizado armas biológicas durante a Guerra da Coreia. Essa acusação chegaria ao topo da agenda internacional e se tornaria um episódio, ainda pouco estudado e muito polêmico, da ciência na Guerra Fria. Dada a negativa dos denunciadores, apoiados pela URSS, em aceitar uma comissão de verificação, seja da Organização Mundial da Saúde (OMS) ou da Cruz Vermelha, mais aceitáveis para os EUA e países aliados, o Conselho Mundial da Paz, presidido pelo físico e químico francês, Frédéric Joliot-Curie, Prêmio Nobel de Química em 1935 e membro do PC Francês, nomeou o que seria conhecida por International Scientific Commission for the Investigation of the Facts Concerning Bacterial Warfare in Korea and China (ISC) (27).

Dado seu prestígio como parasitologista e a sua militância comunista, inclusive pela liderança nos movimentos brasileiros pela paz, Samuel Pessoa foi convidado diretamente por Joliot-Curie e pela Academia de Ciências da China, que custeou a viagem, para participar dessa comissão em maio de 1952 (28). A ISC foi coordenada pelo já então consagrado sinólogo e bioquímico britânico Joseph Needham, o único que falava mandarim. Além de Pessoa e Needham, a ISC foi constituída por cientistas como a sueca Andrea Andreen, o francês Jean Malterre, o italiano Oliviere Olivo e o russo Zhukov-Verezhnikov. D. Jovina Pessoa viajou com a comissão na qualidade de intérprete de seu esposo, uma vez que a língua oficial da ISC seria o francês. Entre 31 de junho e 23 agosto de 1952, a comissão visitou a Coreia do Norte e a China, teve contato com autoridades coreanas e chinesas, inclusive com seus dirigentes máximos, entrevistou pessoas, inclusive dois pilotos norte-americanos, prisioneiros de guerra, que teriam confessado o lançamento de material biológico sobre território coreano e chinês. A comissão produziu um extenso relatório de 660 páginas, divulgado em Beijing em agosto de 1952, no qual confirmaria a “utilização criminosa de armas biológicas pelas forças norte-americanas”, palavras de Pessoa (29).

O relatório foi considerado uma farsa e instrumento de propaganda, e duramente contestado pelos EUA e aliados. As críticas eram a parcialidade da ISC, formada por comunistas ou simpatizantes, e pelos limites ao trabalho da comissão impostos e monitorados pelas autoridades coreanas e chinesas. Os membros da ISC, como Joseph Needham, sofreram duras críticas pessoais e profissionais e experimentaram constrangimentos e o ostracismo, devido a uma campanha que teria sido orquestrada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra para desacreditar a comissão e suas conclusões. Inclusive norte-americanos simpatizantes da comissão e divulgadores do relatório foram processados por traição nos Estados Unidos (30). Farsa comunista ou verdade indigesta? Foi enorme a polêmica que as atividades da comissão e seu relatório geraram. Debate que continua até hoje, em particular depois da abertura dos arquivos soviéticos e do acesso a documentos chineses. Independente da veracidade ou não das alegações chinesas e norte-coreanas, confirmadas pela ISC e negadas pelos EUA, importa ressaltar que Samuel Pessoa obteve enorme visibilidade pública por sua participação nesse episódio, alçando-o a uma posição de destaque no movimento antiimperialista e pela paz no Brasil e no exterior. Não era mais somente um professor filiado ao clandestino PCB. Como os demais colegas da ISC, Samuel Pessoa também se tornou alvo de críticas e retaliações.

Celebrado em seu retorno ao Brasil pela imprensa popular e comunista, na chamada grande imprensa, da capital federal e de São Paulo, o tom das notícias era diferente: pró-americano e anti-comunista, afinado com o vocabulário da Guerra Fria. *O Correio da Manhã* ia direto ao ponto questionando os escolhidos pela “China Soviética” para fazer parte da comissão: “São simpatizantes do comunismo ou já identificados com a causa de Moscou (...) Quanto ao professor Samuel Pessoa não precisa dizer quem é. Professor de parasitologia da Universidade de São Paulo, acredita nos milagres do comunismo desde 1940” (31). Outro jornal da capital federal, *O Globo*, buscava desqualificar Samuel Pessoa afirmando que, se ele era comunista, não poderia ser cientista e, somado a isso, sua esposa e dois filhos também eram comunistas! (32). A participação de Samuel Pessoa na ISC lhe rendeu aplausos da esquerda e críticas da grande imprensa e, também, uma intimação para comparecer ao Dops para dar explicações sobre sua viagem.

Em dezembro de 1952, na esteira de seu envolvimento com os movimentos antiarmamentistas, nacionalistas e comunistas, Samuel Pessoa participaria como delegado brasileiro no Congresso dos Povos pela Paz – Congresso Mundial da Paz, realizado em Viena. Esse evento ganhava importância internacional devido justamente ao aumento das tensões internacionais, a Guerra da Coreia, testes nucleares e as acusações de uso de armas químicas e biológicas. Era também uma grande oportunidade para União Soviética e China e para os PC’s de vários países mobilizarem populações e trabalhadores em torno de uma agenda pacifista, nacionalista e anti-imperialista e de agendas nacionais específicas. No

caso do PCB, a campanha era para impedir o envio de militares brasileiros para a Coreia, restabelecer relações diplomáticas com a URSS e a China e denunciar os acordos militares com os Estados Unidos, assim como a defesa da cultura brasileira contra a invasão de produtos norte-americanos como o cinema, as histórias em quadrinhos e a literatura. A grande imprensa ignoraria por completo o Congresso de Viena enquanto a polícia política e os jornais comunistas dariam destaque à mobilização brasileira pela paz, ao Congresso e à participação de brasileiros, em particular, de Samuel Pessoa, alçado à protagonista devido à ISC. Nesse processo de envolvimento com a agenda internacionalista, Pessoa passou a dirigir o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz.

Os constrangimentos impostos pela polícia política e pela imprensa tinham, então, alguns limites dado o prestígio científico e profissional de Samuel Pessoa e pela conjuntura mais democrática que o país vivia nos anos 1950. Porém, para a Fundação Rockefeller, importante financiadora internacional de atividades científicas e que apoiou o cientista Samuel Pessoa no campo da pesquisa no início de sua carreira, o comunista Samuel Pessoa tinha ultrapassado os limites ao participar do ISC, um episódio traumático e marcante na Guerra da Fria. Cabe ressaltar que, exatamente nesse momento, na primeira metade dos anos 1950, as fundações filantrópicas estadunidenses, que tinham isenção fiscal, estavam sendo pressionadas e investigadas pelo Congresso dos EUA sobre o possível financiamento de comunistas e de “antiamericanos”, pela chamada Comissão Cox-Reece (33).

Um comentário em linguagem crua da Guerra Fria, de Robert Briggs Watson, parasitologista e malariologista e responsável pelos programas da Fundação Rockefeller no Brasil entre 1954-1962, atesta que a fundação acompanhava e se preocupava com as atividades políticas de Pessoa: “P. foi para a China na comissão da ‘guerra bacteriológica’, prostituindo assim sua inquestionável capacidade científica como parasitologista e invalidando-a com a sua crença política” (34). O discurso anticomunista de Watson, escrito na intimidade de uma correspondência para seus superiores em Nova Iorque e anotado em fichas individuais de cada um dos ex-bolsistas da Fundação Rockefeller, era extensivo aos alunos formados por Pessoa: “P. tem sido influente durante anos na formação de jovens, não só em parasitologia, mas em atividades políticas subversivas. Embora (...) agora aposentado, sua influência ainda é muito sentida no país”. O comentário revela incômodo com os jovens professores membros de uma “escola de parasitologia e comunismo” liderada por Samuel Pessoa, que poderiam estar recebendo, direta ou indiretamente, recursos da Rockefeller (35).

Em 1956, a Fundação Rockefeller teria sido consultada sobre a possibilidade de Samuel Pessoa, já aposentado da USP, ocupar uma posição na Escola de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que tinha muitas atividades de ensino e pesquisa por ela apoiadas. Watson informava, em junho de 1956, que a “RF (Fundação Rockefeller) não aprova P. nem dará apoio a ele (...)”, e

que essa nomeação poderia ameaçar, inclusive, o financiamento à Escola de Medicina. Em correspondência trocada sobre o caso, entre Watson, seus superiores e o próprio presidente da fundação, Dean Rusk (mais tarde secretário de Estado nas administrações John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson), fica evidente que fizeram chegar, indiretamente, ao governo brasileiro a informação de que a nomeação não seria bem recebida. O anticomunismo exacerbado pela Guerra Fria pesou sobre Samuel Pessoa e sobre alguns de seus alunos. O veto a qualquer apoio a Victor Nussenzweig é explícito, por exemplo, em notas de janeiro de 1958 no diário do próprio Watson (36). Para a Fundação Rockefeller, os reconhecidos atributos científicos de Pessoa e de seus alunos não mais os absolviam de seu profundo envolvimento com organizações comunistas internacionais. O veto a Pessoa foi bem-sucedido: “P. não conseguiu a posição”, comentou Watson (37). E a Fundação Rockefeller não estava sozinha nesse cerco político e acadêmico a Samuel Pessoa e seu grupo na segunda metade dos anos 1950. A Capes é mencionada em correspondência interna da fundação como desejosa de “estabelecer um centro de treinamento em parasitologia em Belém para contrabalançar a influência de Samuel Pessoa” e teria solicitado apoio à Fundação Rockefeller (38). Esta decide dar apoio a viagens de estudo e pesquisa em centros internacionais de parasitologia a professores da Faculdade de Medicina do Pará, escolhida porque estaria mais afastada do circuito de influência de Pessoa e seus alunos (39).

Retorno ao ato final pelo qual iniciei este ensaio. O ponto central é sugerir que se o expurgo no Departamento de Parasitologia da Faculdade de Medicina foi possível pelas condições político-institucionais implantadas pelo regime militar, também o foi porque havia diversas ações e narrativas sendo constituídas e acumuladas sobre Samuel Barnsley Pessoa, seus alunos e colaboradores desde os anos 1940. Todas elas apontavam para a associação entre ciência, medicina e militância comunista como um problema e para a necessidade de conter ou contrabalançar a influência de Pessoa. Em março de 1964 acreditou-se que seria possível eliminá-la definitivamente.

Este artigo é dedicado a Luiz Hildebrando Pereira da Silva (1928-2014), cientista e militante.

Gilberto Hochman é pesquisador da Fiocruz e professor do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/COC/Fiocruz. É pesquisador do CNPq e autor, entre outros, de A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil, São Paulo, Hucitec, 2012, 3ª. edição.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Apesp/Deops/Pasta OS 1937/documento com nº 4287.
2. Há muita imprecisão na carta como grafias erradas de nomes, alguns dos denunciados não tinham vínculos formais com a Faculdade Medicina, entre eles o caso das mulheres, que trabalhavam muitas vezes com os esposos.

3. Apesp/Deops/Pasta_30_Z_135/documento com nº 48. Os únicos nomes adicionados nessa lista foram os de Walter Coli e Isaias Raw além de alguns cônjuges. Os demais são Antonio Dacio Franco do Amaral e sua esposa Carmem do Amaral; Dacio Franco do Amaral Filho; Luiz Rey e sua esposa Dora Rey; Leonidas Mello Deane; Erney Felício Plessman de Camargo; Luiz Hildebrando Pereira da Silva e Eva Pereira da Silva; Victor Nussenzweig; Ruth Nussenzweig; Rado Guimarães e sua esposa Eny Guimarães; Thomas Maack; Maurício Rocha e Silva, Filho; Kurt Kloetzel; Michel Pinkus Rabinovitch; Pedro Henrique Saldanha; José Carlos Maia; Maria Paumgarten Deane; Minna Haussman; Judith Kloetzel; Nelson Rodrigues dos Santos; Elza Berquó; Joelson Amado. O nome de José O. Coutinho foi retirado dessa segunda lista. Nem todos os listados foram indiciados.
4. Apesp/Deops/OS-1938. A lista com os funcionários do HC fichados foi remetida à SSP pelo delegado titular do Dops, Aldário Tinoco, em 27 de abril de 1964.
5. Adusp. *O controle ideológico na USP (1964-1978)*. São Paulo, Adusp, 2004.
6. Hochman, G; Paiva, C H. A. "Parasitology and communism: public health and politics in Samuel Barnsley Pessoa". In: Necochea, R.; Birn, A-E (eds). *Public health and cold war in Latin America*. Rochester, University of Rochester Press (in press).
7. Pessoa, S. B. *Parasitologia médica*. São Paulo, Editora Renascença, 1946. As edições a partir de meados dos anos 1970 passaram a ser em coautoria com Amílcar Vianna Martins, importante parasitologista de Minas Gerais, líder do que seria uma "escola mineira de parasitologia", também filiado ao PCB e aposentado compulsoriamente em 1969.
8. Pessoa, S. B. *Ensaio médico-sociais*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan, 1960.
9. Motta, R. P. S. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
10. Op. cit. pp.17-18.
11. Motta, R.P.S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002.
12. Projeto Políticas de Saúde, Democracia e Desenvolvimento no Brasil, 1945-1964 (PQ/CNPq n. 311700/2013-6)
13. Acervo dos Deops no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
14. Arendt, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
15. Projeto Memórias Reveladas, www.memoriasreveladas.gov.br/ acesso em 5/09/2014.
16. Aperj. *Dops: A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça; Arquivo Público do Estado, 1996, 2ª. edição; Reznik, L. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
17. Aperj. *A contradita: polícia política e comunismo no Brasil: 1945-1964: entrevistas com Cecil Borer, Hércules Corrêa dos Reis, José de Moraes e Nilson Venâncio*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.
18. Apesp/Dops/Pasta_30_Z_135/doc 10.
19. Apesp/Dops/Pasta30_C_1/doc 1467.
20. Apesp/Dops/OS-1920/doc 2377.
21. Apesp/Dops/Pasta_30_Z_135.
22. Apesp/Dops/Pasta_30_C_1/documentos com n.3795-3794 de 2/1/1950
23. Apesp/Dops/Pasta_30_Z_135/documento datado de 3/11/1953
24. Apesp/Dops/Pasta_30_Z_135/documento com n.54, p.2
25. Apesp/Dops/Pasta_30_Z_135/documento 7, datado de 3/11/1953
26. Apesp/Dops/Pasta_30_Z_135/documento 10, datado de 2/6/1964
27. Comissão Científica Internacional para a Investigação sobre os fatos relacionados à Guerra Bacteriana na Coreia e China.
28. Cartas convites datadas de 8 e 10 de maio de 1952 estão no Arquivo Samuel Barnsley Pessoa, Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH), Departamento de História, USP.
29. Pessoa, S. B.. "A guerra bacteriológica e o Congresso dos Povos pela Paz". In: *Estudos médico-sociais*, op. cit. 322-26, p.325. Sobre a ISC e a polêmica por ela gerada ver Endicott, S.; Hagerman, E.. *The United States and biological warfare: secrets from the early cold war and Korea*. Bloomington: Indiana University Press, 1998; Leitenberg, M. "False allegations of U.S. Biological weapons use during the Korean War," in Clunan, A. L., Lavoy, P. R.; Martin, S. B. (eds), *Terrorism, war, or disease? Unraveling the use of biological weapons*. Palo Alto: Stanford University Press, 2008.
30. Buchanan, T. "The courage of Galileo: Joseph Needham and the 'germ warfare' allegations in the Korean War". *History* 86, 284 (2001): 503-22; O'Brien, N. L. *An American editor in early revolutionary China: John William Powell and the China Weekly/Monthly Review*. New York: Routledge, 2003.
31. *O Correio da Manhã*, 17/09/1952, p.4.
32. *O Globo*, 24/9/1952, p.1 e 9.
33. Mueller, T. B. "The Rockefeller Foundation, the social sciences, and the humanities in the Cold War", *Journal of Cold War Studies*, 15, n.3 (2013): 108-135
34. Rockefeller Archive Center/RF/RG 10.2 Fellowship Cards/Box MNS/ Folder Brazil/Pessoa, Samuel B.
35. Rockefeller Archive Center/RF/RG 10.2 Fellowship Cards/Box MNS/ Folder Brazil/Pessoa, Samuel B.
36. Rockefeller Archive Center/RG 12. Officer's Diaries. Watson, Robert Briggs (1956-1960), box 496, p. 196.
37. Rockefeller Archive Center/RG 10.2 Fellowship Cards/Box MNS/Folder Brazil/Pessoa, Samuel B.
38. Rockefeller Archive Center/RF 2-1956, series 300, box 51, folder 334.
39. Rockefeller Archive Center/RF 1.2, series 305-A, box 5, folder 36.

DITADURA MILITAR, UNIVERSIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA: DA UNIVERSIDADE DO BRASIL À UFRJ

Marieta de Moraes Ferreira

Em 2014, a implantação do regime militar no país completou 50 anos. Neste ano, inúmeros têm sido os eventos, seminários, publicações dedicados a analisar e produzir balanços sobre os 21 anos de vigência da ditadura militar. A proposta deste artigo insere-se neste esforço ao se propor focalizar os embates políticos e historiográficos travados no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB) (1958-1968), bem como os efeitos provocados pela repressão desencadeada pela ditadura militar no Brasil que atingiu seus professores e alunos.

Esta temática oferece possibilidades teóricas e metodológicas para encararmos os desafios de entender o percurso desse campo disciplinar num momento de grandes transformações, bem como as problemáticas que caracterizam a história do tempo presente. Lidar com os eventos e os atores que participaram dessa história é uma oportunidade para exercitarmos nossa capacidade crítica de avaliar interpretações marcadas por memórias traumáticas, fontes policiais, fortemente comprometidos com posicionamentos ideológicos polarizados e radicais.

Para tal, tomamos como referência um conjunto diversificado de fontes que nos permitissem recuperar eventos desse passado recente marcado pela emoção e pela subjetividade. Um ponto de partida importante para a pesquisa foi a entrevista realizada em 1994, com Maria Yeda Linhares, catedrática de história moderna e contemporânea, vítima da repressão, que serviu de roteiro inicial para, em anos posteriores, orientar a realização de outras entrevistas feitas com antigos alunos e professores.

Embora produzidas em contextos e com objetivos distintos, as entrevistas têm um eixo comum que focaliza a trajetória dos depoentes, as suas origens familiares, sua formação profissional, sua opção pela área de história, a docência na FNFi, e sua experiência como alunos daquela faculdade. A escolha dos entrevistados teve um objetivo claro: obter depoimentos de ex-alunos e professores de diferentes gerações que pudessem recuperar eventos e momentos diversos do curso de história da FNFi e do IFCS (1).

Ao lado da coleta da memória oral, o acervo da própria FNFi também forneceu material que nos ajudou a conhecer a estrutura dos cursos e as grades curriculares, os boletins do Centro de Estudos de História foram especialmente de grande valia para mapear os conflitos políticos e historiográficos em pauta no curso de história, para os anos de 1958-1963.

Por fim, de grande importância foram também os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), nos quais foram localizados dossiês dos professores e alunos e, em especial, um dossiê dedicado à FNFi. Esse acervo, ao mesmo tempo rico e perigoso, que exige extremo cuidado do pesquisador, reúne informações que permitem esclarecer, confrontar, questionar os dados relatados pelos depoimentos orais.

A Faculdade Nacional de Filosofia, e, em particular, o curso de história passariam por grandes transformações na virada dos anos 1950. Criado em 1939, vinculado à Universidade do Brasil, o projeto da Faculdade de Filosofia visava à consolidação de uma universidade-padrão que servisse de modelo para as outras que viessem a se constituir, e tinha por objetivo prioritário preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal.

A FNFi estava organizada em quatro seções fundamentais: de Filosofia, de Ciências, de Letras e de Pedagogia. Haveria, ainda, uma seção especial de Didática. História e geografia, entre outros cursos, eram unificados e ligavam-se à seção de Ciências que só seria desmembrada a partir de 1955. A institucionalização do curso de história na FNFi foi fortemente influenciada pela concepção de uma história política, dominante na época, destinada a reforçar os laços da identidade brasileira por meio da ênfase na unidade nacional e no papel dos grandes heróis como construtores da nação (2).

Com a separação do curso de história e geografia em dois departamentos distintos abriu-se espaço para uma maior oxigenação do curso de história, com uma mudança curricular e a introdução de novas disciplinas. Paralelamente, uma geração mais nova de professores começou a ocupar posições. Ainda nesse mesmo ano, a jovem Maria Yeda Linhares fez concurso para ocupar a cátedra de história moderna e contemporânea. Em 1958, Eulália Lobo assumiu o posto de regente da cadeira de história da América e novos assistentes também passaram a ser incorporados em várias disciplinas.

LUTAS POLÍTICAS E EMBATES HISTORIOGRÁFICOS A conjuntura que se inaugurou no final dos anos 1950, no Brasil, foi marcada por um processo de radicalização dos movimentos sociais, criando uma polarização entre esquerda e direita. Delineava-se um contexto político de grande mobilização contra o comunismo e contra a revolução cubana. Essas questões, dominantes na conjuntura internacional, promoviam uma grande polarização e confronto entre os países ocidentais capitalistas e os países comunistas, e exacerbavam internamente as posições ideológicas em conflito.

Especialmente na virada para a década de 1960, esse processo de mudanças se aprofundou com a radicalização e a polarização das lutas políticas que se instalaram no Brasil em virtude do embate político ideológico frente aos eventos marcantes do governo do presidente João Goulart, tais como o programa para a reforma agrária, a revolta dos sargentos, a política externa independente, o comício da Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, para citar apenas alguns pontos (3).

Todos os debates que esses temas envolviam repercutiam intensamente na FNFi e, em especial, no curso de história. Se, nos anos anteriores, as diferentes concepções de história e as visões divergentes sobre o formato dos cursos e as relações entre ensino e pesquisa já se delineavam, a nova conjuntura de intensos debates sobre o lugar da universidade e o uso do ensino de história como instrumento de transformação social provocou, cada vez mais, uma cisão entre alunos e professores, e entre os próprios professores (2).

A cadeira de história do Brasil, ocupada por Hélio Vianna, tinha uma postura conservadora, e sua orientação voltava-se para a história política e, principalmente, a história diplomática.

A história do Brasil colonial recebia atenção especial, e as temáticas republicanas ficavam completamente secundarizadas; a abordagem historiográfica era marcada por uma supervalorização dos eventos e dos grandes personagens, sem que a dimensão econômica fosse trabalhada segundo depoimentos de ex-alunos de várias gerações, e eram profundamente enfadonhas, exclusivamente expositivas, com relatos factuais minuciosos. Não havia nenhum estímulo à pesquisa, nem com fontes, nem com bibliografia (4).

Enquanto o catedrático de história do Brasil veiculava uma história voltada para o passado distante, com ênfase na história política, em especial na valorização do processo de construção da unidade nacional e no destaque do papel dos grandes personagens do panteão nacional, a cadeira de história moderna e contemporânea passou a privilegiar o estudo de períodos mais recentes, com temas sobre história da África, descolonização, as revoluções comunistas, e a funcionar como um espaço de debate e crítica, o que não era comum nas outras cadeiras do curso (4).

Os alunos se identificavam, cada vez mais, com as forças de esquerda, e desejavam um curso que incorporasse a produção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), entidade de orientação de esquerda, e novas temáticas como as lutas sociais no Brasil (5).

Ao mesmo tempo em que se delineava uma reestruturação das organizações de esquerda, novas orientações e novos grupos surgiam no país com tendências políticas mais radicais. A penetração do Partido Comunista no meio estudantil, ainda que dominante, começava a suscitar críticas e estimular a aproximação com outras orientações de esquerda. A crescente mobilização dos trabalhadores, tanto nas cidades quanto no campo, reivindicando não só melhorias salariais, como também mudanças na estrutura desigual da sociedade, provocavam estímulos para que os estudantes universitários se engajassem de forma mais efetiva nas lutas sociais.

O posicionamento defendido pelos estudantes engajados nas lutas sociais do presente e comprometidos com a necessidade de compreensão do mundo contemporâneo a partir de uma perspectiva brasileira conduzia a uma postura segundo a qual o curso de história deveria se envolver com os problemas da atualidade, e o conhecimento histórico deveria apresentar explicações e possíveis soluções (6; 7). Para que o ensino de história pudesse ser revisto, a formação do profissional deveria também ser modificada. Os

livros didáticos teriam que dar maior atenção ao estudo da história recente do Brasil.

O depoimento de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti (8), diretor do Centro de Estudos de História em 1962, expressa com clareza os anseios daqueles jovens universitários: “Para a minha geração, para nós de esquerda, tinham três autores de história: o Caio Prado Jr., o Nelson Werneck Sodré e o Celso Furtado. O resto não tinha importância”.

Com essa perspectiva, os alunos do curso de história ligados ao Centro de Estudos de História rejeitavam os ensinamentos ministrados na maioria das disciplinas oferecidas no curso (com a exceção da cadeira história moderna e contemporânea), e passavam a ser envolver com o Iseb e a planejar, sob a orientação do marxista Nelson Werneck, a produção de uma coleção de livros didáticos que veio a se chamar “História Nova” (9).

Com essa orientação, teve início a produção dessa coleção de livros didáticos, que tinha o propósito de levar para a educação básica outra visão da história, na qual a dimensão econômica e as lutas sociais desempenhavam um papel-chave. Assim, ainda que professores como Maria Yeda, com um posicionamento de esquerda, discordassem da concepção de história de Nelson Werneck Sodré, a penetração de suas ideias e das teses marxistas ganhava espaço no FNFi em aberto confronto com as visões há anos transmitidas pelos catedráticos de história do Brasil e história da América.

A intensificação do engajamento cada vez maior de alunos e também de professores nos embates políticos travados nos últimos meses do governo Goulart, acerca do papel da universidade de maneira geral, do curso de história e dos usos do ensino de história como instrumento de transformação social provocou, cada vez mais, uma cisão entre alunos e professores, e entre os próprios professores. Os acontecimentos do ano de 1963 foram especialmente importantes nesse processo, ao provocar uma maior radicalização e um aprofundamento das dissensões políticas na FNFi. Nas palavras de Arthur Poerner (10) a FNFi, de 1960 a 1964, foi uma espécie de “escalão avançado do movimento estudantil”, sendo vista como a mais politizada das universidades brasileiras.

A FNFI NO FOCO DA REPRESSÃO Nos primeiros meses de 1964, a despeito da resistência do Congresso em avançar na aprovação das reformas de base, Goulart decidiu implementar a reforma agrária, adotando como estratégia mobilizar a população para pressionar o Parlamento. Em 13 de março de 1964, o comício da Central foi um divisor de águas nesse processo. Evidentemente, alunos e muitos professores da FNFi participaram ativamente desses momentos finais do governo Goulart, acreditando que a revolução socialista estava por vir. O desfecho dessa história é conhecido.

Em 31 de março de 1964, o golpe militar decretou o fim do governo Goulart, desencadeando forte repressão contra as forças de esquerda.

Na FNFi e no curso de história, os episódios que se seguiram foram traumáticos e condicionaram, de forma intensa, a memória das décadas posteriores. Logo nos primeiros momentos, Eremildo Viana, ajudado por tropas militares, ocupou a Rádio MEC, então dirigida por Maria Yedda Linhares, a pretexto de que lá existia um foco de agitação e estavam armazenadas armas para desencadear atos subversivos. Nas semanas que se seguiram, Maria Yedda foi afastada, e Eremildo Viana passou a ocupar seu lugar. Esse episódio marcou profundamente o curso de história, seus alunos e professores, que passaram a encarar Eremildo como o responsável por todo o processo de repressão que se seguiu. Maria Yeda Linhares referindo-se a esse episódio relatou: “A história da tomada da Rádio MEC, ficou célebre. A partir daí fui alvo de inúmeras investigações, se não me engano foram sete IPMs. Fui muito perseguida, foram os momentos mais difíceis da minha vida” (11).

Nos meses seguintes, vários Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram abertos para apurar a infiltração comunista na FNFi, e professores foram acusados e presos, enquanto alunos eram expulsos.

De acordo com os dossiês produzidos pelos órgãos de segurança, na FNFi funcionava uma célula comunista que reunia vários professores. As informações reunidas nesses dossiês recuperaram eventos e personagens que atuaram na FNFi a partir de 1958, e uma figura destacada nas denúncias feitas por Eremildo, mas também mencionada em outros relatos, é a de Maria Yeda Linhares.

Segundo essa documentação, que pretendia fazer um histórico das ações da esquerda na FNFi, reunindo documentos relativos a diferentes momentos, Maria Yedda Linhares era tida “como comunista fanática”, “perigosa” como “propagandista de ideias extremistas” e acusada de “ter convidado para seus instrutores dois comunistas conhecidos que (...) induzem os alunos à indisciplina para com os professores democratas” (12)

Ainda segundo essa documentação, Maria Yeda, mantinha íntimas ligações com João Christovão Cardoso (catedrático de físico-química), Darcy Ribeiro, Osvaldo Hurbster de Gusmão e Álvaro Vieira Pinto. Sua atuação “por ordem da célula comunista, era aliciar os alunos do curso de filosofia – quatro deles (Wanderlei Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins, Alberto Coelho de Souza e Fausto Guimarães Cupertino)” e “disseminar ideias de subversão contra o então chefe do Departamento de Filosofia, o Sr. Prof. Nilton Campos” (12). “E assim começou o grande motim na FNFi, que culminou em imoralidade por aquela professora que foi acusada, em inquérito, de acobertar atividades indecorosas dos alunos. (...) Nomeada pelo ministro Paulo de Tarso diretora da Rádio MEC, por indicação de Darcy Ribeiro, tinha como objetivo de utilizar-se da radiodifusão para disseminar as ideias que prega na Faculdade” (12).

Constituindo-se a FNFi e alguns de seus professores, na visão dos órgãos de segurança, em um antro de comunistas e de perigosos extremistas, seria um alvo preferencial da repressão. A “caça às bruxas” estava em vigor e, mais uma vez, episódios pontuais do passado, que envolveram alunos e resultaram em inquéritos administrativos para apurar atos tidos como indecorosos, foram acionados para incriminar e desmoralizar professores, acusados de coniventes e participantes de atividades imorais no âmbito da faculdade (12).

A COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

Exatamente para atingir esse espaço de oposição e de debates foi instaurada, em maio de 1964, uma Comissão de Investigação da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, para apurar a infiltração comunista na FNFi.

De acordo com a documentação arquivada no Dops, constituída também pelo noticiário publicado na imprensa, apesar das suspeitas de existência de uma célula comunista funcionando na FNFi, a comissão não encontrou elementos importantes para a comprovação das acusações feitas aos chamados comunistas da FNFi, tais como Viera Pinto e Maria Yedda Linhares.

Eremildo Viana, em seu depoimento arquivado na documentação do Dops, declara “que a comissão foi feita para desmoralizá-lo, para acusá-lo de delator de alunos e professores da faculdade e de improbidade administrativa” (13). Ainda de acordo com as suas palavras, “afirma que a Comissão, além de nada apurar contra o reitor e demais membros da administração universitária, teria passado a fazer a defesa dos professores e alunos comunistas

da universidade.

Os embates entre Eremildo Viana e o general Nóbrega, relativos aos resultados apurados pela comissão da UB, transmitidos diariamente pela grande imprensa carioca, indicam o lugar de importância que a FNFi ocupava na cena política do país naquele momento, e como ainda havia espaços de luta e de alguma garantia de defesa das oposições frente ao arbítrio do regime militar recém-instalado.

O relato de Eulália Lobo relembra esses episódios (14):

“Mas ainda antes da divisão da Filosofia, logo depois de 64, a universidade ficou muito visada, e Eremildo fez uma série de denúncias. Quando afinal abriram um inquérito, o general encarregado acabou ficando contra o Eremildo, achando que ele era um intrigante, uma pessoa de caráter no mínimo leviano. Ele denunciou a existência de células comunistas, haveria — imaginem que coisa ridícula! — uma Célula Anchieta na FNFi. Eremildo denunciou como conspiradores comunistas Manoel Maurício de Albuquerque, José Américo Pessanha, Maria Yedda Linhares, Evaristo de Moraes Filho, Marina São Paulo de Vasconcellos e a mim, entre outros”.

**DE ACORDO
COM DOSSIÊS
PRODUZIDOS
PELOS ÓRGÃOS DE
SEGURANÇA, NA
FNFI FUNCIONAVA
UMA CÉLULA
COMUNISTA**

Nesse contexto, o funcionamento da FNFi ficou em grande parte paralisado, e as atividades docentes ficaram fortemente comprometidas. Somente partir de 1965 o ritmo da FNFi começaria a se regularizar, mas em novas bases, agora sob um regime ditatorial.

TEMPOS SOMBRIOS PARA A HISTÓRIA NO IFCS Após o golpe militar de 1964, o Ministério da Educação assumiu a bandeira da reforma universitária, e começou a promover mudanças nas universidades federais que foram sendo difundidas para as demais (15).

Em 1965, uma lei federal definiu que a Universidade do Brasil passaria a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que, a seguir, suas escolas passariam a integrar ou a constituir institutos. O curso de história passaria, assim, a partir de março de 1967, a fazer parte do recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), e teria sua sede na rua Marquês de Olinda, onde já funcionava o Instituto de Ciências Sociais.

O depoimento de Eulália Lobo nos fornece elementos para a reconstrução das memórias sobre as discussões acerca da reforma universitária e do desmonte da FNFi.

Alguns meses depois da chamada Revolução, em 1967, houve uma divisão da antiga Faculdade Nacional de Filosofia em várias escolas e institutos. Passei então a dar aulas no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, o IFCS, que absorveu o curso de história da antiga FNFi. O IFCS se incorporou a uma instituição já existente, o Instituto de Ciências Sociais, que era dirigido pelo Evaristo de Moraes Filho e só fazia pesquisas. Estava instalado numa casa muito bonita, antiga, na rua Marquês de Olinda, em Botafogo. Com a incorporação, aquele tornou-se um lugar de debates, que ficou muito focalizado pois além do pessoal da casa, pessoas de outros núcleos da universidade iam para lá discutir. Era um lugar de grande agitação intelectual (14).

Nos meses seguintes, o processo de radicalização política atingiu seu auge, com a realização, por órgãos de repressão, de um atentado a bomba ao prédio da Rua Marquês de Olinda, e com a expansão do movimento estudantil, que deflagrou uma onda de greves que paralisaram em grande parte as atividades universitárias.

O depoimento de Miridan Falci recupera elementos desses eventos: “Os meus primeiros dias como professora universitária, foram no prédio da rua Marquês de Olinda. Eulália acabara de ser presa, e os alunos se revoltaram, quebrando todas as janelas. Veio a polícia, estebeleceu-se um cerco, na tentativa de prender sei lá quem. Foi uma experiência terrível. O clima da faculdade estava completamente mudado” (16).

Neyde Theml complementa esse relato. Referindo-se a sua permanência na Marquês de Olinda até o final de 1969, declarou: “Foram tempos difíceis, a polícia onipresente, frequentemente tentando invadir as classes. Era complicado. Hélio Vianna morreu e as cassações exigiram que vários docentes fossem substituídos, mas alguns substitutos não apareciam para dar aula” (17).

A despeito de todas essas mudanças, de acordo com os depoimentos de Maria Yedda Linhares e de Francisco Falcon, entre 1965 e 1968 foi possível uma recuperação da dinâmica do curso de história, especialmente nas cadeiras de história moderna e contemporânea e de história da América, já com Eulália Lobo à frente. O próprio crescimento do movimento estudantil a partir de 1966, e os questionamentos crescentes do regime militar funcionavam como estímulo ao debate, com a criação de grupos de estudos, seminários e palestras, e o envolvimento com leituras que levavam a uma interpretação da história na perspectiva do materialismo histórico. Ainda nesse período, Maria Yedda tentou criar uma pós-graduação em história social. Chegou a ser elaborado um projeto para o funcionamento do novo curso, mas a iniciativa não vingou. A grade curricular da graduação também não sofreu alterações de monta.

Se, no imediato pós-1964, houve condições de resistência nos escombros da FNFi, então já desmembrada em diferentes institutos, após 1968, os anos de chumbo começariam para valer. Com a decretação do Ato Institucional nº5 (AI-5), em dezembro de 1968, houve a cassação de vários professores, e a aplicação do Decreto nº 477 para vários alunos.

O NOVO SENHOR DO IFCS Agora transferido para o largo de São Francisco, o IFCS e o curso de história enfrentariam, por vários anos, um clima de denúncia e de perseguição, comprometendo de forma dramática suas atividades. De acordo com os relatórios dos órgãos de segurança, fica evidenciada a importância ganha por Eremildo Viana e o reconhecimento do regime aos seus serviços prestados no combate das atividades ditas comunistas.

Procedidas sindicâncias sobre o professor Eremildo Luiz Viana, foi apurado que os antecedentes aqui registrados estão corretos quanto às atividades anticomunistas. O epígrafado desenvolveu intensa atividade contra a infiltração comunista que se fazia sentir na FNFi e na UFRJ, no período de 1963 e parte do ano de 1964. No ano de 1963, o marginado prestou depoimento no inquérito aberto no Parlamento para apurar as atividades comunistas na ex-UNE, tendo atuado como testemunha de acusação contra professores e estudantes comunistas. Em vista de sua atuação contra a divulgação e as atividades comunistas na FNFi, foi exonerado do cargo este que exercia desde 1957. Com o advento da Revolução, foi empossado no cargo de diretor da Rádio Ministério da Educação, cargo que ocupava até 07/69 (18).

Esse retrato da trajetória de Eremildo, produzido pelos órgãos de segurança, nos indica os recursos de poder e o cacife que adquiriu para retornar à universidade como o “novo senhor” do curso de história e do IFCS da UFRJ. Tratava-se de atrair novos professores, visto que muitos tinham sido cassados ou atingiam a aposentadoria, como Hélio Vianna e Silvio Julio. O regime de cátedra também tinha terminado, mas a forma de ingresso não mudava muito. O re-

crutamento continuava na base das relações pessoais e de indivíduos que não tinham o chamado “passado político”.

Miridan Falci, professora recém contratada por indicação de Arthur Cesar Ferreira Reis, em seu depoimento, relata o clima de opressão vivido no IFCS a ponto de reduzir drasticamente a produção acadêmica.

Um dia, mencionei *O processo civilizatório*, do Darcy Ribeiro, e *Formação econômica da América Latina*, de Celso Furtado. São dois livros extraordinários, e que eu adoro. Escrevi os títulos e o nome dos autores no quadro-negro, e disse aos alunos que estudassem o primeiro capítulo de um e de outro, porque eu ia fazer o confronto entre o antropólogo, pensando como é a América (...) e o historiador econômico, (...) resumindo, um debate: Darcy Ribeiro *versus* Celso Furtado. Mal concluía a proposta, uma aluna levantou-se e veio a mim avisar que dois agentes do Dops estavam sentados no fundo da sala. Eu já ouvira comentários sobre policiais infiltrados, mas estes, vestindo ternos pretos, um deles carregando uma pasta, faziam questão de ostentar a sua presença. Sua tarefa era assistir à minha aula. (...) Uma semana depois, fui chamada ao gabinete do Eremildo (...) me advertiu de que o AI-5 proibia portar, difundir e até mesmo falar a respeito da obra de autores cassados (16).

O depoimento de Nara Saleto (19), que ingressou no curso de história em 1973, dá uma ideia do clima reinante no recém criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais:

Como estou dizendo, os primeiros tempos do IFCS foram terríveis. Havia funcionários espíões, que entravam nas salas de aula a pretexto de ninharias, e seguiam os passos dos professores por toda a parte, até nos elevadores! Eu não podia conversar com os alunos, muito menos convidá-los para ir à minha casa. Eles iam claro, mas ninguém devia saber: era malvisto, pecaminoso [risos]. A vigilância se estendia dos corredores à cantina, e, se, aos poucos, o clima foi se atenuando, isso se deveu principalmente aos estudantes (19).

Esses dois relatos nos dão a ideia do clima de obscurantismo e de repressão que vigorou no IFCS e no curso de história. Se em algumas universidades e departamentos o impacto do golpe militar não provocou um impacto tão intenso na desagregação dos cursos e na anulação da possibilidade de desenvolvimento de atividades de pesquisa, no curso de história o período do regime militar foi devastador. O próprio processo de criação dos programas de pós-graduação, desenvolvidos durante o regime militar e que alcançou sucesso em muitas universidades, no caso do Departamento de História não se concretizou. A tentativa de criação do curso de pós-graduação em história, em 1970, pelo professor Eremildo Viana, não logrou sucesso. A avaliação por aqueles que foram seus primeiros alunos e que pode ser confrontada com a documentação escrita, demonstra que o curso não conseguiu se estruturar de acordo com as normas

da Capes e nenhuma dissertação foi defendida até 1982, quando Eulália Lobo pôde assumir a coordenação do curso.

Neyde Theml relembra seu ingresso como aluna nesse curso em 1970. “De início, um curso de aperfeiçoamento, que depois virou mestrado. Fiz concurso e passei. Durou *anos*, parecia um curso ginasial, interminável. Concluí em 1979 e só tirei o diploma em 1982. Fomos obrigados a esperar o reconhecimento” (17).

O balanço de Eulália Lobo sobre o que aconteceu com o Departamento de História da UFRJ depois do AI-5 é bastante significativo e confirma as palavras de Neyde.

O IFCS “ficou bastante enfraquecido, não só o Departamento de História, mas os departamentos de Antropologia e de Filosofia. O que aconteceu foi que não havia pessoas disponíveis para substituir os que saíram. Houve um declínio de qualidade, que se reflete inclusive num catálogo publicado pela universidade. Lá você vê que durante todo o período da ditadura foram feitas três pesquisas no Departamento de História. Três pesquisas mínimas, monográficas. Se você compara essa produção com o período anterior, com Luciano Martins trabalhando, Stella Amorim, Maurício Vinhas de Queiroz, Yedda, eu e muitos outros, fica claro que a atividade era muito maior. O obscurantismo foi tal que a biblioteca foi fechada! Quando voltei para o IFCS, com a anistia, a primeira coisa que fiz foi lutar pela biblioteca. Abrimos uma câmara escura no quarto andar, onde estavam os livros empacotados, e trouxemos tudo para fora em carrinhos de mão emprestados da seção de obras do prédio [...] Podia ter havido pesquisa, do tipo conservador, que fosse, mas não houve. A biblioteca foi enclausurada! O que se pode dizer disso? Foi um declínio horrível (14).

Foi com o processo de abertura política, iniciado com o governo Geisel (1974-1979), e com o avanço das lutas pela anistia que novos tempos vieram para o IFCS e para o curso de história, com a plena reintegração dos docentes cassados, em 1979.

Cabe destacar, por fim, que os debates e os desdobramentos dos eventos ocorridos na década aqui enfocada revelam-se fundamentais para se compreender os movimentos sucessivos que tiveram lugar no território pouco pacífico de desenvolvimento dos cursos universitários de história. Merece destaque igualmente a importância e as possibilidades do estudo acerca das memórias de eventos traumáticos e a repressão desencadeada na FNFi/IFCS. Uma análise dos depoimentos de professores, coletados para esta pesquisa, nos permite destacar alguns pontos importantes.

Como sabemos, os depoimentos orais são memórias que representam diferentes versões do passado e expressam lembranças contraditórias, esquecimentos, distorções, conflitos, e não podem ser tomados como relatos “verdadeiros” e “objetivos” sobre os fatos narrados; mas, ainda assim e por isso mesmo, nos permitem o acesso a um rico material e a informações pouco encontradas em outras fontes. Os relatos obtidos se revestiram de grande relevância como chave e ponto de partida para mapear questões a serem pesquisadas

num emaranhado de documentos, dispersos e fragmentados. Além de preencher muitas lacunas que a documentação escrita não conseguia suprir, os relatos orais foram caminhos seguros e ricos para esclarecer as disputas e conflitos de memórias, e para nos fornecer pistas para compreender as versões construídas sobre a trajetória dos cursos. O foco central dos depoimentos concentrou-se nas lutas políticas, em especial do final dos anos 1950 até 1968, mais do que no conteúdo dos cursos em si mesmo, considerando que a maioria dos depoentes ingressou na universidade a partir de 1957/1958 e, por conseguinte, muito de suas vivências privilegiaram os anos de radicalização política no Brasil, a partir do governo JK até a queda de Jango, com o golpe militar de 1964. O que se pode perceber é que o engajamento dos alunos e professores nos projetos de transformação do Brasil, ainda que de diferentes maneiras e com orientações políticas distintas, condicionaram fortemente as memórias sobre o curso de história, colocando no esquecimento fatos positivos para destacar a repressão e os traumas que o golpe militar provocou.

Marieta de Moraes Ferreira é professora do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Entre os entrevistados estão Vicente Tapajós, Borges Hermida e Eremildo Viana, Maria Yeda Linhares, Eulália Lobo, Cibele Ipanema Moreira; Francisco Falcon, Miridan Falci, Clóvis Dotore, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Ilmar Matos, NeydeThelm, Arno Wehling.
- Ferreira, M. de M. *A História como ofício*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.
- Ferreira, M. de M. & Franco, R. "Desafios do ensino de história". *Estudos Históricos*, vol. 21, pp.79-93, 2008.
- Entrevista com Francisco Falcon (2013). In: Ferreira, M. de M., *A história como ofício*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2013.
- Pereira, D. M. "*Boletim de História*: uma experiência de vanguarda na Faculdade Nacional de Filosofia – 1958/1963". Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (mestrado em história) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- Boletim de História*, 1962.
- Boletim de História*, 1963.
- Citação do Pedro Celso refere-se à entrevista publicada em Op. Cit. Ferreira, 2013.
- Coleção de livros didáticos que veio a se chamar "História Nova" e que foram destruídos pelo regime militar.
- Poerner, A. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil colônia até o governo Lula*. 5.ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p.188.
- Entrevista com Maria Yeda Linhares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 5, n. 10, p. 216-250, 1992. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/105.pdf
- Ver documentação do Dops, arquivo do Aperj, ficha de Maria Yeda Linhares.
- Depoimento ao Dops. Arquivo do Dops – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj). Dossiê de Eremildo Viana, Faculdade Nacional de Filosofia.
- Depoimento ao Dops. Arquivo do Dops – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj). Dossiê de Eulália Lobo, Faculdade Nacional de Filosofia.
- Abreu, A. A. de et al. (org.). *Reforma universitária. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, vol.4. 2001.
- Entrevistas com Miridan Falci Britto Falci (2013) In: *Op. Cit.* Ferreira, 2013
- Entrevista com Neyde Thelm Tel (2012). In: *Op. Cit.* Ferreira, 2013.
- Ver Arquivo do Dops. Dossiê Emerildo Viana. Informação nº 184/69 da SOB datada de 28 jul.1969.
- Entrevista com Nara Saletto (2010). In: *Op. Cit.* Ferreira, 2013

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Amado, J.; Ferreira, M. de M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- "*Boletim de História*. Um pouco de luz sobre a educação no Brasil e suas causas". *Boletim de História*, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, v.1, n. 2/3, p. 133-145, jan.-mar./abr.-jun. 1959b.
- Fávero, M. de L. de A. *Universidade e poder*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- Miceli, S. *História das ciências sociais*. São Paulo: Sumaré, 1995. V.2
- Motta, R. P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- Pinto, Á. V. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Iseb, 1959.

ENTREVISTAS CONSULTADAS

- Arquivo Faculdade Nacional de Filosofia (Programa e Estudos e Documentação Educação e Sociedade – Proedes/UFRJ).
- Arquivo do IFCS/UFRJ – Documentação dos professores Eremildo Viana, Hélio Viana e Marina Delamare São Paulo de Vasconcellos.

UM PERSONAGEM E SUAS HISTÓRIAS

Helena Bomeny

(...) aqueles que falam da decadência do ensino superior ou não têm memória, porque são velhos, ou não conhecem a história, porque são moços.

Newton Sucupira (1)

Newton Sucupira (1920-2007) é nosso personagem neste artigo. Sua trajetória se confunde, em muitos aspectos, com os caminhos da educação superior brasileira, com a democratização do acesso à universidade e, também, com a institucionalização da pós-graduação. O acesso mais amplo às universidades e a expansão da pós-graduação no país teriam que ser pensados em conjunto, insistia o professor Sucupira sempre que questionado sobre esses dois empreendimentos. Foi a reforma universitária de 1968 que viabilizou a expansão e a consolidação da pós-graduação, uma vez que previu, no âmbito da vida universitária, a associação de ensino e pesquisa. Antes da reforma de 1968, qual era o lugar da pesquisa no Brasil, se perguntava Sucupira? Havia uma demanda desde a década de 1950, ou seja, já se propagava a bandeira da organização institucional compatível com a exigência de pesquisa. Tal organização e, sobretudo, “esse fazer da pesquisa elemento fundamental veio com a reforma de 68”, assegurava o educador. Quando a reforma estabeleceu, pela primeira vez no Brasil, indissociar ensino e pesquisa, instituiu a ideia, que foi se consolidando com o passar dos anos, de que a atividade de pesquisa é institucional, ou seja, que “uma universidade não pode ser universidade sem que tenha uma programação de pesquisa ou uma política de pesquisa” (1). Esse é o fundamento da crença de Newton Sucupira: que foi a reforma de 1968 que deslançou o Parecer 977-65, do Conselho Federal de Educação, que instituiu a pós-graduação no Brasil tornando realidade o que era ainda uma intenção.

Conheci o professor Sucupira por ocasião de uma entrevista que ele me concedeu e que seria base da escrita de um livro em sua homenagem que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) promovia quando o Parecer 977-65 completava quarenta anos (2). Ele nos recebeu, a mim e à Raquel Emerique, em sua residência no Jardim Botânico, Rio de Janeiro, no dia 16 de fevereiro de 2001. Sabíamos da fama do educador de não estabelecer, com facilidade, uma conversa descontraída, desarmada. Homem de temperamento firme, católico, nascido da convencional e bem posta elite nordestina, adepto da filosofia alemã, confessadamente rígido no comportamento pessoal, e na educação de seus nove filhos, Sucupira foi autor de mais de 400 pareceres, muitos dos quais relativos à definição e regulamentação de políticas

educacionais no período do regime militar (1964-1985). Em seu depoimento surpreendeu-nos a memória viva não só de nomes, episódios, argumentos intelectuais e referências bibliográficas, mas também, de números de decretos, pareceres, além dos conteúdos que lhes dão consistência.

Encontramos o educador em um dos dias típicos de calor do Rio de Janeiro. Conduzimos a conversa guiada por um roteiro bem cuidado em seu escritório repleto de livros por todos os lados, em estantes que circundavam todo o ambiente, pela mesa de trabalho e por bancos adicionais. Sentamo-nos os três e iniciamos o diálogo marcado inicialmente pela tensão, com o pequeno gravador em uma das mãos e o roteiro em outra. Na sequência do roteiro, os pontos que deveríamos perseguir na trajetória do educador. Sucupira não entendia completamente o motivo daquela visita e, aos poucos, fui percebendo as razões de sua apreensão. Expliquei que estávamos ali a propósito do Parecer 977-65 que instituiu a pós-graduação no Brasil do qual ele havia sido o relator. Atento, o educador logo percebeu que havíamos cuidado da preparação da entrevista, que tínhamos um roteiro com informações detalhadas sobre sua biografia intelectual. Foi quando sentimos que se estabelecia uma relação de confiança e respeito. Ficou claro que seu depoimento era importante, e sua expressão de aceitação nos indicava que assim havia compreendido aquela iniciativa de conversa.

A entrevista transcorreu normalmente. Eu diria que estávamos todos apreensivos. As entrevistadoras, naturalmente, inseguras de seus desempenhos diante de tamanha erudição, de verdadeiro repositório de memória e de argumentos logicamente estruturados. Mas, o entrevistado não estava menos sensibilizado. Tratava-se de um retorno a vivências antigas e, em alguns momentos, podíamos acompanhar em sua expressão relances de emoção seguidos de firmeza no relato que nos fazia. Ao final do primeiro encontro, havíamos percorrido sua biografia de professor e conselheiro. Eu sabia que um segundo contato teria valor inestimável para compor um quadro mais compreensivo de suas ideias e, basicamente, de suas filiações intelectuais. O professor Sucupira concordou em nos receber outra vez. Um mês ia se completar do primeiro encontro quando realizamos a segunda entrevista. Dessa vez, não trataria mais de sua biografia propriamente, mas o indagaria sobre pontos para os quais me preparara ao longo do trabalho que vinha fazendo.

O encontro acabou sendo uma oportunidade para repassarmos episódios e situações que têm destaque na história da educação. Inevitável voltar a Anísio Teixeira (1900/1971) e recuperar a inspiração filosófica que o distinguia de Sucupira e que balizava sua intervenção no campo da educação no Brasil. Outro ponto dizia respeito à atuação ininterrupta de Sucupira no Conselho Federal de Educação ao longo do regime militar, o que o deixara como personagem público em posição de bastante reserva. Mas o educador não se intimidava com o segundo ponto, e se mostrou estimulado para conversar sobre o primeiro.

De onde vem, com quem dialogou, e como trabalhou Newton Sucupira pela educação brasileira? Quais são os pareceres que o mantêm indissociavelmente ligado à estruturação do ensino superior no Brasil?

UM PROFESSOR FILÓSOFO

Tenho sido e continuo a ser, antes de tudo, o professor. Dezesesseis anos de Conselho Federal de Educação, diretor de faculdade e pró-reitor para Assuntos Acadêmicos da Universidade Federal de Pernambuco, seis anos e meio em Brasília como diretor do ensino superior e presidente da Comissão de Assuntos Internacionais do Ministério da Educação, representante do Brasil no Conselho do Bureau Internacional de Educação da Unesco, em Genebra, primeiro e único brasileiro presidente desse mesmo Conselho, todas essas funções não me afastaram da sala de aula. A aposentadoria veio colher-me lecionando no doutorado da Faculdade de Educação, sendo seu coordenador (...) (3).

Newton Lins Buarque Sucupira nasceu em 9 de maio de 1920, em Porto Calvo, Alagoas. Presenciou o final do declínio da economia açucareira. “As raízes rurais poucos traços deixaram no menino que se ambientou no meio urbano”, disse dele o amigo Alberto Venâncio Filho (4). Sucupira, no entanto, se definia mais como pernambucano, sua terra de adoção, por ter ali se escolarizado, desde as primeiras séries, no Colégio Nóbrega dos padres jesuítas em Recife, onde, menino ainda, despertou para o gosto da erudição e o interesse pelos estudos. Filho de João Buarque Sucupira e de Fani Lins Sucupira, casou-se em 1946 com Odette Silveira Sucupira, constituindo uma família de nove filhos, seis mulheres e três homens, todos casados, dos quais tiveram netos e bisnetos. Católico praticante, Sucupira modelou a educação dos filhos dentro dos princípios religiosos do catolicismo. Não transigiu nessa tarefa formadora de mentalidades.

A conclusão do ensino secundário em 1938, aos 18 anos, colocou-o diante do inevitável aos que conviviam em ambiente favorecido: escolher entre os três cursos disponíveis à então credenciada formação universitária – direito, medicina e engenharia. Naquela época, ainda não chegara ao Nordeste a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Optou pelo direito. Matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, “o esquadro natural de quem se interessasse pelos estudos especulativos”, completa Alberto Venâncio Filho (5).

Foi na Faculdade de Direito que se viu envolvido pelos problemas filosóficos, e esta vocação o afastou da prática forense, mantendo-se fiel aos estudos teóricos. Ao terminar o curso de direito em 1942, matriculou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega, portanto, dos jesuítas (hoje Universidade Católica de Pernambuco). No período de 1948 a 1964 exerceu a função de professor de filosofia da Faculdade de Filosofia em Recife, e em 1961 foi ungido no cargo de professor catedrático de história e filosofia da educação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O ensino de história e filosofia da educação no curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia da UFPE selou seu compromisso definitivo com a educação. Sucupira vai, portanto, perfilando sua trajetória de educador, beneficiária dos estudos teóricos do direito, da convicção da importância da filosofia na compreensão das questões fundamentais do direito e da centralidade da educação no desdobramento para a vida ordinária das grandes questões postas pela filosofia. A educação seria, assim, o porto seguro no qual poderia reunir todas as vocações e veredas pelas quais se viu envolvido, sendo a história de sua vida pessoal e profissional uma confirmação dessa aposta mais geral. O mapa do direito tem sua fundamentação no campo da filosofia e sua aplicação na área da educação.

Mas um encontro na década de 1950 impactaria sua vida profissional:

Em 1955, conheci pessoalmente Anísio Teixeira ao debater sua conferência, “Ciência e humanismo”, pronunciada na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada naquele ano em Recife. Desse debate, resultou constante e proveitoso diálogo com o mestre Anísio, apesar de estarmos em posições filosóficas distantes, ele discípulo fiel, mas independente de Dewey. “*Diálogo que me abriu novas perspectivas sobre educação, principalmente, educação brasileira*”. (6)

De fato, abria-se ao professor Sucupira uma nova perspectiva de vivência pessoal e atuação profissional. Em 1959, Anísio Teixeira dirigia a Capes e havia conseguido do governo norte-americano oito bolsas de estudos para que pessoas da área de educação fizessem observações sobre o ensino secundário daquele país. Entre os escolhidos estavam Alberto Venâncio, e também, Newton Sucupira, Valnir Chagas, Airton Gonçalves da Silva, Raimundo José da Mata, Grimaldi Ribeiro de Paiva, Ovídio de Andrade Júnior e Eduardo de Carvalho. Em uma direção mais especializada, encontramos nos textos de Anísio Teixeira e Newton Sucupira indicações reveladoras do quanto incorporaram em suas propostas e avaliações o que aprenderam da história da educação norte-americana. A convergência de opiniões positivas sobre o desenvolvimento da educação naquele país facilitou, sem dúvida, o diálogo entre os dois filósofos da educação brasileira, a despeito das diferenças entre as matrizes filosóficas que os orientavam na prática intelectual.

Convertidos a credos muito distintos, os dois educadores mantiveram, ao longo de suas trajetórias profissionais e intelectuais, respeito intelectual e fervor dialógico a comprovar que a divergência cultivada no mundo das ideias nem sempre separa a convivência entre os homens. Ao contrário, suas distintas filiações filosóficas provocaram, em cada um deles, uma admiração recíproca, comprovada pelas iniciativas de cada um em expor respeitosamente as convicções ao outro. Alimentaram-se das diferenças e expuseram-se ao julgamento público, nem sempre favorável a um ou a outro. A intelectualidade “de esquerda” foi, muitas vezes, implacável com ambos. Até muito recentemente, até meados da década de 1980,

Anísio foi pejorativamente classificado como “liberal”, quando não, “de orientação pequeno-burguesa” por sua confessada e consciente adesão ao modelo norte-americano de democratização da educação. Como sabemos, a bandeira educativa norte-americana se pautou na extensão do direito da educação à maioria da população, no programa da escola única, na política de um ensino obrigatório, laico e público distribuído às comunidades da América. Anísio Teixeira foi absolvido, mais recentemente, no embalo da valorização, pelos próprios movimentos intelectuais de esquerda, da dimensão civil dos direitos humanos, da recuperação das minorias como atores políticos legítimos e das organizações da sociedade civil – nem sempre vinculadas aos partidos – como foros legítimos de expressão da vontade coletiva. O tributo à experiência norte-americana teve, ao menos, que ser considerado nesse novo arranjo de reflexão sobre a política. E a conjuntura desfavorável que se interpôs à reflexão mais crítica com a queda do Muro de Berlim e a derrocada do Leste Europeu facilitaram sobremaneira a inclusão de argumentos favoráveis aos ideais de Anísio Teixeira para a educação brasileira.

Além dessa indicação para a visita especializada à América do Norte, Anísio Teixeira seria responsável também pela indicação de Sucupira para compor o Conselho Federal de Educação, instalado pelo Decreto nº 51 404 de 5 de fevereiro de 1962. Sucupira estava entre os conceituados intelectuais que compuseram o conselho onde permaneceu até 1978. Data desse período a discussão e a deliberação de duas regulamentações que redefiniriam o campo da educação superior no Brasil: o Parecer 977/65, que prescreveu as linhas de orientação para a montagem da pós-graduação e o relatório do grupo de trabalho criado pelo Decreto 62937/68 para estudo da reforma universitária, que deu origem à Lei nº 5.540/68. Dois decretos-lei antecederam o relatório do grupo de trabalho para a reforma de 1968: os de número 53, de 18 de novembro de 1966, e o de número 252, de 28 de fevereiro de 1967. Em ambos teremos que computar a participação ativa do professor Sucupira.

A atuação no Conselho Federal de Educação não impediu que Sucupira assumisse outras responsabilidades no ensino superior. No período de 1968 a 1978, desempenhou a função de presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação, e no período de 1970 a 1972 foi diretor da Divisão de Assuntos Universitários (DAU) – do Ministério da Educação, de onde se empenha na direção do órgão máximo executivo da educação superior, em promover e patrocinar condições à consolidação do ensino superior, particularmente, da pós-graduação. Sucupira passou à história da educação brasileira como mentor intelectual da regulamentação da pós-graduação e, também, autor do texto que deu base à Lei da Reforma Universitária de 1968. Sua função de direção na Divisão de Assuntos Universitários permitiu-lhe concretizar seus ideais de pós-graduação e de ensino superior. No período em que foi membro do CFE (1962-1978) assinou aproximadamente 400 pareceres, sendo os mais notórios o Parecer nº 76/62, que trata da autonomia universitária; o Parecer nº 277/62, que

estabelece o currículo mínimo do curso de filosofia e o Parecer nº 977/65 que traça as linhas de implantação da pós-graduação, além, obviamente, do relatório do grupo de trabalho que definiu os termos da reforma de 1968.

Em 1972, Sucupira faz uma viagem de estudos à Inglaterra. Dessa viagem ele trouxe como novidade o projeto da universidade aberta, minuciosamente relatado por ele em artigo que ficou conhecido como “Relatório Sucupira”. Nesse momento, Sucupira continuou exercendo intensamente suas atividades no Conselho Federal de Educação. Já havia passado o momento das maiores discussões sobre as diversas reformas que estavam em curso nos três graus de ensino. As faculdades de educação já estavam em andamento em diversas universidades. O Relatório Sucupira trata de um tema à época bastante polêmico. O entusiasmo e o desconhecimento a respeito dos métodos de ensino não convencionais se generalizavam e Sucupira dava as indicações precisas no relatório a respeito dos ganhos e dos cuidados necessários ao bom desempenho dessa nova maneira de ampliar o acesso ao ensino superior no Brasil, considerando os cursos abertos. O fato de ter trazido uma avaliação positiva da experiência inglesa e de ter sugerido a possibilidade de uma adaptação ao contexto brasileiro rendeu-lhe muitas críticas. O interesse que aquela experiência despertou no educador consistia na possibilidade de democratizar o ensino superior sem aviltamento da formação universitária. O relatório é minucioso na descrição do alto investimento em pessoal qualificado, trabalhando em tempo integral, e, especialmente, do empenho da universidade inglesa em garantir qualidade e excelência com esse novo formato de disseminação do ensino superior. O grande objetivo daquele empreendimento parecia responder à urgência que se fazia necessária na extensão da formação superior a uma camada mais ampla da população adulta: dar aos que trabalham a possibilidade de obter uma formação universitária. Professores de alta qualificação, recrutados na forma usual em que as universidades inglesas selecionam seus professores, distribuídos nos diferentes níveis da hierarquia acadêmica, tudo isso afastava a ideia de ser o programa da universidade aberta uma experiência pouco recomendável. Ao contrário, o que o relatório sugere é uma estreita relação entre alto padrão de formação superior, ou seja, uma estrutura desenvolvida de ensino superior e a implantação de uma estrutura baseada em novos instrumentos de transmissão e avaliação de conhecimentos.

Em 1973, Sucupira é eleito presidente do Conselho do Bureau Internacional de Educação, órgão da Unesco, para o biênio 1973-1974. A nomeação para o Bureau Internacional resultou de uma indicação do governo brasileiro, mas a eleição ao cargo de presidente é uma delegação do grupo na Unesco. Sucupira recebeu a indicação de um dos membros do grupo, e assumiu a função em 1973. Em 1978, deixou o Conselho Federal de Educação para se dedicar à vida acadêmica, embora dela nunca tivesse se afastado, mesmo quando atuou no conselho, na Divisão de Assuntos Universitários ou mesmo no conselho da Unesco.

DOIS EDUCADORES: DUAS RECEPÇÕES Newton Sucupira não se beneficiou da absolvição que foi dirigida ao educador Anísio Teixeira. Uma rápida menção a episódios das trajetórias pessoais dos dois educadores ajuda a entender as razões de tal assimetria. Anísio teve sua vida pública ferida pelos dois momentos de autoritarismo nos quais se insurgia como intelectual de ação. O período do Estado Novo (1937-1945) testemunhou sua inteira disposição e energia na montagem da Universidade do Distrito Federal (UDF), no governo Pedro Ernesto da cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. A experiência da UDF faz parte da memória de construção da universidade brasileira e até hoje é lembrada pela ousadia, descentralização, vigor intelectual e liberdade de pensamento que Anísio Teixeira pretendia imprimir ao ensino superior brasileiro. As forças da ditadura foram inexoráveis, e encontraram respaldo nos setores mais conservadores da Igreja Católica na perseguição que se impôs ao educador e na decisão que se seguiu de fechar a Universidade do Distrito Federal. Alceu Amoroso Lima, como a história e ele próprio registraram, personificou a reação de interdição ao projeto de Anísio Teixeira. O educador baiano se recolheu a seu estado natal e à sua vida privada até o final da ditadura de Vargas.

O segundo momento de regime militar, o pós-1964, fez com que Anísio Teixeira fosse, uma vez mais, convocado pelas urgências de reforma educacional. O envolvimento se deu não só com a iniciativa governamental de aprimoramento de pessoal de nível superior, a Capes, mas também com o Inep – instituto criado para fomentar as pesquisas que deveriam orientar a implementação de políticas de educação no país. Mobilizou-se pelas discussões acaloradas do final da década de 1950 que deram vida aos debates em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, finalmente aprovada em 1961. E, uma vez mais, na capital da República brasileira, dessa feita em Brasília, veria o projeto de criação da Universidade de Brasília (UnB) ser alvo da ira de ditadores. Anísio Teixeira, ao lado de Darcy Ribeiro, foi um dos protagonistas do projeto universitário inovador que ali se implantava. Em 30 de agosto de 1968 a universidade teve seu *campus* invadido pela Polícia Militar, mesmo dia, aliás, em que sofreria igual ação repressiva a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A trajetória de Newton Sucupira revela uma atuação incessante pela reestruturação e regulamentação do ensino superior no Brasil, de 1962 a 1978, sem solução de continuidade durante o regime militar. O Parecer 977/65 já é redigido sob o regime militar, mas foram os decretos 53/66, 252/67 e o Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Reforma Universitária de 1968 que justificaram a associação comprometida entre sua formulação e a vigência do período de maior recrudescimento do autoritarismo imposto ao Brasil entre 1964 a 1985. Diante de tal gravidade, não havia como considerar os argumentos, ponderações para maiores esclarecimentos, e sequer se arriscaria a matizar acusações sem que outras mais graves se impusessem ao interlo-

utor. Por isso, pensar em conjunto Anísio Teixeira e Newton Sucupira como personagens promotores de reformas e regulamentações para a área da educação no Brasil pareceu sempre mais do que improprio, heresia. Mas, a despeito das diferenças foram dois educadores que tiveram na filosofia a âncora de inspiração e de orientação permanentes. E, não menos importante, o empenho ininterrupto pela reflexão no campo educacional e pela atuação constante nos processos de regulação e institucionalização do sistema educacional brasileiro.

A distinção talvez possa ser anotada em outros dois pontos: embora Anísio tenha se manifestado, inúmeras vezes, a respeito das faculdades de educação e do ensino superior, e embora tenha seu nome definitivamente associado à Capes, seu programa de reforma priorizou sempre a educação básica – a extensão do direito à educação ao conjunto dos cidadãos brasileiros. A escola pública foi sempre sua bandeira desde a década de 1920. Newton Sucupira está mais próximo de Fernando de Azevedo, em sua determinação de fortalecer o ensino superior como canal necessário e estratégico de garantir o desenvolvimento da cultura nacional. Certamente estará de acordo com a frase de Francisco Venâncio Filho de que “ou aperfeiçoamos as elites para melhorar o povo ou aperfeiçoamos o povo para melhorar as elites” (7). Anísio Teixeira apostaria na segunda opção, e Fernando de Azevedo consolida a trilha na qual percorreram Francisco Venâncio, Newton Sucupira e muitos mais. O catolicismo, abraçado pelos intelectuais que deram consistência ao modelo ancorado na formação da elite que educará o povo, é uma pista fecunda ao entendimento dessa opção.

O segundo ponto da distinção entre Anísio e Sucupira nos é sugerido pelo depoimento de Sucupira. Diz respeito à inflexível convicção de Anísio Teixeira de que o Estado não deve e não pode despender recursos na manutenção da rede privada de ensino. Anísio não discutia a importância, a necessidade ou a oportunidade do florescimento e ampliação da rede privada de ensino no Brasil. O que não admitia era a decisão de investimento do Estado em iniciativas privadas no campo da educação. Que se mantivesse privada a iniciativa privada. Ao Estado deveria ser cobrada a oferta pública de um direito democrático ao conjunto da população, particularmente da população carente, que jamais teria como se beneficiar de uma educação de elite. Os Estados Unidos, uma vez mais, foram uma fonte indiscutível de reforço a tal convicção. Até hoje, os estudos que tratam do investimento em educação básica fazem menção aos Estados Unidos como o país onde, historicamente, o Estado não compareceu investindo nas iniciativas privadas em educação básica (8). Esta discussão no Brasil, como já sabemos através de muitos estudos, teve que passar pelo crivo da Igreja Católica, esta sim, historicamente interessada, não só na definição dos rumos da educação como norteadora de condutas, mas, igualmente, na proteção à rede privada de ensino, que incorporava as escolas confessionais, sendo a própria Igreja forte concorrente na distribuição

**A TRAJETÓRIA
DE NEWTON
SUCUPIRA
REVELA UMA
ATUAÇÃO
INCESSANTE PELO
ENSINO SUPERIOR
NO BRASIL**

das escolas no país. O fervor religioso de Sucupira e seu compromisso com a Igreja Católica, e a indeclinável defesa da educação laica de Anísio, o que atraiu para ele a ira da própria Igreja Católica em momentos cruciais da montagem do sistema educacional na década de 1930, ajudam a compor o quadro de distinção entre ambos. O olhar de Sucupira a processos de hierarquização de valores e competências, em grande medida, pode ser explicado por sua adesão incondicional ao desempenho da Igreja Católica na formação das almas, sendo a educação um dos pilares básicos nessa função evangelizadora. Anísio não compartilhava tal concepção. Desconfiou dos benefícios que a interferência da Igreja pudesse produzir nos processos de democratização e extensão da educação à massa. A educação básica foi sempre o centro a partir do qual Anísio construiu seu modelo de intervenção em políticas educativas; a educação superior seria tomada nessa perspectiva como a condição de aprimoramento necessário à construção sólida, não só da cultura e do desenvolvimento nacionais, mas, em igual medida, do aprimoramento da educação fundamental.

Os dez anos de atuação de Sucupira no Conselho Federal de Educação, de um total de 16, foram dedicados a assuntos relacionados com a universidade, presidindo a Câmara Especial do Ensino Superior. Sua atuação na Divisão de Assuntos Universitários no MEC no período de 1970/1972 confirma essa especialização. Sucupira torna-se assim, um estudioso do que é a universidade brasileira, de suas normas, princípios, carências, progressos etc. Acabou sendo conhecido como um especialista da história da educação superior no Brasil. O interesse pela universidade o fez caminhar na direção de estudos comparados no tempo, como se pode acompanhar pelas claras referências à universidade medieval, renascentista e do século XIX, e também no espaço, como é o caso das análises comparativas das experiências de diversos países. De que maneira cada cultura construiu seu projeto de ensino superior e de que forma o Brasil, sem uma tradição forte e positiva, poderia construí-lo foram inquietações que perseguiu no percurso de sua vida acadêmica. Acompanhou, com entusiasmo e aposta positiva, a criação da Universidade de Brasília. Parecia-lhe um contraponto à organização de nossas universidades tradicionais. Contrastava também com qualquer outro modelo de universidade existente. Afinal, como claramente defendeu Darcy Ribeiro, a UnB deveria oferecer “a todos os estudantes, durante os seus dois primeiros anos de curso, tanto programas científicos, como humanísticos a fim de proporcionar ao futuro cientista ou profissional oportunidade de fazer-se também herdeiro do patrimônio cultural e artístico da humanidade e, ao futuro graduado de carreiras humanísticas, uma informação científica básica”. Este era um aspecto entre os muitos mais que Darcy Ribeiro elegeu como exemplo do que era a “inovação” da UnB (9).

Já estavam ali previstas as atividades de extensão, a interação entre ensino e pesquisa e a dinâmica da relação universidade/po-

deres públicos, quando se previa como propósito da universidade “proporcionar aos poderes públicos o assessoramento livre e competente de que careceriam em todos os ramos do saber e que, numa cidade nova e artificial, somente uma universidade madura e autônoma poderia proporcionar (...)” (9).

Portanto, quando Sucupira atribuiu ao projeto da Universidade de Brasília a inspiração mais fecunda do projeto da reforma de 1968, e quando mencionou Darcy Ribeiro como autor daquele projeto estava ao menos sintonizado com a descrição do próprio Darcy. Sucupira é empossado no Conselho Federal de Educação no ano seguinte à inauguração da Universidade de Brasília (1961). Sucupira defendeu-a como o modelo de universidade mais contextualizado e eficiente daquele momento. Entendeu que a Universidade de Brasília era capaz de exercer eficientemente sua missão de ensinar, pesquisar, atender e retornar os conhecimentos para a sociedade. Estava preparada para exercer plenamente as funções que se espera de uma universidade. Certamente, Sucupira subscreveria a afirmação de que, não fosse pela UnB, nem o Decreto 977-65 nem a reforma de 1968 seriam desenhados como foram. Essa avaliação atravessou as décadas seguintes, como confirma em seu depoimento:

SUCUPIRA NÃO PERDEU DE VISTA A RELAÇÃO NECESSÁRIA ENTRE A UNIVERSIDADE E SEU ENTORNO

(...) eu fiz questão de dizer no Conselho que eu seguia a orientação do projeto da UnB. Agora, ela entrou em execução justamente no momento mais tumultuado ou dos mais tumultuados que foi a criação do governo militar. Aí, se deu o choque, e então, a universidade foi muito atingida (...) se você vai fazer análise agora, você vê que foi uma experiência que deu certo. O projeto deu certo. E eu, no que diz respeito à estrutura da universidade, nós nos inspiramos exatamente no que foi a

Universidade de Brasília (1).

O fato de ter condicionado a autonomia à responsabilidade social da universidade rendeu a Newton Sucupira muitas críticas. As críticas não o demoveram de suas convicções. Sucupira não perdeu de vista em qualquer de seus escritos, a relação necessária que se deve estabelecer entre a universidade e seu entorno:

A universidade deve ser livre para que possa realizar seus papéis e missões e, ao mesmo tempo, deve satisfações à sociedade que a mantém, que lhe propicia o desenvolvimento, devendo fornecer respostas necessárias aos problemas e/ou soluções relativos ao bem-estar coletivo. Essa ambiguidade induz, ontologicamente, a se perceber que a universidade deve ser livre do mesmo modo que é dependente, autônoma para pensar e fazer, pensando e fazendo sob a permanente vigilância das satisfações que deve a sociedade que a mantém” (10).

Advogou em favor da interação que é preciso ser mantida entre a universidade e a sociedade que a sustenta.

“(...) não existe universidade que não atenda aos interesses profissionais. Porque ela é uma instituição da sociedade.(...) a universidade alemã de Humboldt foi criada com as costas voltadas para a sociedade. Quer dizer, liberdade e solidão. (...)Você não pode agora querer fazer de uma universidade uma espécie de templo do saber puro (...)” (1).

Os depoimentos de Sucupira, de Darcy Ribeiro e de Anísio Teixeira – a despeito dos temperamentos e das distintas filiações políticas e ideológicas – reforçam o consenso forjado nos anos 1950 e 1960 sobre a inexistência de uma universidade no Brasil que atendesse a esse quesito fundamental, em uma época em que, vigorava em todos os quadrantes ideológicos a expressão *educação para o desenvolvimento*. É nesse sentido que se pode afirmar que havia um reclamo mais geral por uma reforma universitária. Os exemplos de outros países fortaleciam a tese de Sucupira a respeito da adequação, do compromisso da universidade com seu entorno.

LEI 5540/68 : A REFORMA QUE O CONDENOU

A reforma de 1968 tem tido mais detratores do que propriamente críticos (...)

Newton Sucupira (1)

Apesar de ter sido resultado do trabalho de um grupo de especialistas e pessoas envolvidas com o ensino superior, a reforma universitária ficou definitivamente associada a Newton Sucupira, e não sem qualquer fundamento. O prazo curto que o grupo teve para redigir o anteprojeto, depois da solicitação feita ao conselheiro pelo presidente da República, Costa e Silva, só pôde ser vencido com êxito pelas incursões anteriores (Parecer 53/66 e Decreto 252/67) que contaram com o protagonismo de Newton Sucupira. Não foi gratuita, assim, a eleição de Sucupira como interlocutor da presidência nessa matéria. “Eu estava no conselho quando o presidente Costa e Silva telefonou e pediu para falar comigo. Perguntou se eu estava disposto a fazer essa coisa toda. Respondi que sim. Mas aí, ele me deu o prazo de 30 dias (...)” (1).

Os efeitos provocados e os desvios sofridos na implantação do projeto original não escaparam à avaliação crítica de seu engenheiro. O governo não cumprira sua parte, concluía Sucupira, sem, e talvez não por inocência, tocar no autoritarismo vigente como inimigo bastante eficaz para inibir qualquer iniciativa mais flexível e criativa.

Faltou, entre outras coisas, uma política universitária que respondesse aos princípios inovadores da reforma. E o governo, que nos solicitou a reforma, logo após desinteressou-se pelo cumprimento de suas propostas, negando-lhe os recursos que tornariam possível a renovação das universidades, principalmente no que diz respeito às universidades federais. Essa frustração experimentei ao vivo quando

ocupi a direção do Ensino Superior de junho de 1970 ao início de 1972, e dispunha de orçamento que apenas permitia a realização do funcionamento rotineiro do sistema universitário (1).

Os intelectuais se mobilizaram pela formulação de políticas públicas em situações muitas vezes semelhantes, mas com posições distintas. Há os que resistem à crítica democrática, como foi o caso de Anísio Teixeira. Há os que são alvo de reserva e de resistência para serem incluídos na memória reconstruída dos processos nos quais se integraram. Newton Sucupira está mais associado ao segundo caso. Uma coisa é certa, porém. Uma recuperação distanciada da política educacional para o ensino superior no Brasil dificilmente seria possível sem se considerar o protagonismo de Sucupira. Esta menção por si só justifica plenamente a disposição desta revista em inserir sua trajetória em um dossiê dedicado ao impacto da ditadura sobre o sistema universitário.

Helena Bomeny é professora titular de sociologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Newton Sucupira, depoimento concedido a Helena Bomeny, em 16 de fevereiro de 2001.
2. Cf. Helena Bomeny. *Newton Sucupira e os rumos da educação superior*. Brasília, Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 2001, 128 p.
3. Newton Sucupira, “Faculdade de Educação: origem e missão”. *Revisita Perspectiva Filosófica*. pp.181-197
4. Alberto Venâncio Filho, “Prefácio para o livro do professor Newton Sucupira”, escrito a propósito da edição de um livro sobre o educador organizado e editado pelo CESGRNRI. O livro ainda não foi publicado até esta data.
5. Alberto Venâncio Filho, Op.cit. A citação é do texto mimeografado, p.3.
6. Newton Sucupira, “Discurso de professor emérito da UFRJ”, Op. cit., p.48.
7. Alberto Venâncio Filho, Op.cit., p.6.
8. Ver a propósito o texto de Stephen Barro, “Como os países financiam suas escolas?” In: *Financiamento da educação na América Latina/Preal*; tradução de Paulo Martins Garchet. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1999, 264 p., p. 19-92.
9. Cf. Darcy Ribeiro. *Confissões*. São Paulo, Companhia das Letras, Ilustração de Oscar Niemeyer, 1997, 1ª impressão, 585 p., p.252-253.
10. Apud. Fatima B. de Oliveria et al., “Concepção, amplitude e limites da autonomia universitária”, p. 43-44. In: Oliveira, Fátima B. de. *Ética e educação: o pensamento de Newton Sucupira*. Rio de Janeiro: CESGRANRIO/FGV, 1996, pp. 41-49.

O TRABALHO DAS COMISSÕES DA VERDADE UNIVERSITÁRIAS: RASTREANDO VESTÍGIOS DA REPRESSÃO NOS CAMPI DURANTE A DITADURA MILITAR

Angélica Müller
Pedro Ernesto Fagundes

Em janeiro de 1974, a imprensa brasileira (1) publicou um folheto, produzido pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), intitulado de “Como eles agem”. O documento indicava as formas de funcionamento das organizações “esquerdistas”, ou seja, como agiam para obter o apoio popular, valendo-se das “letras e das artes” com o intuito de conquistar uma identificação da população com seus “ideais subversivos”, ideais estes que procuravam contemplar suas necessidades e aspirações. Não por acaso, o primeiro conjunto de “subversivos” apresentados eram os estudantes e professores universitários que constituíam, na visão deles, “um dos pontos vulneráveis à infiltração ideológica comunista”.

Naquele contexto, esse documento produzido pelos órgãos de informação foi um dos poucos que veio a público: ele revela, com toda clareza, traços da cultura política autoritária na sua vertente anticomunista que caracterizou o regime militar. Se, por um lado, grande parte da sociedade brasileira desconhecia o *modus operandi* do regime e usufruía das benesses do “milagre econômico”, por outro, a repressão atingia vários setores, dentre eles as universidades: nesse espaço, a vigilância era permanente e provocava forte tensão entre os integrantes dessas instituições, nas quais o movimento estudantil (ME) era o mais visado (2).

Para manter o país em “ordem” e “afastado do perigo comunista”, os governos militares organizaram uma ampla estrutura que teve como base a espionagem, dentre outros setores, nas universidades brasileiras. No final da década de 1960, a estrutura repressiva ganhou musculatura administrativa e burocrática para atuar em todas as esferas da sociedade com a criação de novos órgãos de segurança. Uma das justificativas utilizadas pelos militares para a criação de tais órgãos foram as maciças manifestações estudantis de 1968 – ano simbólico do movimento estudantil. Haja vista que entre as prioridades do aparato repressivo estava a vigilância do interior dos *campi*. Em meio a esse cenário, a partir de julho de 1967, foram criadas as Divisões de Segurança e Informações (DSIs), através do Decreto 60.940. Especificamente, a DSI/MEC foi criada em 1969 e acabou se tornando uma das mais importantes seções do sistema de controle, justamente por sua capilaridade nas universidades.

Assim, pode-se afirmar que a escalada repressiva nas universidades contou com uma diversificada e ampla estrutura de repressão. Em 1969, entrou em vigor o Decreto-Lei 477 que, entre outras medidas, vetou toda e qualquer manifestação considerada de caráter subversivo dentro dos estabelecimentos públicos e privados de ensino, prevendo para os estudantes seu desligamento e proibição de ingresso em outros estabelecimentos de ensino durante três anos e, para professores e funcionários, a mesma pena pelo período de cinco anos.

É possível expor que o ponto culminante da estruturação desse aparato ocorreu em 1971, pois, foi essa a data de criação de um mecanismo específico para monitorar, vigiar e, sobretudo, levantar informações dentro de cada universidade. Esses órgãos que atuaram no interior de dezenas de universidades brasileiras ficaram conhecidos como Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs). Estima-se que em, aproximadamente, 35 universidades foram criadas AESIs, além de outras 15 ligadas ao MEC, como foi o caso da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (Capes).

Em geral, as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs) deveriam atuar nas universidades públicas federais e estaduais no levantamento de informações no interior da comunidade universitária. Em outras palavras, o surgimento dessas assessorias teria como finalidade identificar e monitorar os chamados “elementos subversivos”, dentro de um espaço considerado crítico: o *campus*.

Em suma, a partir dessa época, passou a valer a lógica da suspeita em relação a todos e a tudo. Tais órgãos, no início da década de 1970, estavam subordinados diretamente ao Serviço Nacional de Informação (SNI), ou seja, mesmo a vigilância nos órgãos civis passou a ser controlada diretamente pelas forças armadas (3).

Não apenas o ME estava na mira dessas assessorias. Esse ambiente de suspeição impregnou a rotina acadêmica de tal forma que as nomeações, posses e formaturas estavam sujeitas à apresentação dos chamados “atestados ideológicos”. Tanto que a apresentação de tal documento tornou-se condição obrigatória para o ingresso na carreira docente das universidades.

Esse fato pode ser constatado no Pedido de Busca Sici/DSI/MEC nº 2973/11979/76/2, datado de 14 de setembro de 1976, que tratava do Levantamento de Dados Biográficos (LDB) a respeito de Santa Marli Pires Santos (4) que, segundo o documento, estava pleiteando uma vaga de professora na Universidade Federal de Santa Maria (RS). Em anexo, consta uma ficha de antecedentes com as seguintes informações sobre a candidata: residência, cargo cogitado e registros de antecedentes.

A vigilância e a censura não estavam restritas aos corpos discente e docente. Os conteúdos ministrados em sala de aula eram alvo de constante vigilância, acarretando, muitas vezes, problemas para professores. Nesse contexto, o regime também passou a vigiar a produção de conhecimento. Essa vigilância de conteúdo pode ser evidenciada no Encaminhamento nº 010/10355/75/Sici/1/DSI/MEC/76, de 19 de fevereiro de 1976, que trazia uma relação “Li-

vros proibidos pelo sr. Ministro da Justiça”. Gostaríamos de destacar dois pontos em relação ao documento citado. O primeiro diz respeito à amplitude do aparato repressivo montado no país. Prova disso é que no item relativo à “Difusão” é possível observar que o documento foi encaminhado para as ASIs de onze universidades federais, com destaque para: ASI/UFMG, ASI/UFRGS, ASI/UFPR, ASI/UFSC, ASI/UFPE e ASI/UFPA.

Outro ponto está no anexo intitulado “Encaminhamento”, que apresenta uma lista de 205 livros considerados “subversivos ou pornográficos”. A orientação da DSI/MEC era que as ASIs impedissem a circulação e venda dos livros em suas respectivas universidades. Entre as obras censuradas constam autores notoriamente reconhecidos da esquerda, entre eles Ernesto Che Guevara, Mao Tsé-Tung, Trotsky e Lênin. O documento salienta também dezenas de obras classificadas como pornográficas que deveriam ser retiradas de circulação. A preocupação com o “saneamento moral” dos jovens brasileiros também estava entre as ações desenvolvidas pelo aparato de informação. Assim, obras de Nelson Rodrigues e Marquês de Sade figuravam ao lado dos teóricos marxistas como autores que colocavam em risco a “ordem política e social”.

A expectativa pela abertura democrática trouxe, em fins dos anos 1970, a reorganização do ME, dos sindicatos de professores e funcionários. Nesse sentido, lutar pela democracia nas universidades passava, dentre outros pontos, pela denúncia das ASIs como braço da repressão dentro dos *campi* universitários. Diante da pressão, em maio de 1979, a DSI/MEC enviou aos reitores um ofício “extinguindo” as ASIs universitárias de acordo com determinação superior (5). A manobra realizada, naquele momento, foi a de desativar os escritórios das ASIs dentro das universidades transferindo suas estruturas para os escritórios das delegacias regionais de segurança e informação.

O fato é que algumas ASIs, já esvaziadas das suas pretensões e poder iniciais, continuaram existindo dentro das universidades na primeira metade dos anos 1980. Em alguns casos, o órgão manteve-se em funcionamento, mesmo depois da redemocratização. Exemplo disso é o Informe nº 143/86 ASI/CST, da Assessoria de Segurança e Informação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (ASI/CST), de 15 de setembro de 1986, que apresenta um histórico sobre o funcionamento da ASI/Ufes. O documento trata do ambiente de agitação política dentro da Ufes e alerta sobre a possibilidade de invasão da sede da ASI/Ufes por militantes estudantis. Ainda, segundo o mesmo informe, Alberto Monteiro, chefe da Aesi/Ufes, havia informado que continuaria suas atividades fora das dependências da Ufes.

Oficialmente, em agosto de 1986, o MEC editou a Portaria nº 576, de 05 de agosto de 1986, extinguindo as ASIs ainda existentes nas universidades brasileiras (6). Após a extinção do SNI, em 1990, e, conseqüentemente, das estruturas a ele vinculadas, pouco se sabe da destinação da documentação dos sistemas setoriais de informações. Boa parte dos acervos das ASIs e do acervo da DSI MEC é

classificada como “desaparecido”. Porém, algumas universidades tiveram acesso à documentação produzida pela sua ASI, caso da UnB e da UFMG, e este material, além de estar hoje disponível no Arquivo Nacional (AN), foi alvo de uma grande pesquisa desenvolvida pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (7).

A instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011 – acelerou, entre outras questões, a busca pelos “arquivos perdidos”. A CNV motivou uma série de iniciativas interministeriais, como a do Ministério da Justiça (MJ), que, através do Aviso nº 1.069, de 04 jul. 2012, solicitou que todos os ministérios procedessem ao levantamento, à identificação e recolhimento – junto ao projeto “Memórias Reveladas”, do Arquivo Nacional (AN) – de documentos do período do regime militar que se encontrassem sob sua guarda. Por tal motivo, em agosto de 2012, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação, através do Ofício-Circular nº 11/2012/SAA/SE/MEC, enviou a todos os reitores das universidades públicas, federais e estaduais, uma solicitação para que fosse realizado um “Levantamento e identificação dos documentos do regime militar a serem recolhidos ao Arquivo Nacional” (8).

A medida, bem como o estímulo pela criação da CNV, motivou o surgimento de diversas comissões da verdade específicas nas universidades. Espalhadas por todas as regiões do país e, em grande parte, articuladas com a CNV, as diversas comissões universitárias têm enfrentado situações diferentes em torno da efetivação de seus objetivos. Em comum, uma questão: romper com a cultura do silêncio e construir a cultura do acesso à informação, no sentido de reconstruir os episódios que marcaram os *campi* brasileiros durante os chamados “anos de chumbo”.

Importante salientar que, desde dezembro de 2013, as comissões da verdade universitárias iniciaram uma série de encontros com seus representantes. O principal objetivo das reuniões nacionais foi a troca de informações e a busca por formas de atuação em conjunto, sobretudo, na elaboração das relatórios finais das comissões nas universidades. Nessas reuniões, participaram com regularidade as seguintes comissões universitárias: Fundação Escola de Sociologia e Política de SP (FespSP), PUC/SP, UnB, Unesp, Unicamp, Unifesp, Unioeste, UFBA, UFC/UECE, Ufes, UFPA, UFPR, UFRJ, UFRN e USP. Destaca-se que, para além das comissões citadas, existem outras já estruturadas e que ainda estão se estruturando, caso da CV da UFRRJ. Fato que aponta para o interesse que o tema tem despertado na comunidade universitária.

A troca de informações nos encontros tem indicado a existência de práticas repressivas comuns nas diversas instituições de ensino. Foi possível identificar que as violações dos direitos humanos fizeram parte do cotidiano das universidades brasileiras. São comuns relatos sobre invasões de universidades, expulsão de estudantes, demissões de professores, censura, prisões ilegais de militantes estudantis, de funcionários e de professores das universidades, além de tortura, mortes e desaparecimentos forçados.

Para além de encontros nacionais, a equipe técnica da CNV realizou uma série de visitas às comissões, em suas universidades, com o intuito de estabelecer uma parceria mais sólida objetivando a realização de atividades em conjunto, fornecimento de insumos e ajuda mútua na parte da pesquisa documental. Da parte da CNV, houve o franqueamento do acesso de membros das comissões aos escritórios da CNV em Brasília e Rio de Janeiro, para pesquisa no acervo do Arquivo Nacional. As visitas objetivavam também a discussão do capítulo do relatório final da CNV e possíveis anexos sobre acontecimentos importantes como, por exemplo, a crise que se abateu na UnB no ano de 1965, que redundou no pedido de demissão de mais de 200 professores. Ou, ainda, o episódio bastante conhecido da invasão da PUC/SP, em 1977, por ocasião do III Encontro Nacional de Estudantes.

A CNV realizou ações em conjunto com comissões universitárias, visando à troca de informações. Caso da CV USP, que pouco dispõe de informações sobre a atuação de sua Aesi. Assim, a CNV convocou representantes que atuaram tanto na AESI/USP como na Assessoria Regional de Segurança e Informação (Arsi) do MEC em São Paulo para oitivas. Em setembro último o representante da Arsi, no início da década de 1970, foi interrogado e ouvido por conselheiros da CNV e membro da CV USP.

Em seu relatório final, a ser entregue em dezembro de 2014 à presidente Dilma Rousseff, a CNV dedicará um capítulo para retratar as violações aos direitos humanos nas universidades. Fruto de pesquisa, resultado das oitivas e audiências que vêm sendo realizadas pela equipe da CNV, juntamente com as comissões parceiras, o capítulo apresentará um panorama com os principais eventos que caracterizaram as violações nesse meio, apontará a estrutura de vigilância e informação que foi montada nas universidades e, ainda, indicará casos emblemáticos que exemplificam as graves violações cometidas pelo aparato repressivo dos sucessivos governos militares.

Entre os avanços provocados pela instalação das comissões da verdade nas universidades podemos citar a descoberta e a recuperação de conjuntos documentais de algumas das antigas ASIs, com destaque para os trabalhos realizados nas comissões da UFBA e da Ufes. Tais descobertas, além de fornecer novas fontes de investigação, colaboram para a recuperação de parte da memória das universidades brasileiras durante a ditadura militar.

A primeira das comissões a terminar seu trabalho, a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade, da UFBA, teve acesso a uma documentação sigilosa de correspondências do Gabinete do Reitor (1964 a 1981). A correspondência sigilosa do Gabinete do Reitor, em que grande parte do relatório produzido pela comissão está baseada, foi há alguns anos identificada como sendo o arquivo da Aesi local. A comissão, ao tomar contato com o acervo, solicitou

análise de uma especialista (Aurora Freixo, do Instituto de Ciência da Informação e membro da Comissão de Arquivos da UFBA). Verificou-se, então, que na verdade se tratava da correspondência sigilosa recebida e expedida pelos reitores Roberto Santos, Lafayette Pondé, Augusto Mascarenhas e Macedo Costa (9). Essa troca de correspondência se deu basicamente com órgãos do regime militar como a DSI/MEC, as diversas Aesi universitárias, com a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) e também com a Polícia Federal. O acervo do Gabinete do Reitor revelou uma rica documentação sobre as perseguições a professores e estudantes da universidade citada.

Como foi dito, a CV/Ufes foi outra comissão que recuperou parte do acervo da sua assessoria de segurança. Essa comissão da verdade iniciou seus trabalhos em março de 2013, a partir da publicação da Portaria nº 478/13. Até o momento, seu trabalho mais relevante foi a recuperação de parte da documentação da antiga ASI/Ufes que permitiu conhecer um pouco da rotina de vigilância no interior do *campus*. Esse conjunto documental é composto de, aproximadamente, 1.200 páginas de documentos, tais como: memorandos, ofícios, pedidos de informação, relação de livros censurados, solicitações de informação sobre o ME, entre outros.

Há que se destacar no trabalho de grande parte das comissões a importância dos testemunhos. A produção de entrevistas, sobretudo com as vítimas de ações repressivas, foi fundamental para composição do panorama das violações no campo universitário. É um valioso material que estará à disposição de futuros pesquisadores que se interessarem pelo tema. É importante citar, exemplificativamente, o trabalho realizado pela

Comissão das Universidades Públicas do Ceará (UFC-Uece). A comissão realizou cerca de 30 depoimentos com atingidos pela repressão. Os entrevistados foram selecionados a partir de uma pesquisa exploratória com pessoas que vivenciaram os momentos mais intensos de repressão nas universidades citadas e que conheciam professores, estudantes e funcionários que haviam sido expulsos da vida acadêmica, presos ou submetidos à vida clandestina. O rol dos depoentes convidados foi elaborado da maneira mais ampla possível, buscando cobrir um conjunto plenamente representativo em termos de momentos históricos vividos, inserções políticas e gravidades das violações sofridas tanto na UFC quanto na Uece.

Durante a ditadura, algumas universidades mostraram-se colaboradoras do projeto militar. Haja vista a documentação levantada pela CV FespSP. Nesse período, a escola citada assinou uma série de convênios com os governos brasileiro e dos Estados Unidos. As atas do Conselho Superior da FespSP indicam que a fundação manteve convênios com a Aliança para o Progresso, programa de auxílio financeiro promovido pelos Estados Unidos na América Latina para impedir o avanço comunista no continente.

**HÁ QUE SE
DESTACAR NO
TRABALHO DE
GRANDE PARTE
DAS COMISSÕES
A IMPORTÂNCIA
DOS
TESTEMUNHOS**

Para além do trabalho de pesquisa, levantamento e produção de documentação, as comissões universitárias vêm realizando uma série de ações para, não somente, divulgar o trabalho em questão como também estimular a sociedade a refletir sobre esse período da história recente do país. Nesse sentido, gostaríamos de citar duas iniciativas que apontam para a efetivação de políticas de memória. A primeira foi a recomendação da CV Ufes, que culminou na retirada de uma placa – numa cerimônia realizada em 1ª de abril de 2014 – em homenagem ao presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967), localizada na sala dos conselhos superiores da instituição de ensino.

Outra iniciativa partiu de diversos segmentos da universidade e foi incorporado pelos integrantes da CV Unicamp. O objetivo era “retirar” o título de doutor *honoris causa* concedido, em 1973, ao Gel. Jarbas Passarinho – na época titular do Ministério da Educação (MEC). Entretanto, no caso da Unicamp, o Conselho Universitário rejeitou, por apenas um voto, tal proposta. Apesar desse resultado negativo, ambas as iniciativas no campo das políticas de memória apontam para a importância das atividades das comissões da verdade das universidades. Em seu conjunto, os trabalhos realizados pelas comissões específicas permitem elucidar fatos ligados às atividades das forças oficiais de repressão que atuaram no interior das universidades e divulgá-los, chegando a uma geração que não viveu sob os auspícios da ditadura e que pouco conhece sobre esse passado.

Salientamos que os trabalhos desenvolvidos pela CNV e comissões parceiras têm levantado uma importante documentação que é passível de futuras análises em diferentes áreas do conhecimento: história, direito, arquivologia, ciência da informação e sociologia, somente para citar algumas. Os arquivos, por meio dos seus conjuntos documentais, possibilitam conhecer o passado e são fundamentais para determinar, no presente, as responsabilidades pelos crimes e injustiças cometidos por agentes do Estado, ou a seu mando. Dessa forma, esses documentos devem ser reconhecidos como um bem público que, diretamente, contribuem para a escrita da história, para a salvaguarda do patrimônio documental da nação e para a promoção do direito à memória e à verdade (10).

Enfim, entendemos que os esforços das comissões da verdade universitárias representam uma oportunidade única para a comunidade universitária reencontrar, contar, enfim, conhecer episódios que ocorreram na universidade durante os “anos de chumbo”. O contato da comunidade universitária com esses conjuntos documentais e com os testemunhos coletados poderá contribuir para a superação da cultura do silêncio e do sigilo que ainda assombra nossa sociedade. Assim, além da recuperação e da produção de novas fontes de pesquisa, tais iniciativas devem apontar para a superação de todas as manifestações da cultura política autoritária: na sociedade e nas universidades. Possibilitando, através do direito à informação e do direito à memória, a efetiva consolidação da democracia brasileira.

Angélica Müller é doutora em história pela Université de Paris 1, doutora em história social pela Universidade de São Paulo (USP), professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira e pesquisadora-associada ao Centre d'Histoire Sociale du XXème siècle – Paris 1. Atua como pesquisadora sênior da Comissão Nacional da Verdade.

Pedro Ernesto Fagundes é doutor em história social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), coordenador da Comissão da Verdade da Ufes e membro da Comissão de Altos Estudos do Projeto Memória Reveladas do Centro de Referência das Lutas Políticas do Brasil (1964-1985).

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. O Estado de S. Paulo, em 31/01/1974. Veja, em 06/02/1974, p 32.
2. Müller, A. *A resistência do movimento estudantil no regime militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro, FAPERJ/Garamond (no prelo).
3. Fico, C. op. cit., pp. 79-80.
4. A professora Santa Marli Pires Santos obteve, em 1973, a licenciatura em desenho e plástica na própria Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
5. Ofício de 08 de maio de 1979. cx 38, maço 23, Arquivo Aesi UFGM - In: Motta, R. P. S. Op. Cit., 2010, p. 407.
6. Motta, R. P. S. “Incômoda memória: os arquivos das ASI universitárias”. *Acervo* (Rio de Janeiro), v. 16, p. 58.
7. Motta, R. P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
8. Fagundes, P. E. “Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (Aesi/Ufes)”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013, pp. 295-316.
9. O relatório da comissão foi entregue à CNV e está disponível no site da comissão: <http://www.comissaoverdade.ufba.br/>
10. Müller, A.; Santana, M. A.; Stampa, I. *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014 (prelo).

A CIÊNCIA, A DITADURA E OS FÍSICOS

Ildeu de Castro Moreira

No cinquentenário do golpe civil-militar de 1964, várias incursões e estudos históricos têm sido realizados para lembrar e avaliar o conjunto de fatos e circunstâncias que impactaram a vida nacional durante o período da ditadura. Nesta incursão, sem maiores pretensões de sequer arranhar significativamente o assunto, pretendo recuperar alguns deles, em particular no âmbito da física, intercalando vozes e apreciações, sobre esse período. Tomo por base inicial os depoimentos de 61 cientistas de relevo, sete deles físicos, que constam do livro *Cientistas do Brasil*, publicado pela SBPC, em 1998, e que constitui um retrato abrangente e diversificado da produção da ciência no Brasil. Destaco o envolvimento político particularmente intenso da comunidade de físicos, bem como aspectos da história da instituição à qual pertencem, o Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criada no mesmo ano do golpe e que, em seus primeiros anos, esteve fortemente marcada pelo período ditatorial. Um apanhado realizado por Salinas (1) descreveu boa parte das ações coletivas dos físicos, organizados na Sociedade Brasileira de Física (SBF), e que aqui estão sintetizadas.

É importante notar que existem poucas pesquisas consagradas às questões das políticas de ciência e tecnologia (C&T) durante esse período – com exceção da política nuclear – e sobre o papel desempenhado pelas entidades científicas e pelas diversas categorias profissionais. No caso da SBPC, sua atuação foi estudada com maior intensidade (2). No caso da física, em especial as ações repressivas e a resistência ocorridas no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um trabalho relevante foi realizado por José Eduardo Ferraz Clemente (3;4) em sua dissertação de mestrado orientada, na UFBA, por Olival Freire Jr. Está ainda por ser feita uma avaliação mais ampla sobre as políticas de desenvolvimento e de C&T do período ditatorial, seus impactos e resultados, bem como sobre os posicionamentos e atuações dos setores científicos, tecnológicos e empresariais.

Dos 61 cientistas com depoimentos publicados no livro acima mencionado, 34 foram atingidos diretamente por ações ditatoriais, por meio de prisão, aposentadoria, demissão, censura, impedimento ou cerceamento de exercer a atividade científica. Três deles o foram pelo Estado Novo (sendo que um sofreu perseguições nos dois períodos ditatoriais) e os restantes pelo regime militar pós-1964. Apenas quatro tinham intensa militância política, sendo membros atuantes de partidos de esquerda ou praticantes de um ativismo político de maior escala. A maioria tinha posições esquerdistas, mas

suas atuações estavam fundamentalmente ligadas a suas práticas educacionais e científicas, com pouca militância ou ativismo político mais geral. Um deles assinou um manifesto pró “revolução”, em 1965, o que não significa que tenha coonestado com as práticas posteriores mais duras do regime. Praticamente todos tiveram sua vida profissional, grupo de pesquisa ou laboratório afetados, embora alguns deles mencionem que não foram atingidos, do ponto de vista pessoal, pela ditadura. Esses depoimentos mostram que a comunidade científica, que tinha dimensões pequenas na década de 1960, foi proporcionalmente um dos setores mais atingidos pelo regime militar. É fato que a repressão agiu com mais violência física quando se tratava de operários, camponeses, membros das Forças Armadas e militantes da chamada esquerda revolucionária. Mas, registre-se que entre as quatro centenas de desaparecidos políticos encontram-se muitos estudantes e professores, provenientes de áreas diversas da ciência.

Os físicos têm uma tradição de atuação política, no seu sentido mais amplo, que remonta aos embates de Galileu Galilei (1564-1642), mas que ganhou destaque especial com a II Guerra Mundial. Ela os colocou na berlinda do poder, em função do poderio dos instrumentos de guerra e das armas desenvolvidas, particularmente as nucleares. Einstein, a figura paradigmática de cientista do século XX, teve intensa atuação política no final de sua vida contra o uso dessas armas, mas não só nesse momento; foi ativista de várias causas, ao longo de décadas, pela paz mundial e contra vários tipos de discriminação, inclusive o racismo nos EUA (5). No Brasil não foi diferente. Ocorreu uma intensa atuação individual de diversos físicos e uma atuação coletiva também relevante para a vida política do país, em particular nos aspectos do estabelecimento de políticas de C&T e da defesa das liberdades democráticas. Exemplos notórios são Mário Schenberg e José Leite Lopes, com suas destacadas inserções nas questões acadêmicas e científicas, ambos atingidos violentamente em seus direitos políticos e em suas carreiras profissionais pelo regime militar. A Sociedade Brasileira de Física (SBF), criada em 1966, já durante o período do regime militar, teve também uma intensa atuação política, inclusive com vários membros de sua direção sofrendo prisões ou perseguições políticas. As considerações sobre o envolvimento particular dos físicos são aqui interpenetradas por citações de alguns cientistas de outras áreas, no sentido de propiciar um contexto mais amplo das relações da comunidade científica com o regime implantado em 1964.

Em seu minucioso estudo “As universidades e o regime militar”, Rodrigo Patto (6) aponta aspectos importantes das relações da comunidade acadêmica com o projeto autoritário-modernizador do regime: a) A existência de um espectro de atitudes entre os acadêmicos e os professores universitários, no período ditatorial, que passava por resistência, acomodação, omissão ou adesão; b) O paradoxo aparente de perseguições violentas a cientistas, professores e estudantes – muitos dos quais foram

cassados, aposentados, presos ou mortos – enquanto o regime repassava recursos para C&T e apoiava a pós-graduação em uma escala ainda não vista no país; c) A existência da “operação retorno”, especialmente entre 1967 e 1968, que buscou trazer de volta cientistas brasileiros que atuavam no exterior, no mesmo momento em que excluía outros; d) A decisão política de se implantar a reforma universitária, de forma autoritária e limitada em vários aspectos, mas incorporando muitas das ideias e propostas dos setores universitários progressistas.

Os acontecimentos e as avaliações dos cientistas, expostas a seguir, ilustram e corroboram vários dos pontos destacados por Pato. Um aspecto mencionado por vários deles se refere às pesquisas interrompidas ou aos grupos de pesquisa desfeitos em função da repressão. Uma interrupção de caráter mais abrangente ocorreu, em 1965, com as perseguições na Universidade de Brasília (UnB) que resultaram na demissão em massa de professores e que encerrou um projeto universitário renovador.

Já no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, quatro cientistas de renome foram cassados, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Josué de Castro e Nelson Werneck Sodré, ao lado de 98 outros, entre parlamentares e gestores, além da expulsão de 122 oficiais das Forças Armadas (7). Ainda em 1964, ocorreram prisões ou perseguições a diversos cientistas, alguns com atuação política intensa. Em São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) foi invadida e Mario Schenberg ficou preso por 50 dias, prisão essa que deslançou uma série grande de protestos de cientistas, em especial físicos, de todo o mundo. Ele explica assim seu posicionamento político firme diante das perseguições que sofreu ao longo das décadas seguintes: “Eu sempre fui um homem de posições políticas definidas. Sempre que tenho certeza, alguma certeza, tomo posições políticas definidas. É um dever que a gente tem, mesmo que se erre. Assim, acho que ajudamos mais as pessoas” (7). Em outro momento, ao receber o título de professor emérito do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), em 1987, deixou registrada sua avaliação crítica sobre o comportamento de parte da comunidade científica brasileira ao afirmar que não estava convencido de que “os cientistas tivessem reagido com toda a energia necessária”.

Três estudantes da física da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), Carlos Mauricio Giesbrecht Ferreira Chaves, Fernando Bunchaft e Adir Moysés Luiz foram expulsos pela congregação da faculdade e pelo conselho universitário da UFRJ, em abril e julho de 1964. A expulsão foi justificada por processo disciplinar anterior, mas correspondeu às intenções repressivas do novo regime e à acomodação dos organismos universitários. Esses antigos estudantes da FNF tornaram-se profissionais na área da física e foram reintegrados simbolicamente em cerimônia na UFRJ, em

1999. No Rio Grande do Sul, Antônio de Pádua Ferreira da Silva, que era professor licenciado e bacharel em matemática e física pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) teve seus direitos políticos cassados em 7 de maio de 1964. Em Salvador, o professor Roberto Max de Argollo, professor de física da UFBA, foi preso no dia 31 de março de 1964, para “averiguações”, e assim permaneceu por 120 dias.

No Rio de Janeiro, os físicos José Leite Lopes e Plínio Sussekind, ambos do Departamento de Física da FNF, que se transformava no IF-UFRJ, foram atingidos nesse primeiro ano. Leite Lopes havia renunciado ao cargo de diretor científico do CBPF, logo em seguida ao golpe, e sua posição no CNPq não foi renovada. Optou por deixar o país, mas foi preso ao providenciar seu passaporte, um fato que teve muita repercussão. Solto no dia seguinte, lançou seu livro *Ciência e desenvolvimento* (8) na tarde do mesmo dia. Deixou o país, pouco depois, para trabalhar na França. Voltaria em 1967 e aqui permaneceria até ser novamente perseguido e aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional número 5 (AI-5). Plínio foi preso em junho de 1966, por agentes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) que também arrombaram os laboratórios de física e química da FNF, com a autORIZAÇÃO de seu diretor.

Em várias universidades e instituições de pesquisa atingidas pelo aparato repressivo, como aconteceu na Universidade de São Paulo (USP), grupos e lideranças renovadoras foram alvo de ações repressivas e excludentes, muitas delas deflagradas por disputas de poder interno e por interesse de grupos conservadores aliados ao novo regime. Houve interrupção de projetos

e o desmantelamento de diversos grupos de pesquisa. Leônidas de Mello Deane e Maria Von Paumgarten Deane (parasitologistas), por exemplo, tiveram de deixar o país interrompendo seus trabalhos. Maria Deane relatou sua experiência: “Estas circunstâncias nos obrigaram a interromper os projetos em que trabalhávamos. Foram as mesmas circunstâncias que culminaram com o exílio de tantos pesquisadores brasileiros, colegas e amigos nossos, como o Luiz Hildebrando Pereira da Silva, os Nussenzveig, o Luís Rey, o Erney Camargo, o Michel Rabinovich e tantos mais, da USP e de outras universidades e institutos de pesquisa. Foram as mesmas que nos levaram, ao Leônidas e a mim, a deixar o país por algum tempo. Não podemos deixar que essas circunstâncias se repitam.” (9).

Outro caso marcante e bem conhecido da ação ditatorial sobre a universidade e a pesquisa brasileira se deu com a ação violenta sobre a UnB em 1965, na qual 16 professores foram expulsos e 223 se demitiram, dos quais 15 físicos. Isto correspondeu à saída de 79% dos professores, entre os 305 que a universidade tinha naquele momento. Roberto Salmeron, físico e uma das principais lideranças envolvidas, descreveu com detalhes o processo (10). A

**AINDA EM 1964,
OCORRERAM
PRISÕES OU
PERSEGUIÇÕES
DE DIVERSOS
CIENTISTAS**

partir de sua experiência dolorosa e de uma reflexão amadurecida sobre o processo, Salmeron finalizou seu livro com uma colocação geral sobre a distribuição de cargos, a atitude e a responsabilidade dos dirigentes políticos e universitários presentes na crise da UnB:

Cargos de responsabilidade foram confiados mais pelo credo das pessoas ao regime do que por suas capacidades, e muitos se atribuíram funções policiais, a par de suas funções administrativas. (...) A responsabilidade começou com os que dirigiram o golpe de Estado e os que os apoiaram, militares e civis, os quais permitiram a instalação do sistema. Foram muitos, em diferentes setores da atividade social, os responsáveis conhecidos ou anônimos, em vários níveis da escala, os que comandavam e os que obedeciam – indo às vezes além da obediência programada ou exigida –, assim, como aqueles que não tinham mando de verdade. Autoridades civis e militares que se esmeravam em mostrar-se mais zelosos do que seus superiores hierárquicos esperavam. Mas ninguém foi julgado, ninguém foi punido. (11)

Como contraponto aos cientistas e intelectuais críticos ao regime, no primeiro aniversário do golpe, 300 intelectuais (sendo 77 do Rio), muitos deles cientistas, assinaram um manifesto em apoio à “revolução”, que é publicado nos jornais (12). Entre os seus assinantes estavam o então reitor da UFRJ, o diretor pró-tempore do IF-UFRJ e diversos pesquisadores de destaque da UFRJ, em particular da área das ciências da saúde.

Em 1967, Leite Lopes retornou ao Brasil, atendendo ao apelo de estudantes cariocas, no interregno menos duro do regime, entre 1966 e 1968, em que aconteceram movimentos e esperanças de restauração da democracia. Assim descreveu seu retorno e a interrupção de um grande projeto de pesquisa:

Ao voltar, fui designado diretor do Instituto de Física. A sede da universidade estava sendo mudada para a cidade universitária e a própria estrutura da universidade estava sendo mudada. (...) Para que o campus da cidade universitária adquirisse certa dinâmica e prestígio, pensei na instalação de um acelerador de partículas lá na cidade universitária. Uma máquina com energia da ordem de 600 milhões de elétrons-volt, energia intermediária. Ela acabava de ser produzida e seria uma máquina nem muito grande nem pequena. E os aceleradores existentes no país, em São Paulo, estavam obsoletos, após terem permitido muitos bons trabalhos. Para a elaboração do projeto foram obtidos recursos da Finep e o apoio do Instituto de Pesquisas da Marinha, cujo diretor tinha sido meu colega no CNPq, antes de 1964. A coisa estava em pleno desenvolvimento quando, em 1969, veio o AI-5. E fui obrigado a ir embora.” (13)

Este é um exemplo de um grande projeto interrompido. Em função dos contatos de Leite Lopes no exterior, de seu prestígio e de sua capacidade de articulação, ele poderia se tornar um programa mobilizador para a ciência brasileira. Em 1968, os estudantes do

IF-UFRJ fizeram uma greve em protesto contra as precárias condições da instituição, que havia se transferido para a Ilha do Fundão. Receberam a solidariedade do diretor Leite Lopes, mas este renunciaria poucos meses depois declarando-se sem condições de resolver os problemas apontados pelos estudantes.

A reunião da SBPC de 1968 clamou pelo fim do êxodo dos cientistas brasileiros e pelo regresso dos que estavam fora, pelo apoio à pesquisa e pela reforma universitária. A comunidade científica, assim como suas entidades representativas, carregava algumas ambiguidades resultantes da política aparentemente paradoxal do regime que apoiava a pesquisa e a pós-graduação nascente com recursos vultosos, estabelecia planos nacionais de desenvolvimento, buscava trazer cientistas do exterior, e encaminhava um processo de reforma universitária. Tal reforma era reclamada por setores acadêmicos mais progressistas – mas, por outro lado, o regime não tolerava dissidências, aposentava e demitia cientistas e professores de destaque, instalava órgãos de controle nas universidades, criava mecanismos de “cassação branca”. A reforma universitária, se incorporou várias demandas e proposições provenientes da comunidade científica e universitária, o fez de forma autoritária, limitada e engessada, sem a participação efetiva dos pesquisadores e membros da comunidade universitária, e com a imposição de um modelo americanizado, e mesmo assim uma cópia distorcida.

Em 25 de abril de 1969, com base no AI-5, foram aposentados compulsoriamente 41 professores das universidades. Entre eles, os físicos Mario Schenberg, Elisa Esther Frota Pessoa, Jaime Tiomno, José Leite Lopes, Plínio Sussekind da Rocha, Sarah de Castro Barbosa, os últimos cinco ligados ao IF-UFRJ. Na época, Leite Lopes era presidente da SBF, em seu segundo mandato. O *Boletim da SBF*, de novembro de 1969, registrou os protestos internacionais contra as aposentadorias dos físicos brasileiros com manifestações de cerca de dez cientistas premiados com o Nobel, carta da Société Française de Physique e notícias das revistas *Nature* e *Physics Today*. Mas isso não demoveu as autoridades.

Na sequência, o almirante Octacilio Cunha, presidente do CBPF, decidiu aplicar o Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969, e demitiu alguns pesquisadores, entre os quais Leite Lopes, Tiomno e Elisa Pessoa. Em 14 de janeiro de 1970, a SBF protestou, em carta ao presidente Médici. Segundo o ato complementar, todos aqueles que tivessem sofrido ou viessem a sofrer punições com base em atos institucionais estariam proibidos de exercer atribuições, a qualquer título, em estabelecimentos de ensino e pesquisa criados ou subvencionados pelos poderes públicos. Dizia a carta da SBF:

(...) vários membros da SBF, entre eles alguns de seus diretores, mundialmente conhecidos e respeitados pelo alto valor de suas atividades profissionais, então sendo impedidos de trabalhar em entidades públicas ou subvencionadas, por força do referido Ato Complementar nº 75. (...) além de configurar um atentado frontal à liberdade de traba-

lho, representa a negação de outros princípios fundamentais inerentes à preservação da dignidade humana e consagrados pelas tradições jurídicas dos povos civilizados.

Assinava a carta o secretário da entidade, Ernst Wolfgang Hamburger. Pouco depois, em dezembro de 1970, ele seria preso e processado pelo regime militar, juntamente com sua esposa Amélia Império Hamburger, também professora de física da USP. A direção da SBF enviou carta às autoridades protestando contra essa arbitrariedade (1). A prisão gerou também protestos de cientistas no Brasil e no mundo, o que deve ter contribuído para a soltura de ambos, não antes de Amélia passar por sessões de tortura. Em meados de 1969, o físico e estudante de pós-graduação, Luiz Davidovich foi expulso da universidade com base no Decreto 477 e parte para os EUA (Universidade de Rochester) onde realizou seu doutorado.

Em 18 de setembro de 1969, como resultado do AI-5, foram afastados 12 docentes da UFMG, entre os quais o professor de física, Celson Diniz Pereira e Amílcar Vianna Martins, da Faculdade de Medicina e cientista de méritos reconhecidos na área da parasitologia. Amílcar teve de deixar o país e relatou o impacto em sua área de pesquisa:

Mas era uma tremenda injustiça, pois eu não tinha nenhuma atuação, não era militante. Tentaram me punir porque me consideravam comunista. Não era comunista coisa nenhuma! Na verdade eu era esquerdista. Por trabalhar com doenças que afetavam principalmente a camada mais pobre da população, tinha uma nítida tendência à esquerda. Então acharam que eu era comunista e resolveram me aposentar. Pelo que fiquei sabendo mais tarde, essa decisão estava relacionada à influência que eu exercia sobre os estudantes. Tinham medo de que eu pudesse levá-los a fazer qualquer coisa. (...) em São Paulo aposentaram todos. Liquidaram a parasitologia de lá. Além do Samuel, aposentaram o Luís Rey, o Luís Hildebrando Pereira da Silva, o casal Leônidas e Maria Deane e muitos outros. (14)

Marcelo Damy de Souza Santos, um dos grandes físicos experimentais do país, que havia sido demitido da presidência da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) após o golpe e retornou ao Instituto de Energia Atômica, de onde saiu em 1968 por discordar do sistema militar ali implantado. Foi para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para também solicitar demissão no final de 1971 por divergência com a atitude do reitor Zeferino Vaz. Segundo ele:

Vivíamos uma época de repressão e nada era mais fácil do que cassar um professor, como ocorreu na USP, para vergonha da vida universitária brasileira. Entre 1970 e 1971, o chefe de gabinete do reitor da Unicamp era um ex-delegado do Departamento da Ordem Política e Social, que havia sido seu chefe de gabinete em Brasília. Então

começou a vigorar em Campinas um clima muito estranho em que os problemas fundamentais da universidade eram encarados de um ponto de vista puramente político-acadêmico. (15)

Em seu trabalho, Clemente (3) analisou os casos de repressão sobre a comunidade de físicos da UFBA, de 1964 a 1979. Em 1975, Roberto de Argollo, que era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), voltou a ser preso e, dessa vez, torturado. Houve manifestações de protesto da comunidade local, da SBF e da SBPC. Mencionem-se também as prisões dos estudantes de física João Henrique dos Santos Coutinho, Ivanilson Ferreira Pereira e Delmiro Martinez Baqueiro, em abril de 1972 e de Júlio Guedes e Cláudio Guedes, em 1975. A demissão arbitrária pelo reitor, em setembro de 1977, do professor Paulo Miranda (que se formara na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou), despertou forte reação da comunidade do IF-UFBA com ampla repercussão na mídia. Tanto no caso de Argollo, que seria anistiado em 1979, como no de Paulo Miranda, houve manifestação de protesto da SBF. Só em 1981, Paulo Miranda seria recontratado. Em todos esses episódios destaque-se a atitude firme e solidária do diretor Humberto Tanure e dos professores e estudantes do IF-UFBA (3). Um exemplo de físico que teve uma posição ortogonal a essa é o de José Carlos de Almeida Azevedo, reitor da UnB que se distinguiu pela postura autoritária e a defesa intransigente do regime militar.

Após o AI-5 houve um acirramento das tensões e uma radicalização acentuada do processo político, conduzindo ao período mais duro e violento do regime militar. Uma das vertentes de resistência armada levou à Guerrilha do Araguaia, na qual se envolveram cerca de 70 militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), quase todos mortos nos embates com as tropas governamentais ou mortos após serem aprisionados, no período entre 1970 e 1974. Três estudantes do IF-UFRJ estavam entre eles: 1) Áurea Eliza Pereira Valadão (1950-1973), que entrou para o IF-UFRJ, em 1967, onde pretendia estudar física nuclear. Participou intensamente do movimento estudantil no período de 1967 a 1970, tendo pertencido ao diretório acadêmico (DA) do IF, juntamente com Arildo Valadão (seu marido) também desaparecido. O restaurante do Bloco A do Centro de Tecnologia da UFRJ recebeu, anos atrás, o nome de Áurea Eliza Valadão em sua homenagem; 2) Arildo Valadão (1948-1973), que nasceu em Itaici (ES) e ingressou no IF-UFRJ em 1968. Tinha bolsa de estudos do CNPq e trabalhava como monitor e foi presidente do diretório acadêmico do instituto em 1968. Com Áurea, foi para a região do Araguaia em 1970; 3) Antônio de Pádua Costa (1943-1974) era estudante de astronomia e foi da diretoria do DA do IF-UFRJ. Foi indiciado por sua participação no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (1968). No Araguaia assumiu o comando do Destacamento A e teria sido morto no início de 1974. Até hoje a sociedade brasileira, e especialmente os familiares dos desapare-

cidos, estão a aguardar um reconhecimento de suas mortes, por parte das Forças Armadas, e a ação humanitária de localização e identificação dos corpos.

Em julho de 1975, na Reunião Anual da SBPC, em Belo Horizonte, surgiram as notícias de que o governo Geisel tinha assinado um acordo com a Alemanha a fim de construir algumas usinas nucleares. Os estudantes de física cobraram, juntamente com vários pesquisadores e professores, um posicionamento mais firme da entidade diante do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. A moção sobre o acordo nuclear, aprovada pela assembleia geral da SBF, e posteriormente ratificada pela assembleia da SBPC, teve importância política grande por ter colocado publicamente a posição dos físicos brasileiros crítica sobre o acordo nuclear. Entre seu principais pontos estavam:

(1) para que o desenvolvimento científico e tecnológico se realize, é indispensável a participação dos cientistas e técnicos brasileiros na formulação de métodos e sistemas utilizados e no debate político global sobre as opções energéticas do país; (...) (4) a SBF reitera a sua posição contrária à utilização da energia nuclear para fins militares; (...) (7) como condição para que qualquer destes pontos possa ser convenientemente considerado, e para que os cientistas e técnicos brasileiros participem deste debate, é indispensável que se discuta livre e abertamente os termos do acordo nuclear e suas implicações nos vários aspectos tecnológicos, econômicos, ecológicos e sociais da vida brasileira. (16)

Durante os anos seguintes, a comunidade de físicos participou ativamente do debate sobre a questão energética no Brasil, com muitas matérias sendo publicadas em jornais e revistas. Segundo Salinas (1), em um período de dez anos, entre 1978 e 1988, cerca de cinquenta matérias foram publicadas no *Boletim da SBF* sobre diferentes aspectos da questão energética no país e do acordo nuclear, incluindo aí a divulgação de existência de um “programa nuclear paralelo”, com finalidades militares. No final do período militar, foi feita uma nota conjunta de físicos brasileiros e argentinos assinada por Fernando de Souza Barros, pela SBF, e Luiz Masperi, pela Asociación Física Argentina, em novembro de 1984. As duas sociedades colocaram-se contra a produção de armas nucleares em qualquer país, comprometeram-se a lutar pelo desarmamento nuclear geral, contra a corrida armamentista nos dois países e a favor de mecanismos de abertura e controle de todas as instalações nucleares. Concordaram que seria moralmente inaceitável a participação de físicos no desenvolvimento de armas nucleares de qualquer espécie. O movimento dos físicos dos dois países teve uma importância grande nas negociações históricas entre os dois países que levaram, em 1986, a um acordo nessa direção.

Em 1978, teve início a luta pela reintegração dos cientistas aposentados pelo AI-5. Deu a partida, no dia 30 de março, o De-

partamento de Física Teórica do IF-UFRJ com uma manifestação nessa direção que ganhou a primeira página do *Jornal do Brasil*. Na sequência, a congregação do IF-UFRJ aprovou a solicitação e a SBF publicou um documento pedindo a reintegração de Mario Schenberg, José Leite Lopes, Jayme Tiomno, Sarah Castro Barbosa, Elisa Frota Pessoa e Plínio Sussekind da Rocha (*post mortem*). Em 26 de junho de 1979, a ADUFRJ realizou uma cerimônia, que emocionou os presentes, de reintegração dos professores cassados da UFRJ, com quase todos eles presentes. No final de 1979, a UFRJ promoveu a reintegração dos professores.

Para o geneticista Crodowaldo Pavan (1919-2009), que foi presidente da SBPC e do CNPq:

O governo militar errou e muito, mas não podemos deixar de fazer uma análise fria da situação. E o maior erro que eles cometeram, a meu ver, foi estabelecer um sistema de destruir as lideranças, inclusive as próprias. Agora, os militares realmente acreditavam no desenvolvimento científico e tecnológico. Posso garantir o seguinte: todas as reuniões anuais da SBPC, com exceção de 1977, foram amparadas pelo governo federal e se realizaram às suas custas. Nessas reuniões, 90% do que se discutia era contra o governo, mas, assim mesmo, a SBPC foi a única instituição que conseguia discutir livremente naquele período. Nem a Igreja, nem os advogados, nenhuma outra instituição conseguiu fazer o que a SBPC fazia. E não é por mérito da SBPC. Foi porque os militares acreditavam em ciência e tecnologia. Havia um interesse no desenvolvimento dessa área. (17)

A SBF foi certamente, ao lado da SBPC, uma das sociedades científicas que se manifestou com mais intensidade contra as arbitrariedades do regime, em defesa de seus membros e em prol do estabelecimento de políticas científicas discutidas com a comunidade. Em geral as ações dessas entidades contaram com o respaldo amplamente majoritário de seus membros. A comunidade dos físicos brasileiros e, em particular, alguns de seus membros de destaque pagaram um alto preço individual e coletivo no período ditatorial. Mas a sua resistência incessante, junto com a de outros setores da comunidade científica e acadêmica, foi um fator importante para o retorno do país à normalidade democrática.

Ildeu de Castro Moreira é professor do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Salinas, S. R. A. “Notas para uma história da Sociedade Brasileira de Física”. *Rev. Bras. Ensino Fís.* vol.23 nº.3 São Paulo. Set. 2001.
2. Fernandes, A. M. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Editora da UnB. 1990.
3. Clemente, J. E. F. “Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade brasileira de físicos”. Dissertação de

- Mestrado. Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2005.
4. Clemente, J. E. F. "Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979)". *Revista da SBHC*, vol.4, no.2, pp.129-145, 2006.
 5. Rowe, D. and Schulmann R. *Einstein on politics: his private thoughts and public stands on nationalism, zionism, war, peace, and the bomb*. Princeton: Princeton University Press. 2007.
 6. Motta, R. P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014..
 7. *Cientistas do Brasil - Depoimentos*. São Paulo: SBPC. 1998. p.100.
 8. Lopes, J. L. *Ciência e desenvolvimento*. Tempo Brasileiro/UFF, 1987.
 9. Maria von Paumgartten Deane. *Cientistas do Brasil*. Op. Cit., p.192.
 10. Salmeron, R. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Brasília: EDU-UnB. 2012.
 11. Salmeron, 2012. Op. Cit. p.478.
 12. *Diário Carioca*, 1 de abril de 1965.
 13. José Leite Lopes. *Cientistas do Brasil*. Op. Cit., p.138.
 14. Amílcar Vianna Martins. *Cientistas do Brasil*. Op. Cit., p.423.
 15. Marcelo Damy de Souza Santos. *Cientistas do Brasil*. Op. Cit., p.528.
 16. Moção sobre o acordo nuclear, aprovada pela Assembleia Geral da SBF, e pela Assembleia da SBPC. Reunião Anual da SBPC. Belo Horizonte.1975. In: Salinas, S. R. A. "Notas para uma História da Sociedade Brasileira de Física". *Rev. Bras. Ensino Fís.* vol.23 nº.3 São Paulo. Set. 2001.
 17. Crodowaldo Pavan. *Cientistas do Brasil*. Op. Cit., p.807.

Artigos



Ensaaios

O CINEMA E O CAMPO PERCEPTIVO DA CIÊNCIA

Márcio Barreto

O cinema é resultado da união entre velocidade e fotografia, ideia formulada por Walter Benjamin (1) segundo a qual o cinema já estava contido virtualmente na fotografia. No dia 22 de março de 1895, os irmãos Lumière exibiram o cinematógrafo na Sociedade para o Desenvolvimento da Ciência de Paris, quando o filme *A saída dos operários da fábrica Lumière (La sortie de l'usine Lumière à Lyon)* foi mostrado pela primeira vez. *A chegada do trem à Estação Ciotat*, filme dos irmãos Auguste e Louis Lumière de quarenta e cinco segundos de duração, teve sua primeira (2) exibição pública em Paris a 28 de dezembro de 1895 e marcou o encontro da locomotiva, a imagem da velocidade tecnológica, com a cinematografia, a velocidade da imagem fotográfica.

Relatos da primeira exibição de *A chegada do trem à Estação Ciotat* retratam um público totalmente afetado pela imagem do trem que se aproximava vertiginosamente do fundo para o primeiro plano, rumo ao limite esquerdo do campo. “Estamos aqui em plena inauguração daquilo que Gilles Deleuze chamou de imagem-movimento, as pessoas correndo todas para o fundo da sala num ato reflexo diante da imagem do trem chegando à estação” (3).

“[...] a percepção não deve nada àquilo que nós sabemos de outro modo sobre o mundo, sobre os **estímulos**, tais como a física os descreve, sobre os órgãos dos sentidos, tais como a biologia os descreve. Em primeiro lugar, ela não se apresenta como um acontecimento no mundo ao qual se possa aplicar, por exemplo, a categoria de causalidade, mas a cada momento como uma recriação ou uma reconstituição do mundo.” (4)

A percepção é uma experiência incompleta que abre horizontes de novas experiências, mas tal incompletude não impede a certeza da presença do que é percebido.

A rigor, a experiência da coisa no esboço reduz-se à possibilidade de prosseguir a experiência, de multiplicar as percepções com a garantia de que não haverá fim. [...] A percepção teria, assim, um caráter transcendente, no sentido que excede as potencialidades que aparecem num primeiro plano que não esgotam a realidade daquilo que é percebido. Em suma, a coisa percebida não se apresenta ela mesma, conforme suas características próprias, naquilo que a manifesta: o esboço, ao mesmo tempo, desvenda e dissimula a coisa. Quanto à coisa, ela aparece como sua ausência, se apresenta como inapreensível. (5)

O cinema é capaz de operar a transcendência do espectador numa experiência que excede o vivido mental, a representação e o campo perceptivo, aquilo que a inteligência não esgota, mas que a intuição, no sentido bergsoniano do termo, consegue assegurar sua realidade. Os filmes de Harun Farocki desenvolvem essa potencialidade da imagem-tempo: uma vez que o espectador assiste ao filme *Die schöpfer der einkaufswelten (Os criadores dos mundos dos shoppings: 2011)*, jamais irá a um shopping center com o mesmo olhar de antes dessa experiência cinematográfica. O que fez Werner Herzog no recente *The cave offorgottendreams (A caverna dos sonhos esquecidos: 2010)* é prova de que o cinema é estímulo para inesgotáveis níveis de percepção: O posfácio é uma espécie de sinestesia temporal, pois nos faz perceber, ainda em estado de encantamento dos olhos pela viagem que as imagens em três dimensões nos levam a trinta mil anos no passado, a tecnociência no presente.

Desde o início da era moderna, tecnociência e política se

tornaram cada vez mais indissociáveis, na mesma medida em que aumentou a nossa capacidade de manipular a matéria em um nível inacessível ao senso comum e, no limite, à própria imaginação humana. A experiência do tempo foi particularmente sensível a esse processo. Por um lado, foi dividida entre um tempo quantitativamente mensurável (o tempo-medida) e um tempo qualitativo vivido (o tempo-duração). Por outro lado, este último foi crescentemente reduzido a um tempo psicológico e, portanto, insignificante para a física, tal como ficou evidenciado na indiferença de Einstein diante do esforço de Bergson no debate de 1922 para encontrar a metafísica que envolve a teoria da relatividade. Privada de sua metafísica, a teoria se restringiu a uma sofisticada espacialização do tempo que é inacessível à nossa percepção. Estaria na arte, especificamente no cinema, a via que reconduziria a metafísica na percepção da ciência? Filmes que contribuem com a divulgação da ciência são comuns em artigos publicados em revistas indexadas, em jornais impressos e eletrônicos, em *blogs* e mesmo em conversas informais. Nova (6) distinguiu esses filmes como: documentários, reconstruções de momentos marcantes da história da ciência, filmes de biografias de cientistas, filmes nos quais cientistas são imersos numa trama ficcional, ficções científicas, entre outros. Seja qual for a categoria em que o filme se enquadre, “a ciência é geralmente retratada no cinema como civilizadora, progressiva, racional, e neutra. O conhecimento científico é visto como algo apolítico, não dogmático, inteiramente fundamentado e comprovado, mas perigoso.” (7)

No entanto, as múltiplas relações entre ciência, política, economia e sociedade devem ultrapassar a ingênua correspondência biunívoca entre os conceitos científicos abordados num filme e sua função pedagógica na percepção pública da ciência. Confundindo a tela de projeção com a retina do espectador, o cinema permite que a ciência seja discutida dentro e fora dos limites de suas fronteiras habituais, e que a percepção de quem é arrebatado pela imagem em movimento vá além daquela que o senso comum adota a partir dos meios tradicionais de divulgação científica e dos espaços de educação formal, tal como acontece em *Como se pode ver* (*Wiemansieht*: 1985) de Harun Farocki.

Para Deleuze (8), a tela de projeção do filme é a membrana cerebral onde se afrontam imediatamente, diretamente, o passado e o futuro, o interior e o exterior, sem distância designável, independentemente de qualquer ponto fixo. As

imagens cinematográficas nos afetam instaurando em nós a topologia do tempo do filme, um tempo tão real quanto artificial, criado na percepção do espectador através da mistura de fotogramas que se sucedem em sua retina. O diretor de um filme tem em mãos o poder de nos afetar com a sucessão de imagens que constrói. O trabalho de um diretor de cinema refinado, como afirma o cineasta russo Andrei Tarkovski (9), é o de “esculpir o tempo”, assim como o escultor toma um bloco de mármore e elimina tudo o que não faz parte de sua futura obra. Quando esse refinamento do olhar se derrama sobre a ciência, o espectador passa a enxergá-la sem seus estereótipos habituais.

Vênus negra (*Vénus noire*: França, 2011), dirigido pelo tunisiano Abdellatif Kechiche, possui várias entradas, mas se tomarmos a que tem o fio condutor da ciência, somos surpreendidos por uma espécie de relativização da verdade científica, pelas vacilações do método científico e pelas subordinações da ciência às questões supostamente alheias aos seus domínios de maneira visceral.

A primeira cena é arrebatadora, especialmente porque o filme é bastante fiel aos fatos históricos no quais se baseou: numa palestra sobre anatomia proferida em 1817 na Real Academia de Medicina (França), um modelo do corpo da sul-africana Saartjie Baartman (brilhantemente interpretada por Yahima Torres), feito em gesso antes que ela fosse desintegrada pelas lâminas dos cientistas, é exibido à comunidade científica como prova dos atributos físicos de uma mulher negra serem semelhantes aos de macacos dos quais se originaram, uma prática usada para defender a superioridade dos brancos, os quais teriam origem diferente, mais distante dos símios do que a dos negros. Diante do corpo de Saartjie, o anatomista Georges Cuvier diz que jamais tinha visto uma cabeça humana tão parecida com a dos macacos. Uma plateia composta por cientistas aplaude a constatação.

Alardeada como prática puramente objetiva e quantitativa, a ciência é percebida pelo senso comum como isenta de valores mercadológicos, preconceitos ou ideologias. No entanto, seu caráter absoluto e verdadeiro é colocado em xeque no filme de Kechiche. Uma vez reconhecido o giro falso do discurso banalizado sobre a ciência, o espectador perde sua ingenuidade em relação ao tema de maneira irreversível, experiência viva de um espectador que vai além da pura análise do conteúdo científico de um filme.

Artigos publicados em revistas de prestígio acadêmico, como o de Cormick (10), abordam de maneira interessante

as relações entre ciência, cinema e sociedade, mas não vão além da pura análise, diferentemente do que faz Dutra (11) ao nos chamar a atenção para um *travelling* de *2001 - Uma odisseia no espaço* (*2001 - a space odyssey*: Stanley Kubrick, 1968). “Seguindo a câmera somos introduzidos no novo ambiente penetrando uma janela envidraçada e transparente cujo formato lembra uma tela de cinema”. A travessia sugere a passagem do sonho tecnológico para o pesadelo que se inicia com o defeito do computador HAL, como se um novo filme ali começasse com a tecnociência fugindo do controle dos que nela depositaram toda sua confiança.

Esta sutileza na narrativa do filme de Kubrick tem tanta força quanto a escada espiral de *Gattaca: a experiência genética* (*Gattaca*, Andrew Niccol, 1997): muito semelhante ao modelo da dupla hélice do DNA, a escada simboliza a passagem da diferença de classes para o plano molecular, mas em nenhum momento é mencionada como tal: é a percepção do espectador que, de forma consciente ou subliminar, realiza a analogia. Resultado da combinação entre teoria e prática laboratorial, a ciência moderna surge com o método de interrogar a natureza até que ela “confesse” suas leis. Neste sentido, a descoberta de Newton da lei da atração gravitacional na segunda metade do século XVII significou o coroamento da ciência moderna.

As origens metafísicas da ciência moderna, como o hermetismo propagado por Giordano Bruno, a busca de Newton para ouvir o discurso de Deus cifrado na linguagem matemática das leis da natureza e os princípios sagrados da alquimia foram gradualmente esquecidos em favor da domesticação dos fenômenos da natureza, criando condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo, transferindo o que havia de sagrado nos primórdios da ciência para o fetiche da mercadoria.

O alcance da síntese newtoniana, no sentido da instauração de uma visão utilitarista da ciência, foi impressionante: por um lado, permitiu à humanidade avanços vertiginosos no que diz respeito ao seu sucesso para habitar o planeta, mas representou também, por outro lado, o descolamento da prática científica de outras dimensões da vida. Vejamos o que diz Alexandre Koyré a esse respeito:

A ciência moderna tinha derrubado as barreiras que separavam os Céus e a Terra, que une e unificou o Universo. Isto é verdade. Mas ela fê-lo substituindo o nosso mundo de qualidades e percepções sensíveis, mundo no qual vivemos, amamos e

morremos, por outro: o da quantidade, da geometria deificada, no qual há lugar para tudo menos para o homem. Assim, o mundo da ciência - o mundo real - se separou do mundo da vida. Na realidade esses dois mundos estão unidos pela práxis, mas separados por um abismo. É nisto que consiste a tragédia do espírito moderno que desvendou o enigma do Universo, mas para substituí-lo por outro enigma: o de si próprio. (12)

Hamlet foi escrito entre 1599 e 1601, aproximadamente 50 anos após a publicação de *De revolutionibus orbium coelestium*, de Nicolau Copérnico, e por volta de 30 anos antes da publicação de *Dialogo sopra i due massimi sistemi del mondo*, de Galileu Galilei. Shakespeare coloca nos lábios do príncipe da Dinamarca a dúvida paralisante das armadilhas do pensamento.

Ser ou não ser - eis a questão. Será mais nobre sofrer na alma pedradas e flechadas do destino feroz ou pegar em armas contra o mar de angústias - e, combatendo-o, dar-lhe fim? (...) Morrer - dormir - dormir! Talvez sonhar. Aí está o obstáculo! Os sonhos que hão de vir no sono da morte quando tivermos escapado ao tumulto vital nos obrigam a hesitar: e é essa reflexão que dá à desventura uma vida tão longa. (...) E assim o matiz natural da decisão se transforma no doentio pálido do pensamento. E empreitadas de vigor e coragem, refletidas demais, saem de seu caminho, perdem o nome de ação. (13)

A dúvida do príncipe Hamlet irrompe na obra de Shakespeare como chaga do homem moderno, pois sua dúvida não é a mesma que assolava os homens nas tragédias clássicas. “Aqui, a dúvida atroz surge como uma trinca no próprio ser do homem. Entregue às suas forças, o homem acaba perdendo a fé em si mesmo. Ficam a carne, o pensamento... e o sofrimento que o pensamento inflige à carne” (14).

Shakespeare captura a separação entre natureza e cultura na fase embrionária da ciência moderna, cujos desdobramentos são centrais em nossos dias na relação entre cultura e objeto técnico. Não há em *Hamlet* referência à ciência, mas a força da obra está justamente naquilo que excede a percepção imediata diante da obra literária.

O mesmo ocorre em *O sétimo selo* (*Det sjunde inseglet*), filme de 1956, dirigido por Ingmar Bergman: sem mencionar a ciência moderna, já que o filme é ambientado no cenário da Europa medieval, numa época anterior a de Galileu e a de Newton, Bergman tem como pano de fundo desse filme

a dessacralização do conhecimento e o anúncio da ciência como depositária de toda esperança para a dissolução dos mistérios da vida e da morte.

Tal como o personagem de Shakespeare, Antonius Block, cavaleiro recentemente chegado das Cruzadas, encarna todas as dúvidas que as armadilhas que o pensamento nos arma quando rompida a experiência religiosa com o mundo.

No início do filme, vemos a cena em que a trupe de artistas dorme numa carroça. O primeiro a despertar é o malabarista Jof: um pernillongo que zunia em seus ouvidos termina picando-o; na transição do mundo dos sonhos para o estado de vigília, Jof esmaga o inseto com uma tapa contra sua própria testa. Antes de jogar o bichinho, contempla-o com um misto de alívio e pesar.

Pensamentos são como insetos impertinentes que giram em nossas mentes. Refiro-me aos pensamentos do tipo que assolavam Hamlet e o perturbado Antonius Block, aos pensamentos que giram em círculos viciosos ao redor da dúvida paralisante que a razão dessacralizada por vezes nos impõe. A atitude de Jof refletirá sua postura diante deste tipo de dúvida que assola seus contemporâneos: ele os jogará fora e sua aflição não durará mais do que o instante de uma picada de pernillongo.

Inspirado no quadro de Albertus Pictor, *A morte disputando uma partida de xadrez*, o filme de Bergman aposta na racionalidade do jogo de xadrez entre a morte e o cavaleiro como alegoria para as armadilhas que a razão embriagada pela dúvida nos conduz.

O sétimo selo é de 1956 e seu título faz clara referência ao Apocalipse: em meio às feridas abertas pela bomba atômica na Segunda Guerra, na vertigem de sua potência para destruir a vida humana no planeta em minutos, Bergman, num só golpe, sutilmente expõe a degeneração do sagrado com o advento da ciência moderna e traduz a sensação da falibilidade moral do homem para lidar com a dominação da natureza no nível subatômico. A incerteza hamletiana emergida no bojo do florescimento da ciência moderna é atualizada por Bergman na insegurança que as armas nucleares desenvolvidas graças ao avanço da ciência trouxeram especialmente durante a Guerra Fria, tema mais explicitamente retomado por Kubrick nove anos depois pela via da sátira em *Dr. Fantástico* (*Dr. Strangeloveor: how I learned to stop worrying and love the bomb*: 1964).

Talvez ecoem aqui e ali no filme de Bergman trechos do ensaio de D.H. Lawrence, intitulado *Apocalipse* (15), publicado

em 1931, ou quem sabe lampejos do incrível *As profecias de Daniel e o Apocalipse de São João* (16), texto de Isaac Newton de 1733, erupções no filme que podemos sintetizar na frase de uma canção (17) da música popular brasileira: "lembre-se: quem não vive, tem medo da morte"; ou ainda, já fora do campo perceptivo da ciência, no comentário de uma estudante ao sair da sala onde acabara de ser exibido *O sétimo selo*: "é a existência inexorável da morte que torna a vida sagrada".

Márcio Barreto é físico e professor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), membro do grupo de pesquisa *Conhecimento Tecnologia e Mercado (CTeMe/IFCH/Unicamp)* e do *Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHS/FCA/Unicamp)*. Email: marcio.barreto@fca.unicamp.br

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Benjamin, W. *Walter Benjamin: Obras escolhidas (Magia e técnica, arte e política)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. pp. 165-196.
2. Os irmãos Max e Emil Skladanowsky criaram um projetor que chamaram de bioscópio, com um sistema mais simples do que cinematógrafo dos irmãos Lumière. Apresentaram os primeiros filmes em Berlim em novembro de 1895, um mês antes da apresentação dos franceses em Paris. É senso comum, no entanto, que o cinematógrafo foi o primeiro aparelho a exibir filmes.
3. Ferreira, P.; Barreto, M. "Fotografia, cinema e velocidade". In: Revista *ComCiência*, Campinas, v. 93, nov. 2007. Disponível em: <www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=30&id=352> Acesso em: 20 mar. 2013.
4. Merleau-Ponty, M. *Fenomenologia da percepção*. Martins Fontes, 1999. p. 279.
5. Barbaras, R. *Investigações fenomenológicas: em direção a uma fenomenologia da vida*. Curitiba: Editora da UFPR, 2011. pp. 150-151.
6. Nova, C. "O cinema e o conhecimento da história". In: *Olho da História*, vol. 3, pp. 217-233, 1997.
7. Oliveira, B. J. "Cinema e imaginário científico". In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v. 13 (suplemento), p. 144, out. 2006.
8. Deleuze G. *Cinema – II: A imagem tempo*. Editora Brasiliense, 2005.
9. Tarkovski, A. *Esculpir o tempo*. Martins Fontes, 1990.
10. Cormick, C.: "A clonagem vai ao cinema". In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 13, (suplemento), pp. 181-212, out. 2006.
11. Dutra, R. A. "O desencantamento das ciências: estereótipos e ambiguidades das ciências e das tecnociências no cinema e na literatura científica". 2005. pp.13. 237 f. Tese (doutorado em história social) - PUC/SP, São Paulo. 2001.
12. Koyré, A. *Études newtoniennes*. Gallimard, 1968.
13. Shakespeare, W. *Hamlet*. Tradução de Millôr Fernandes. L&PM, 2011. pp. 66-67.
14. Santos, L. G. "Lautréamont e o desejo de não desejar". In: Novaes, A. (Fundação Nacional de Arte) *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 210.
15. Lawrence, D.H. *Apocalipse, seguido de O homem que morreu*. Cia das Letras, 1990.
16. Newton, I. *As profecias de Daniel e o Apocalipse de São João*. São Paulo: Editora Paensamento, 2011.
17. Da canção *Chavão abre porta grande*, de Itamar Assumpção e Ricardo Guará. *Long play Sampa midnight* (gravação independente), 1983.

MANOEL DE OLIVEIRA

CINEASTA PORTUGUÊS COMPLETA 105 NA ATIVA

Ele nasceu 13 anos após a invenção do cinematógrafo e rodou seu primeiro filme 36 anos depois da exibição de *L'arrivée dun train à la ciotat*, a primeira apresentação pública dos irmãos Lumière. Hoje, com 105 anos, o cineasta português Manoel de Oliveira ainda se mantém na ativa e está filmando sua mais nova obra, *O velho do restelo*.

O mais velho cineasta ainda ativo coleciona números realmente impressionantes. Com mais de 80 anos de carreira, ele já fez mais de 60 filmes entre longas, médias e curtas metragens, documentários e obras de ficção. Por sua obra foi premiado mais de 40 vezes, incluindo o Festival Internacional de Berlim (2009 e 1981), o Festival de Cannes (2008, 1999, 1997, 1990), o European Film Award (2007) e o Globo de Ouro (2009, 2002, 2001, 1999 e 1997).

“Ao longo de uma carreira que já conta 83 anos de produção, Manoel de Oliveira alcançou segura maturidade como cineasta, quer no âmbito do cinema de ficção quer no do documentário, tendo feito já diversas experiências de montagem cinematográfica e de duração de planos e seqüências, criando assim uma estética cinematográfica própria”, aponta Renata Soares Junqueira, professora

de literatura na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp e organizadora do livro *Manoel de Oliveira: uma presença – estudos de literatura e cinema* (Editora Perspectiva).

RELEITURA DE CAMÕES

A nova obra do diretor português é um curta-metragem baseado

no personagem criado por Luís de Camões no canto IV da sua obra *Os lusíadas*. Oliveira faz uma leitura pessoal do personagem pessimista e derrotista, que na obra de Camões previu catástrofes iminentes, para abordar temas atuais, como a atual crise econômica que afeta a Europa, especialmente Portugal.

Adaptar obras literárias para o cinema é uma das marcas registradas do cineasta. “A grande maioria dos filmes de Manoel de Oliveira inspira-se em contos, romances, peças de teatro ou documentos de natureza historiográfica”, aponta Junqueira. “Sem deixar de ser bastante fiel aos textos que adapta para exibição na grande tela, ele transforma esses mesmos textos em algo novo, produto que é, em última análise, surpreendentemente distinto do modelo que o originou”, continua.

Dante Alighieri, (*A divina comédia*), Camilo Castelo Branco (*Amor de perdição*) e Eça de Queiroz (*Singularidades de uma rapariga loura*) são alguns dos autores que já inspiraram a obra de Oliveira. E Machado de Assis também está nos projetos do cineasta – e talvez em um dos mais ambiciosos. Oliveira planeja produzir *A igreja do*



Manoel prepara documentário autobiográfico de confissões

diabo, que terá como base três contos do escritor brasileiro (*Missa do galo*, *Ideias de canário* e *A igreja do diabo*, que intitula a obra). O filme começou a ser rodado em 2011, porém Oliveira decidiu interromper o projeto para realizar outra obra, *O gebo e a sombra*, lançada em

2012. Há especulações de que o cineasta planeje retomar o projeto assim que terminar *O velho do restelo* e que o filme seja lançado em 2015 ou ainda este ano, com Lima Duarte e Fernanda Montenegro no elenco. Mas o próprio diretor é cauteloso ao falar sobre isso.

Oliveira também tem criações bem próprias, como o aclamado filme *O estranho caso de Angélica*. E todas as suas obras tem a sua “assinatura”, ou seja, seu modo único não apenas de fazer mas, também, de viver o cinema. “Oliveira apresenta a disseminação de um olhar generoso e inteligente, mas sempre renovado. Recria sentimentos de pertencimento e critica comportamentos distorcidos, como a mentira, a ganância e a soberba. Sua antropologia visual não se detém nas formas de captação, mas na significação. São contemporâneos também os seus recortes de realidade que são percebidos como olhares possíveis”, afirma Atílio Avancini, professor do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE) e do Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais (PPGMPA) da Escola de Ciências da Comunicação-Jornalismo (ECA) da USP.

ALTA PRODUTIVIDADE Manoel de Oliveira começou a fazer cinema com 21 anos de idade, quando ganhou de seu pai uma filmadora. Inspirado pelo filme *Berlim, sinfonia de uma cidade* (Walter Ruttmann, 1927), decidiu filmar a vida cotidiana do lugar em que vivia, no Porto. Assim produziu seu primeiro filme, *Douro, faina fluvial* (1931), e o inscreveu no V Congresso Internacional da Crítica em Lisboa. O filme suscita o desagrado da crítica portuguesa e a admiração de outros países. Isso porque Oliveira mostrava a dura realidade dos moradores e trabalhadores empobrecidos da região. “A proposta estética do cineasta português faz absorver gestos criativos de outras áreas artísticas como o teatro de Bertold Brecht (1898-1956). O mote do novo cinema português, surgido em 1960, preconiza ações realistas a partir de uma narrativa não ilusionista. Seus pressupostos estéticos são politizados ao propor uma relação histórica, geográfica, ecológica e filosófica com suas imagens”, explica Avancini.

Nos primeiros 30 anos de sua carreira, Manoel de Oliveira dedicou-se a fazer documentários – foram nove até 1963, e apenas uma ficção no período: *Aniki-Bóbo* (1942). Em toda sua longa carreira, o cineasta filmou dezoito documentários – e às vezes uma fusão de documentário com ficção – e 33 filmes de ficção. Durante todo esse tempo, a produtividade do cineasta manteve-se alta: Oliveira entrou no século XX,

atravessou a ditadura salazarista em Portugal e adentrou o século XXI realizando cerca de um filme por ano. Uma das características marcantes nas obras do cineasta português é seu método disjuntivo de composição, que provoca um distanciamento dos espectadores ao invés de uma aproximação – tal como o teorizou e praticou Brecht “Seu método disjuntivo de composição provoca sistematicamente choques nos seus espectadores de modo a dificultar a identificação com o que na tela se



Cena do filme *O gebo e a sombra* (2012)

apresenta. Seja mediante operações de decupagem que promovem rupturas na linearidade lógica da diegese ou que frustram as expectativas de senso comum dos espectadores, seja pelo enquadramento insólito ou pelo culto destemido dos longos planos fixos, seja ainda pela direção do trabalho dos atores, que são orientados a interpretar artificialmente os seus papéis, abandonando a mimesis naturalista, ou seja, também pela sugestão de diálogos tácitos que os seus filmes parecem estabelecer entre si, configurando assim uma rede bem urdida de remissões internas que o espectador despreve-

nido nem sempre consegue acompanhar”, explica Junqueira.

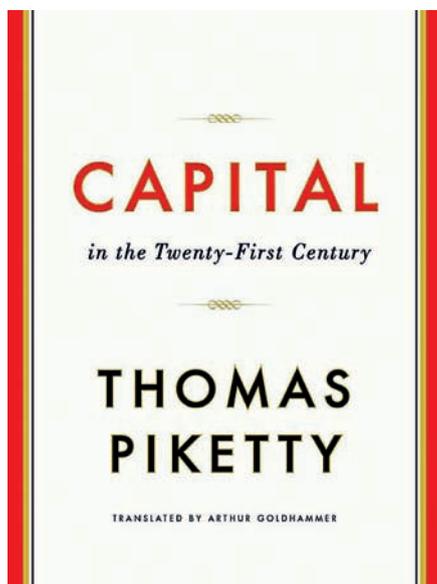
LONGEVIDADE Qual o segredo da longevidade de Manoel de Oliveira? O cineasta já declarou, em entrevista a jornais e revistas, que deve sua longevidade à sua alimentação, que afirma ser à base de sopa de legumes e grelhados – o que muitos entrevistadores já contradisseram ao testemunhar Oliveira se fartando em refeições variadas. Além disso, ele também afirma que é importante manter-se ativo e

estimular o intelecto, o que segue ao pé da letra.

“O próprio cineasta já disse, em diversos depoimentos, que fazer cinema é o que o alimenta e lhe vai prolongando a vida”, conta Junqueira. Ao que complementa Avancini: “Oliveira afirma, no alto de sua maturidade: ‘Os artistas querem recriar o mundo como se fossem pequenos deuses

e fazem um constante repensar sobre a história e a vida. Mas, por que acreditamos? Porque acreditamos na memória’. Talvez o segredo de sua longevidade seja evidenciar que a única coisa verdadeira é a memória. Mas que ela é também uma invenção: ‘o cinema traz fantasmas do passado’. Talvez, mais sobre o segredo de sua longevidade seja revelado no documentário autobiográfico de confissões e memórias que Manoel de Oliveira filmou em 1982. Mas, como o filme só será exibido depois da sua morte, ainda vamos esperar muito para vê-lo.

Chris Bueno



CRISE

IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS PARA REDUZIR A DESIGUALDADE

“Trata-se de uma verdade universalmente conhecida que um homem solteiro, dotado de uma considerável fortuna, deve estar precisando de esposa”, diz a sra. Bennet logo no começo de *Orgulho e preconceito*, romance da escritora inglesa Jane Austen. A sra. Bennet resume o papel da mulher na sociedade inglesa do século XIX, relegada ao plano da família e à possibilidade de um casamento vantajoso para ter alguma segurança e estabilidade financeira. Os nobres descritos pela escritora vivem de renda, geralmente advin-

da de uma herança, em um mundo que valoriza mais o bom nome e a reputação das famílias do que o trabalho. Em *O capital no século XXI*, o economista francês Thomas Piketty alerta que, continuando com as práticas atuais, o capitalismo conduzirá o mundo de volta para o século XIX onde, como nos romances de Jane Austen, alguns indivíduos podem viver de renda, o trabalho para os ricos não é mais necessário e para os demais ele não gera crescimento ou mudança de classe social.

O capital no século XXI, que terá sua edição brasileira lançada em novembro próximo, pela editora Intrínseca, tornou-se um *best seller* da economia, desde seu lançamento em 2013, com dezenas de resenhas e análises ao redor do mundo. Em resenha para o *The New York Review*, Paul Krugman, Prêmio Nobel de Economia em 2008, afirmou que o livro vai mudar a maneira como pensamos a sociedade e a economia. *O capital no século XXI* analisa a dinâmica global de distribuição de renda e de riqueza desde o século XVIII em 20 países. Todos os dados estão disponíveis na página de Piketty (<http://piketty.pse.ens.fr>). “Eu usei dados históricos coletados nos últimos 15 anos por mim e minha equipe da Paris School of Economics”, explica o autor, em apresentação sobre o livro. A principal conclusão da longa pesquisa é identificar uma tendência de crescimento do capital que supera o crescimento da economia. Para Piketty, isso significa um retorno a um tipo de sociedade fortemente baseada no patrimônio, com alta concentração de riqueza nas mãos de um pequeno número de pessoas, um cenário gera-

do pela própria dinâmica do capitalismo, que resulta em altos níveis de desigualdade em todo mundo.

“O grande mérito do livro, provavelmente um dos motivos de sua enorme repercussão, é que Piketty não defende a superação do sistema capitalista, como defendia a crítica marxista, por exemplo. Ele é a favor do sistema, mas afirma a necessidade de reparos capazes de interromper esse processo de concentração de riqueza e geração de desigualdade”, explica Marcelo Manzano, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor da Faculdades de Campinas (Facamp). “Não se colocar abertamente contra o capitalismo é a grande força e também a grande sutileza do livro de Piketty”, afirma Manzano.

MERITOCRACIA Para Piketty o crescimento da desigualdade faz com que caminhemos para uma situação insuportável, especialmente pelas instabilidades sociais e políticas que decorrem dessa conjuntura, onde se dará mais valor à herança do que ao trabalho, como nos romances de Jane Austen. “Em um mundo onde a riqueza cresce mais do que a economia, como incentivar um indivíduo a concorrer ou produzir se o resultado não é medido pela sua contribuição?”, questiona Manzano. Os super-salários dos executivos estão entre os exemplos citados pelo economista francês. São valores que não têm relação direta com os rendimentos das empresas em que eles trabalham. Há um grande desequilíbrio. “São valores do capital, da ética

do capitalismo que estão em crise, pela própria dinâmica da concentração do capital”, afirma o pesquisador da Unicamp. E trata-se de uma concentração em níveis alarmantes, com a riqueza dos mais ricos crescendo em um ritmo três vezes maior do que a do restante das pessoas.

Piketty defende a intervenção do Estado e de outras instituições, no sentido de repartir melhor os ganhos gerados pelo capitalismo, de uma forma mais equilibrada. Para ele, instituições democráticas e fiscais devem ajudar a retomar esse equilíbrio na distribuição da riqueza no mundo. “Ele propõe soluções ousadas como a taxação das grandes fortunas e um imposto internacional que regule a migração de capitais, defende o fim dos paraísos fiscais, medidas bastante utópicas, em nada triviais”, explica Manzano. Para ele as propostas de Piketty exigem um grande esforço de coordenação internacional.

MUNDO DESIGUAL O imposto progressivo para grandes fortunas seria a forma de nivelar as condições de concorrência entre os indivíduos. Não é uma ideia nova e já é praticada em países como a Noruega, Suíça, Espanha e França. A medida também já foi adotada em momentos de crise, como no final da II Guerra Mundial, não para regular a concorrência, mas como o argumento de justiça social, para reconstruir uma sociedade destruída pela guerra. Vários países recém-saídos da guerra criaram impostos sobre o patrimônio para arrecadar dinheiro para investir em educação, saúde e infraestrutura. Será que precisamos de outra guerra para convencer a so-



Thomas Piketty analisa dinâmica mundial de distribuição de renda e riqueza

cidade (ou os ricos) da necessidade de um imposto sobre as grandes fortunas? “O problema são as diferentes motivações em cada país, motivações que se opõem a um acordo mundial. No pós-guerra isso foi possível porque era necessário um pacto mínimo para reconstruir o mundo. Thomas Piketty tem toda clareza de que a solução não é simples. Mas ele aponta saídas”, conclui Manzano. No Brasil, historicamente, as elites financeiras e agrárias são pouco tributadas. De acordo com Marcelo Manzano, entre as 20 maiores economias do mundo, o Brasil é que tem a menor alíquota de imposto de renda. Repetidos estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) mostram que, no Brasil, os mais pobres gastam mais do que os ricos com o pagamento de tributos. Enquanto os 10% mais ricos repassam 22% de seus recursos para pagar impostos, os mais pobres repassam 32,8% para o governo. E, se

pensarmos que os ricos têm acesso a serviços de melhor qualidade como educação e saúde, esse dado se torna ainda mais grave. Além disso, como no Brasil a maior parte da arrecadação vem da tributação sobre consumo, quem paga mais impostos proporcionalmente são os mais pobres.

INVISIBILIDADE O Imposto Sobre Grandes Fortunas (IGF) foi previsto na Constituição de 1988, mas não foi regulamentado e existem outros projetos com o mesmo tema parados no Congresso Nacional. Em um país em que a classe política se confunde com a elite, é difícil imaginar que um imposto como esse se torne realidade. No *#Protestos: análises das ciências sociais* (2014) o sociólogo David Cattani faz uma análise sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil e afirma que os segmentos empresariais compõem a classe social mais poderosa e organizada do país. “Eles detêm os principais meios de produção, têm capacidade de incidir fortemente na condução da política econômica e nos projetos governamentais, além de estarem estreitamente articulados com a grande mídia, alimentando-a com recursos financeiros e conteúdos específicos”.

Para Cattani, “superada a perplexidade inicial, representantes do grande capital interpretaram a gramática dos protestos como justificativa para reforçar a litania neoliberal”, que defende ardentemente a redução da carga tributária. E essa interpretação acabou minimizando ou suprimindo esse conteúdo que estava presente nos protestos. “As grandes faixas do Bloco de

Lutas nas quais estava escrito ‘Que os ricos paguem a conta’, ‘Passe Livre: os ricos vão pagar’ passaram pelo Photoshop e não ilustraram nenhuma reportagem da grande mídia e tão pouco foram consideradas por empresários e comentaristas econômicos”, afirmou o pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Cattani lembra ainda que, no auge dos protestos de junho de 2013, o líder do PT no Congresso, o deputado José Guimarães (CE), relançou a proposta do imposto sobre as grandes fortunas. No entanto, a reação do meio empresarial, expressa em diversos veículos da mídia, foi desacreditar o projeto, vinculando-o à corrupção no governo.

Para Cattani, o destaque dado pelo grande mídia ao “impostômetro”, criado pela Associação Comercial de São Paulo, é outro sintoma do poder das elites brasileiras de disseminar conteúdos e defender seu ponto de vista. Entretanto, poucos conhecem o “sonegômetro”, criado pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). Em entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, em agosto deste ano, o presidente da Sinprofaz, Heráclio Camargo, afirmou que a sonegação de impostos deve alcançar os R\$ 500 bilhões esse ano. “Se os grandes contribuintes (pessoa física e jurídica) pagassem corretamente seus impostos, a carga tributária poderia cair significativamente, o que representaria um passo importante na direção da justiça social”, finaliza David Cattani.

Patrícia Mariuzzo

LITERATURA

CIENTIFICISMO NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS

A obsessão pela ciência permeia várias personagens da obra machadiana, segundo constatou Mariella Augusta, doutora em literatura portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora dos contos de Machado de Assis (1839-1908) em seu mestrado. “Há muitos trechos nos quais Machado faz uma sátira do positivismo. Muitas personagens são obcecadas pela ciência – e elas são doentes”, explica.

Essa característica, encontrada no conto-novela *O alienista*, permeia também seus romances e contos menos conhecidos, a exemplo do *Ideias do canário*, no qual o escritor põe em cheque a “verdade”, no sentido filosófico, difundida pela ciência: “o protagonista [um ornitologista], ao encontrar um canário que fala, começa a estudar todos os pássaros. Ele quer do canário uma resposta sobre o que é a vida – e o canário debocha do estudioso. Machado de Assis é cético no sentido de não admitir uma única verdade, como quer a ciência positivista”, compara.

Em 2010, dois anos após o centenário da morte do escritor, a historiadora Daniela Magalhães da Silveira publicou sua tese de doutorado “Fábrica de contos: ciência e literatura” em Machado de Assis, defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde investigou o



Além dos contos, Machado de Assis faz crítica ao positivismo em romances como *Quincas Borba* e *Memórias póstumas de Brás Cubá*, onde aparece o humanismo – filosofia segunda a qual é a lei dos mais fortes que impera: “Ao vencedor, as batatas!”

processo de escrita de seus contos e como eles dialogavam com os principais debates científicos e filosóficos da segunda metade do século XIX.

Ao analisar duas coletâneas de contos, publicados originalmente na imprensa entre 1875 e 1884, a autora observa que, por meio de sua narrativa, o escritor criticava as “verdades” científicas da época: “Machado explorou o arcabouço que estruturava a fala dos principais homens envolvidos em pensar o futuro do país naquele momento. A linguagem científica servia para justificar medidas políticas e invalidar qualquer outra opinião que não coubesse naquele padrão de pensamento”, defende Daniela em sua tese.

Foi no Iluminismo (século XVIII) que pensadores europeus passaram a utilizar o modelo de estudar as ciências naturais – e suas leis – para



Em *O alienista*, para o personagem Dr. Simão Bacamarte “a ciência é coisa séria, e merece ser tratada com seriedade. Não dou razão de meus atos de alienista a ninguém, salvo aos mestres e a Deus”

analisar a sociedade, com o intuito, num primeiro momento, de enterrear o obscurantismo da igreja. Mas foi apenas no século seguinte que o positivismo fincou suas raízes na forma de ver e compreender a realidade por meio de pensadores como o francês Auguste Comte (1798-1857) e o inglês Herbert Spencer (1820-1903), para quem a ciência seria a responsável pelo progresso que, com o advento do capitalismo e da incipiente tecnologia, afluía para a humanidade.

Essas novas ideias desembarcaram no Brasil por volta de 1870 e, de acordo com Daniela, ganharam espaço em periódicos da época. Na *Revista Brasileira*, por exemplo – publicação carioca onde foi publicado, em folhetim, o romance machadiano *Memoórias póstumas de Brás Cubas*, em 1880 –, além de artigos sobre lite-

ratura, outra temática comum dizia respeito a questões relacionadas ao conhecimento científico e a autores como Spencer, Comte e Darwin.

O alienista foi publicado no jornal carioca *A Estação* em 1881 e, no ano seguinte, foi inserido por Machado de Assis na coletânea de contos *Papéis avulsos*, junto com mais 11 contos – e todos eles faziam crítica ao cientificismo da época. Para Mariella Augusta, Machado de Assis tinha uma visão trágica do mundo, o que inclui a ciência. “Em *O alienista*, todo o conto é escrito em função da relação de um homem com a ciência e da relação da ciência com ela mesma. Achar que a ciência responde a todas as perguntas, ou que ela é a grande demolidora dos valores não científicos, é mentira para Machado – e é isso que ele satiriza”, analisa.

Além da crítica ao cientificismo feita por meio de ironia e da caracterização de personagens, a historiadora Daniela Silveira ressalta que o escritor explorava a própria forma narrativa para mostrar personagens que detinham conhecimento em contraposição a interlocutores cuja função era ouvir calados. “Em *O espelho* [conto publicado na mesma coletânea na qual entrou *O alienista*], Jacobina chegou a afirmar sua aversão por discussões. Para contar seu ‘caso’, exigia silêncio da parte de seus companheiros. [...] Com a anulação do outro, tais diálogos se aproximavam em grande medida de outra fórmula narrativa explorada por Machado de Assis, em *Papéis avulsos*, e cara aos doutos da ciência: a conferência”.

Janaina Quitério

CIÊNCIA NO TEATRO

TEMA CIENTÍFICO SERVE DE CONTEXTO PARA PEÇAS E ATRAI PÚBLICO LEIGO

Divulgar ciências por meio de diferentes linguagens e despertar a curiosidade do público para temas muitas vezes complexos é um desafio bastante atual. Cinema e literatura há muito trabalham bem com a ficção científica mas a experiência no ambiente do teatro é uma novidade bastante recente no Brasil. Nesse espaço cênico a relação entre ciência e arte é explorada de maneira que as duas culturas possam conferir uma à outra conteúdos, metodologias e linguagens na construção de um processo pedagógico inovador. Projetos que utilizam a linguagem teatral em ensino-aprendizagem cativam estudantes não apenas no campo da educação, mas ampliando seu senso crítico e o exercício da cidadania. Com o objetivo de aprofundar essa questão, foi realizado neste segundo semestre, em São Carlos, no interior paulista, o Workshop Divulgação Científica e Arte da UFSCar. Da parte teatral, merece destaque o projeto do Núcleo Arte e Ciência no Palco, que durante todo o ano está se apresentando na capital paulista com amplo repertório de montagens cujos motes são feitos e biografias de cientistas. Em diversos museus do país muitas



Oswaldo Mendes em cena de *A dança do universo*, (centro e direita). Cenas interpretadas pelo grupo

ações para a divulgação científica têm se concretizado, a começar pelo teatro científico realizado na Universidade Federal do Ceará cuja reflexão sobre a educação em ciências, e a demanda da sociedade por um museu interativo e dinâmico, foi capaz de integrar ciência, arte e cultura a partir do ano 2000 com a criação da Seara da Ciência – órgão de extensão da universidade que tem como principal objetivo a divulgação científica. O trabalho desse museu desperta o interesse dos estudantes da escola pública através de peças que tratam a ciência de maneira lúdica e com uma linguagem acessível. “Essa ação tem trazido bons resultados, fazendo com que os estudantes se interessem e gostem mais de ciências”, elogiou o professor Marcus Raimundo Vale, da Universidade Federal do Ceará e um dos palestrantes convidados para o workshop. O ator e diretor de teatro, Oswaldo Mendes, ressalta que o teatro é um gênero literário específico, equivalente à poesia, ao conto ou ao romance. Ele explica que, no caso do Núcleo Arte

e Ciência no Palco, seus integrantes são profissionais, e seu compromisso é com o teatro, diferente do ideal de um professor que utiliza a linguagem e os instrumentos teatrais para atender projetos de ciência ou pedagogia. Além disso, o diretor lembra que a modalidade não se limita a contar histórias como ainda se confunde. “O teatro parte de uma história e de seus personagens para refletir sobre a condição humana, e vale para qualquer tema, incluindo aqueles relacionados às ciências naturais. Portanto, contar história não é necessariamente fazer teatro. Para acontecer o fenômeno teatral é preciso um pouco mais”, assinala. Já no campo da comunicação científica, o teatro é visto como manifestação artística que atrai o interesse do público para determinados conteúdos, estimulando a vontade de aprender. Na abertura do workshop, o professor e vice-reitor da UFSCar, Adilson Jesus Aparecido de Oliveira, disse que muitas pesquisas indicam que o brasileiro é interessado por ci-

ências e o que falta é investir mais em iniciativas dessa natureza. “As pessoas ficam curiosas com as novidades científicas, principalmente as relacionadas à área da saúde. A própria mídia também acaba trabalhando mais com esse tipo de informação”. Marcus Vale também ressalta a importância desse tipo de iniciativa, no sentido de impulsionar a forma de disseminação da ciência que começou a acontecer no Brasil recentemente, com a exigência dos órgãos de fomento para que os pesquisadores passem a incluir a popularização da ciência em seus currículos. “Os pesquisadores que vivem no laboratório e não sabem divulgar ciência, procuram centros de ciências. E nós (divulgadores) estamos mais preparados para chegar ao público e verificar os tipos de ações de divulgação. O teatro é apenas uma delas. Quando apresentamos as peças, verificamos grande interesse de crianças e adolescentes, mas o grande público ainda não tem acesso porque não temos visibilidade na imprensa ao ponto de apresentar



peça baseada no livro homônimo do físico Marcelo Gleiser; Ouruboros durante Workshop Divulgação e Arte da UFSCar

uma peça fora do âmbito escolar”. De acordo com a pesquisadora Dulce Ferreira, da Fábrica Centro de Ciência Viva (UA) de Portugal e também palestrante convidada, as pessoas não se interessam por aquilo que não conhecem. “Mas se nós conseguirmos falar, elas vão gostar de ouvir. Quando as pessoas apreciam e dizem que não sabiam de determinado assunto, mas aprenderam, é sinal de que houve interesse e elas captaram as mensagens”. Para a pesquisadora, o esforço de combinar duas áreas importantes possui aspectos que podem ser desafiantes. “Um desafio é a linguagem que devemos utilizar e o outro é o equilíbrio entre o que queremos transmitir e aquilo que vamos realmente passar em termos de conteúdo científico”. Dulce explica que um equilíbrio adequado é o que faz uma peça interessante, ou seja, através da utilização de uma linguagem que, mesmo técnica, também seja desmistificada e próxima de seu público. De acordo com os palestrantes, a linguagem ainda é

minha opinião, é uma coisa que faz parte da cultura humana e, por isso, deve atingir todas as pessoas, o que, infelizmente, não acontece. Então, quando se populariza a ciência utilizando mídias, recursos audiovisuais, em especial o teatro, se consegue estimular e fazer as pessoas pensarem e colocarem a ciência no seu dia a dia”.

DRAMATURGIA Segundo Oswaldo Mendes, no entanto, é preciso discernir o trabalho do divulgador e de um profissional do teatro: “fazer o papel de um cientista não torna nenhum ator um verdadeiro cientista, embora se estude bastante para a interpretação”. O mesmo vale para o uso do teatro para ensinar ou divulgar ciência. Alguns têm qualificação como ator, autor ou diretor de teatro, mas a maioria não. A crença de que fazer teatro é fácil faz com que as pessoas acreditem que ele é feito por qualquer profissional”, justificou. O desafio permanente apontado pelo diretor para o trabalho do teatro profissional em geral é a dramaturgia (escrita te-

o principal desafio do diálogo entre arte e ciência tendo o palco como lugar comum.

Adilson de Oliveira lembra que a linguagem científica utilizada pelo cientista para se comunicar com seus pares, por exemplo, é hermética, compreendida apenas pelo grupo envolvido. “O conhecimento científico, na

atral). Em contrapartida, ele afirma, há ausência de mais textos e peças que tenham a ciência como tema.

Em São Paulo, o Núcleo Arte Ciência no Palco da Cooperativa Paulista de Teatro, nascido em 1998, está com um projeto de ocupação no Teatro de Arena Eugênio Kusnet, com apresentações dos espetáculos que fazem parte do seu repertório e outras atividades, no período de julho de 2014 a fevereiro de 2015.

Em agosto foram apresentados os espetáculos *Einstein*, para o público adulto; *No mundo de Arthur*, para o público infantil; além de pequena mostra de teatro científico com os grupos convidados: Ciência em Cena, do Museu da Vida (Fiocruz-RJ) com o espetáculo *Pergunte a Wallace*; grupo Caleidoscópio (São Paulo), com o espetáculo *O fantástico laboratório do professor Percival*; e grupo Olhares do Núcleo Ouroboros (UFSCar), com o espetáculo *Petit Curie*.

Já o workshop da UFSCar faz parte do VIII Ciência em Cena: encontro de teatro de divulgação científica, que aconteceu nas cidades de São Carlos e Araraquara em agosto. Criado pelo Núcleo Ouroboros de Divulgação Científica, desde 2007 o evento reúne profissionais e iniciantes nas artes da divulgação científica através do teatro. Até este ano, 65 espetáculos já foram apresentados nas cidades de São Carlos (SP), Mossoró (RN), Fortaleza (CE), Caxias (MA) e Pacoti (CE), reunindo 33 grupos teatrais, entre grupos brasileiros e de Portugal, numa troca de experiência e cultura entre eles e também com a comunidade local.

Tatiane Liberato

MAIS QUE IRMÃOS*

Os seus olhos de sede bebem aquela cozinhezinha, da casinha, da salinha, do casazinho onde está a mesinha para dois baixinhos gêmeos. Os dois reflexos na sua determinação. Ele soube depois, Maciel tão macho para Maria, tão pouco macho para outros homens, para o trabalho, para a vida. Sempre a olhar para baixo, para o chão, nas horas de enfrentamento. E com isso construindo uma sobrevivência custosa e repleta de humilhação, mas sobrevivência, porque de algum modo as pessoas têm que sobreviver, “não é? não é?” Maciel sempre falará na velhice, a pular os momentos dramáticos de vexame e submissão. Maria, no entanto, o seu outro lado no espelho, na medida do possível fala por ele. Isso quer dizer, Maria fala no limite da sua condição aprisionada de mulher, condição a que se somam outras, tidas como insultos: pobre e gorda, de coração valente.

Na do seu destino naquelas horas, Maria fala como Maciel deve agir. Isso não é imagem ou frase corrida. O menino ouviu, muitas vezes, que depois de escutar e escutar as queixas de Maciel, sua mãe assim começava, como resposta:

— Eu, se fosse você, agia assim.

E delineava, na medida do seu entendimento, um programa de ação, como gostaria de dizer o Jimeralto maduro, nos encontros clandestinos de militância. “Eu, se fosse você, agia assim”. Parecia então lhe dizer Maria, e Jimeralto compreendeu passados muitos e muitos dias no outro século, que o programa de Maria se filtrava em uma única frase: “Maciel, seja homem”. E nisso a irmã gêmea, espelho, não fazia a Maciel qualquer recriminação ao lado fêmea dele, seu reflexo. Ela queria apenas dizer, “Maciel, não se deixe humilhar, Maciel, reaja, Maciel, mate, mate se não puder agir de outra maneira. Se for preciso, mate para ser um homem, Maciel. Mate como o nosso outro irmão. Mate para não se matar”. E tio Maciel, o espelho, baixava os olhos enquanto Maria falava. Jimeralto não sabia, demorou muito a saber, demorou muito até o dia da meditação sobre uma verdade que sua mãe já lhe ensinara, mas o partido nunca aceitou, vale dizer, o sentido magnífico do que ele descobriu ao refletir sobre Maria: falar é um modo de agir. Falar é um programa de ação. Em vez do fala, fala, falador, fala

falácia palavras não mais que palavras, Maria lhe mostrou que falar era um plano de futuro. Porque nela, pessoa nada ilustrada, assim como em todas as pessoas de escassa ou nenhuma leitura, os verbos no futuro tinham, têm o dom da profecia. Eram, são o momento anterior de uma transformação em atos. Assim como Deus manifestou “faça-se a luz”, e a luz se fez, quando ela dizia, para as tarefas da vida, “vou fazer”, ela de fato anunciava a vinda da luz, não tão imediata quanto para Deus, mas mediata, pois a luz chegava dias, meses ou anos depois. “Mate para não se matar”, ela jamais disse. Mas havia um ambiente, um cenário a envolver Maciel, que assim o exigia, enquanto ele diante disso respondia com um encolhimento.

Ao refletir sobre esse encolhimento do tio, Jimeralto passou a ter um entendimento mais largo, que se dirigia para a generosidade, e de tal modo que pulava a repulsa àquele olhar de malicioso convite que a tudo e a todos abarcava. Ele via como se fosse hoje, agora, a reação de Maciel frente aos berros, descomposturas do pai, marido de Maria. Tão pequeno ele era, Jimeralto, tão pequeno ele era, Maciel, ante a voz trovejante de Filadelfo, o negro que odiava homossexuais. Maciel se urinava de pavor diante do poderoso. Que dor no coração lhe dava essa lembrança, ao receber a consciência de que Maciel, homem feito, se urinara diante do pai, um negro macho repleto de ressentimento. Então Maciel baixou os olhos, desceu os longos cílios para a terra, para o chão, e se molhou nas calças, as calças que, segundo Filadelfo, para Maciel eram inúteis. Essas coisas Jimeralto recordava como uma passagem para a cruz, quando não a própria cruz, porque não podia ser feliz com essa carga, com a qual teria que atravessar o Gólgota. E Filadelfo gritara:

— Maria, esse teu irmão baba na cama!

E a cama era um leito de lona, sobre paus cruzados em X. Maciel não tinha onde dormir, não tinha mulher, casa ou casamento, ali estava na qualidade precária de irmão de Maria. Dormindo de esmola, vale dizer. E Maria respondera:

— Que é que tem? Quem limpa sou eu.

Para quê Maria respondeu dessa maneira? Filadelfo entrou num processo irreversível de raiva, que foi crescendo:

— Não é sua obrigação limpar sujeira de irmão. A sua obrigação é com quem lhe dá de comer. A sua obrigação é pra quem você pariu.

Essas coisas se passavam diante de Maciel, que apenas olhava. Pálido, ele estremecia no piso de cimento puro da sala, enquanto se mijava pela fúria que tomava conta de Filadelfo. E Filadelfo percebia, não lhe passava sem atenção o terror no cunhado, e por isso mais se arrojava na altura da raiva:

— Quem já viu homem babar feito menino? Isso é falta de chupeta. Isso é falta de chupeta mais grossa.

A isso inflamada, vermelha, de raiva e vergonha pelo que sabia ter sido atingida uma essência do irmão, Maria lançou um copo no marido. Que se esquivou, mas viu os estilhaços de vidro contra a parede. Ao que Filadelfo mais furioso, sabedor do que mais a ferira, tropejou para Maciel:

— Está vendo o que você fez, babão? Fora! Fora!

E Maria, chorando, partiu para arrumar os próprios trapos, que chamava de roupas:

— Onde não cabe meu irmão, não me cabe.

— Está vendo, babão? Quer me tomar da sua irmã?

Então Maciel, mijado, apenas sussurrou baixinho para Maria, num fio de fala:

— O enjeitado sou eu, Maria. Não destrua o seu casamento. Vou-me embora.

**Do romance O filho renegado de Deus, publicado pela Bertrand Brasil, 2013.*

Uriano Mota é escritor e jornalista nascido no Recife em 1950. Autor dos romances Os corações futuristas, pela Bagaço, Soledad no Recife, pela Boitempo, e O filho renegado de Deus, pela Bertrand Brasil.

O jornalista e escritor José Carlos Ruy observou que em O filho renegado de Deus o romancista “não se ilude; não confunde a vida imaginada no pensamento, com o vivido. ‘A vida não era conceito; ela sempre pula do conceito, a vida é mais magnífica e surpreendente que o maior e melhor enquadramento dialético’. Com este material e esta certeza, produziu um romance memorável”.

Artigos Ensaaios

<http://cienciaecultura.bvs.br>
cienciaecultura@sbcnet.org.br

A seção **Artigos & Ensaaios** da revista *Ciência e Cultura* possui quatro páginas destinadas a atender demandas espontâneas da comunidade científica que não se encaixem dentro do Núcleo Temático de cada número. A seção abriga textos com uma reflexão sobre temas da atualidade científica e de interesse da sociedade como um todo, nas grandes áreas do conhecimento.

A formatação dos artigos deverá seguir as **normas** publicadas abaixo. Os textos serão avaliados e sua publicação seguirá agenda de interesse editorial da revista. Não é recomendada a submissão de artigos e ensaios de interesse exclusivo de grupos de especialistas ou que tenham sido anteriormente publicados, em veículos da comunidade científica ou mídia em geral.

NORMAS

SEÇÃO ARTIGOS & ENSAIOS Possui 4 páginas, destinadas a um texto de 17,5 mil caracteres com espaçamento (sem imagens) ou 16 mil (com até 3 imagens).

FORMATO Cada artigo terá o máximo de 3 gráficos, tabelas ou imagens, considerados fundamentais para a ilustração e melhor entendimento do texto. Esse material deve ser enviado em arquivo separado e com antecedência, para sua confecção e checagem junto ao articulista. O envio de número superior a esse deverá oferecer a opção de escolha para a edição, se houver necessidade de corte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS As citações e referências serão indexadas numericamente no texto, em ordem crescente, e aparecerão no final do artigo, sob o título **Notas e Referências**, se ambas ocorrerem; ou **Notas, ou Referências**, se apenas uma das duas ocorrer. Existe, ainda, a opção **Bibliografia consultada**, sem citações referenciadas e numeradas ao longo do texto.

RODAPÉ Notas de rodapé não são utilizadas.

CRÉDITO A assinatura do articulista virá logo abaixo do título e suas qualificações – que devem ser encaminhadas **sempre** no corpo do texto e não exceder cinco linhas – serão editadas ao final. Modelo: *José da Silva é biólogo, professor titular do Instituto de Bioquímica da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Centro de Pesquisa em Biologia Molecular do Instituto XYZ.*

PRAZOS Os textos serão avaliados por membros do conselho editorial da revista. A qualidade de texto, informação e pertinência dos artigos e ensaios são essenciais para a sua aprovação. Uma vez aprovados, os textos serão publicados de acordo com a relevância e urgência dos temas

abordados. Depois de aprovados, os textos passarão por um processo de revisão editorial e reenviados para checagem dos autores, que deverão devolvê-los, com devidos ajustes e/ou aprovação em, no máximo, 48 horas.

DESTAQUES Os destaques dentro do texto – como palavras ou expressões que se queira salientar, devem vir em **negrito** – citações de frases e capítulos deverão receber **aspas**; palavras estrangeiras e títulos de obras aparecerão em **itálico**. Deve-se evitar o excesso de destaques por página.

REFERÊNCIAS O padrão de referências adotado segue exemplificado abaixo:

1. Berriman, M.; Haas, B.J.; LoVerde, P.T.; *et al.* "The genome of the blood fluke *Schistosoma mansoni*". *Nature*, Vol.460, no.7253, p.352-258. 2009.
2. Elias, N. *O processo civilizador- uma história de costumes*. Vol.I Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990.
3. Tavares, J.V. "A violência como dispositivo de excesso de poder. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol.37, p.132. Junho de 1993.
4. Diaz, M., *op cit.* p.345-347. 1987.

ENVIO DE MATERIAL Os textos devem ser produzidos em arquivo Word. Ilustrações e gráficos devem ser enviados em arquivo separado, com os detalhes necessários para sua identificação, como: crédito, legenda, fonte etc.

SIGLAS As siglas constantes no texto devem **sempre** aparecer por extenso na primeira vez em que forem utilizadas.

CONTATO É necessário que cada articulista coloque seus dados para eventual contato (e-mail ou tel) quando alguma dúvida surgir no processo de edição.

Realização



Sociedade Brasileira para o
Progresso da Ciência

Produção Editorial



Apoio



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

